

MAIS

LISBOA

MAIS LISBOA



PS



LIVRE



ÍNDICE

	O CAMINHO ATÉ AQUI	4
	JUNTOS NO COMBATE À PANDEMIA	6
	UMA CIDADE COM HABITAÇÃO DIGNA PARA TODOS	7
	REVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES COLETIVOS	8
	LISBOA, CIDADE VERDE E SUSTENTÁVEL	9
	MAIS EDUCAÇÃO, MAIS SAÚDE, MAIS DESPORTO, MAIS FUTURO	11
	MELHOR ESPAÇO PÚBLICO E MAIS IDENTIDADE	13
	CULTURA E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO	14
	INOVAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA	15
	BOA GOVERNAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	16
	POR UMA CIDADE BELA, HUMANA E SUSTENTÁVEL	17
	UMA ESTRATÉGIA DE DIFERENTES ESCALAS E TEMPOS	18
	UMA ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE	20
1	MAIS HABITAÇÃO ACESSÍVEL	22
2	MAIS APOIO E PROTEÇÃO / MAIS DIREITO À CIDADE	33
2.1	CRECHES E JARDINS DE INFÂNCIA	35
2.2	ESTUDAR EM LISBOA, OPORTUNIDADES PARA O MUNDO	36
2.3	UMA CIDADE QUE GARANTE O DIREITO À SAÚDE	38
2.4	SEGURANÇA, SOCORRO E PROTEÇÃO CIVIL	40
2.5	VIVER COM ANIMAIS DE COMPANHIA	43
3	MAIS MOBILIDADE, MAIS SUSTENTÁVEL	44
3.1	TRANSPORTES PÚBLICOS SUSTENTÁVEIS	46
3.2	RUAS SEGURAS, MAIS AUTONOMIA NA CIDADE	49
3.3	REENCONTRAR O EQUILÍBRIO ENTRE O CARRO E A CIDADE	50
3.4	PROMOÇÃO DO MODO CICLÁVEL	52
3.5	LOGÍSTICA URBANA, TRANSPORTES PROFISSIONAIS E NOVAS FORMAS DE MOBILIDADE	53

3.6	MOBILIDADE ELÉTRICA E DESCARBONIZADA	54
4	MAIS CAPITAL VERDE	55
4.1	LIDERAR NA AÇÃO CLIMÁTICA	57
4.2	AGIR RUMO À NEUTRALIDADE CLIMÁTICA	58
4.3	ASSEGURAR UMA TRANSIÇÃO JUSTA E INCLUSIVA	60
4.4	LISBOA CIDADE CIRCULAR	61
4.5	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	65
5	MAIS CIDADE, MAIS COMUNIDADE	68
5.1	LISBOA UMA CIDADE COM MAIS ESPAÇO PÚBLICO ARTICULADO, RESILIENTE E SUSTENTÁVEL	71
5.2	LISBOA UMA NOVA CIDADE EM ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA	77
5.3	LISBOA MAIS COMUNIDADE	83
6	MAIS VALOR	89
6.1	ECONOMIA E INOVAÇÃO	90
6.2	MAIS CIÊNCIA E CONHECIMENTO	100
6.3	MAIS CULTURA	101
7	MAIS CIDADANIA, MAIS COESÃO	106
7.1	LISBOA UMA CIDADE ONDE NINGUÉM FICA PARA TRÁS	108
7.2	ESCOLA DA CIDADE	117
7.3	PARTICIPAÇÃO	119
7.4	CIDADE INTELIGENTE	121
7.5	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	123



O CAMINHO

ATÉ AQUI



O Caminho até aqui

Na última década Lisboa evoluiu. Depois de um período em que foi preciso por as contas em ordem e arrumar a casa, transformámos Lisboa numa cidade mais verde, mais europeia e multicultural, mais aberta, tolerante e coesa, inovadora e que sabe receber.

Há 4 anos candidatámo-nos para continuar o trabalho de recuperação económica da cidade, depois de uma crise sem precedentes, manter as contas em ordem e tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para se viver.

A estratégia em contraciclo, criar mais oportunidades para todos, dinamizar a economia e o investimento, diminuir a taxa de desemprego e evitar que os nossos jovens emigrassem para outras paragens, neste mandato consolidámos este trabalho, aproveitando o bom momento e as oportunidades que a cidade oferece. Contudo, a meio do mandato, o mundo foi surpreendido por uma crise sanitária, que nos obrigou a reajustar as nossas prioridades colocando o foco na proteção de quem precisa: dos Lisboaetas, em particular das pessoas mais vulneráveis, do comércio, da restauração, da cultura, das associações. Foi a gestão competente e rigorosa deste executivo, com contas equilibradas e transparentes, que tornou possível proteger as pessoas e a economia da cidade, lançando o maior programa de apoio de sempre de uma autarquia – o Programa Lisboa Protege.

Mesmo perante uma pandemia, Lisboa conseguiu consolidar áreas, como a aposta na mobilidade ativa e nos transportes públicos, continuar a oferta de habitação acessível para todos, promovendo o direito à habitação, as políticas de sustentabilidade ambiental, os direitos sociais, a equidade, sem deixar de lado o espaço público e os espaços verdes. Aliás, desde o primeiro momento ficou claro que a Câmara responderia à crise que se desenrolava com mais investimento público, contribuindo para suportar a capacidade produtiva da economia da Cidade.

Com o contributo de todos e a força de Lisboa, conseguimos melhorar a qualidade de vida de quem reside na cidade, dando origem a diversos reconhecimentos internacionais, que colocam Lisboa à frente de cidades como Madrid, Amesterdão ou Los Angeles em sucessivos rankings¹.

Estamos hoje mais bem preparados para uma recuperação económica, que será mais verde e sustentável.

Lisboa é hoje uma cidade que lidera em diversas áreas e da qual nos podemos orgulhar.

¹Segundo a revista Monocle, Lisboa ascendeu do 22º lugar em 2014 para o 7º lugar em 2021.



Juntos no Combate à Pandemia

Estivemos juntos para proteger todos, desde o início da pandemia. Desde logo os mais frágeis e vulneráveis, reforçando, por exemplo, o Fundo de Emergência Social, assegurando refeições e medicamentos aos cidadãos em situações mais frágeis e protegendo a pessoa em situação de sem abrigo com mais equipamentos; passando pelo tecido económico e social da cidade através da criação do fundo Lisboa Protege, com o qual apoiámos, de forma célere, milhares de restaurantes, comércio, agentes culturais e do desporto, coletividades, associações e clubes, e asseguramos mais de 300 mil testes gratuitos a toda a população de Lisboa. Com um investimento de mais de 150 milhões de euros, o maior programa municipal, protegemos a cidade, protegemos os sectores mais vulneráveis e protegemos o emprego, preparando-nos para o futuro. Asseguramos ainda o maior instrumento de recuperação da liberdade da cidade de Lisboa, os centros de vacinação, disponibilizando infraestruturas e recursos humanos que deram a Lisboa a maior capacidade de vacinação do país, sendo também um instrumento de coesão metropolitana, onde muitos escolheram Lisboa para ser vacinados.

- 4.700 lojas e restaurantes apoiados a fundo perdido (entre 6000 a 15 mil euros cada).
- Mais 11 milhões de euros para apoio à Cultura e reforço do apoio financeiro aos clubes desportivos.
- 13.700 famílias apoiadas pelo Fundo de Emergência Social.
- Mais 3,5 milhões de refeições quentes distribuídas.
- 400 toneladas de bens alimentares entregues a associações sociais e de bairro.
- Mais 300 mil testes gratuitos nas farmácias (dados de 6 de agosto).
- Mais 700 enfermeiros contratados nos 8 Centros Vacinação geridos pela CML.
- Mais 50 mil viagens grátis de táxi para vacinação.



Uma Cidade com Habitação Digna para Todos

Neste mandato iniciámos o maior processo de construção de Habitação Acessível na cidade de Lisboa. Colocámos no mercado casas a valores que as pessoas podem pagar, implementámos o regulamento para contenção do Alojamento Local e promovemos junto do governo alterações legislativas para diminuir a tributação aos arrendamentos de longa duração, combatendo assim os preços excessivos e assumindo a habitação como um direito e uma prioridade. Investimos também fortemente na melhoria do parque municipal habitacional, quer na reabilitação e requalificação dos bairros municipais, quer na construção de uma melhor habitação pública, mais eficiente, sustentável, com recuperação de águas e painéis solares, promovendo uma cidade mais coesa e equitativa.

2600 casas atribuídas nos últimos 4 anos, o maior número deste século (200M€).

1200 contratos de renda acessível, para jovens e famílias da classe média - casas que as pessoas podem pagar.

150 casas em bairros do centro histórico, para moradores em risco de despejo.

462 novas casas e reabilitação de prédios nos Bairros Municipais (93 M€).

Projetos de Renda Acessível em curso: mais 348 casas em construção em Entrecampos; mais 1200 casas em Marvila; mais 1500 casas em Benfica, Martim Moniz, Parque das Nações, Gomes Freire, Paço da Rainha e Restelo; mais 56 casas para jovens, com a reabilitação da antiga sede do DN no Bairro Alto; mais 80 casas na Rampa das Necessidades.

Em 2018, Lisboa colocou um travão ao Alojamento Local, suspendendo novas licenças em 7 bairros históricos.



Revolução nos Transportes Coletivos

Reforçámos a aposta nos transportes públicos como espinha dorsal do sistema de mobilidade da cidade de Lisboa. Num investimento de mais de 100 milhões de euros na Carris, temos hoje mais autocarros em circulação, mais modernos, reduzindo as emissões poluentes, e contratámos mais motoristas, o que permitiu abrir novas carreiras e lançar a primeira linha de elétrico em mais de 20 anos, com o regresso do elétrico 24. Criámos um passe único e reduzimos o preço dos passes em Lisboa para 30 euros por mês, ou 60 euros mensais para as famílias independentemente do número de pessoas no agregado.

Criação do passe único acabou com 700 títulos diferentes, substituindo por 40 euros para viajar em toda a Área Metropolitana de Lisboa, 20€ para maiores de 65.

Carris foi o único operador de transportes que fez mais viagens durante a pandemia (em 2020).

Pela primeira vez em 4 anos, preço dos passes não subiu, mas desceu: de 36 para 30€.

Investimento histórico na Carris: mais 100 Milhões de €, mais 265 autocarros, mais 437 motoristas, mais 22 carreiras novas.

15 autocarros elétricos em operação (30 em processo de aquisição).

15 novos elétricos rápidos em fabrico.



Lisboa, Cidade Verde e Sustentável

Neste período, transformámos Lisboa numa cidade ainda mais verde e sustentável, assente numa infraestrutura verde integrada, criando e ligando vários corredores verdes, parques hortícolas e parques urbanos, plantando mais árvores e reforçando a biodiversidade, com espaços para as pessoas e para as nossas crianças. Fruto deste trabalho, a cidade recebeu a distinção de Capital Verde Europeia 2020, com muito orgulho, e comprometeu-se a continuar este caminho de combate às alterações climáticas, com políticas de adaptação e mitigação do risco para melhorar o conforto urbano face às ondas de calor, evitar inundações, reduzir a poluição, apostar na saúde, promover a atividade física e a mobilidade ativa.

Primeira capital do Sul a ganhar a distinção de Capital Verde Europeia.

Plano de Ação Climática 2030 ambicioso, tendo como objetivo a redução de 70% emissões até 2030.

Mais 20% da área da cidade é zona verde.

Mais 192 mil árvores e arbustos plantados.

Rede de Água Reciclada: lavagem das ruas e rega de espaços verdes sem recurso a água potável.

Mais 65 quilómetros de ciclovia (rede ciclável com 155km).



Lisboa, Cidade Verde e Sustentável

Mais 101 estações de bicicletas partilhadas GIRA.

Mais 4 milhões de viagens em bicicleta partilhada.

4 vezes mais bicicletas em circulação do que em 2017.

200 Milhões de euros de investimento no Plano Geral de Drenagem para evitar cheias na cidade.

Implementação de uma rede de 658 sensores para monitorizar em tempo real a qualidade do ar, níveis de ruído e trânsito, entre outros dados.

Promoção do bem-estar animal, com a construção de 11 parques caninos, colónias de gatos, aquisição de uma ambulância de socorro animal e obras de melhoria no Centro de Recolha Oficial dos Animais.



Mais Educação, Mais Saúde, Mais Desporto, Mais Futuro

O investimento na educação e na saúde são fundamentais para a construção de uma cidade mais coesa, equitativa e com melhores condições de vida para todos. Foi isso que fizemos neste mandato. Uma forte aposta na construção e reabilitação de creches e escolas, investindo na melhoria significativa das infraestruturas existentes na cidade, mas também numa alimentação mais saudável através da confeção local.

Na área da saúde, fundamental nos dias de hoje, já construámos três novas Unidades de Saúde Familiar e outras seis estão em obra, com mais recursos humanos, melhores equipamentos e novas valências, como saúde infantil e medicina dentária, além dos cuidados de saúde primários.

Fizemos mais pelo Desporto, criando condições para que mais lisboetas pratiquem atividades desportivas na cidade, em clubes ou em lazer entre amigos. Criámos mais infraestruturas e melhorámos outras existentes, lançámos o maior programa de sempre de apoio aos Clubes para apoiar quem tanto sofreu com a pandemia – 20 Milhões de euros. Com a distinção Capital Europeia do Desporto 2021 fomentámos a prática do desporto como fator fundamental para criar hábitos de vida saudáveis.

Mais 25 escolas reabilitadas (65M€) e 7 em concurso.

Mais 463 lugares em 8 novas creches: taxa de cobertura da rede não lucrativa de 50% (média UE: 33%).

Refeições confeccionadas nas escolas para todos os alunos do 1.º ciclo - fim do plástico nas refeições escolares.



Mais Educação, Mais Saúde, Mais Desporto, Mais Futuro

Mais 40 M€ de investimento em Unidades de Saúde Familiar de nova geração: Areeiro, São Domingos de Benfica e Alta de Lisboa (concluídas); Ajuda, Marvila, Beato e Restelo (conclusão 2021). Alcântara, Benfica, Sapadores, Parque das Nações, Campo de Ourique e Telheiras (conclusão 2022).

Programa Lisboa Cidade de Todas as Idades para apoio à 3ª idade, do qual se destacam o Projeto Radar para prevenir e reduzir risco de isolamento e arranque da construção de 2 novos centros intergeracionais em Benfica e Ajuda.

Capital Europeia do Desporto 2021.

Investimento de 20 Milhões de euros nos clubes, através do Programa Municipal de Apoio ao Desporto para melhoria de instalações, reforçar equipamentos e capacitar os clubes para fomentar a prática do desporto na cidade.



Melhor Espaço Público e Mais Identidade

Continuámos a devolução do espaço público às pessoas através de programas como Uma Praça em Cada Bairro ou A Rua é Sua, criando novas centralidades, espaços de encontro e convívio, onde apetece passear, tomar um café ou simplesmente deixar os nossos filhos brincar na rua ou andar de bicicleta em segurança. Fizemos mais e recuperámos espaços emblemáticos, tais como: a Estação Sul Sueste, a Doca da Marinha e o Campo das Cebolas, na frente ribeirinha; os mercados municipais do Lumiar, o Mercado 31 de Janeiro, ou o Paço do Lumiar, entre outros.

Recuperação do Campo das Cebolas, da Estação Sul Sueste e da Doca da Marinha.

Melhor Espaço Público: Paço do Lumiar, Largo da Boa-Hora à Ajuda e Quinta de Santa Clara, Largo do Conde Barão, Alameda do Beato, Paço da Rainha, Largo do Rio Seco (em obra).

Renovação dos mercados municipais do Bairro de Santos, Bairro Alto, Lumiar (mercado biológico), Alvalade Sul e Mercado 31 de Janeiro, com Loja do Cidadão.

Programa “A Rua é Sua” devolvendo espaço público às pessoas e promovendo a criação de mais esplanadas, criando espaços para viver a cidade na rua e salvando empregos.



Cultura e Recuperação do Património

Continuámos este mandato a consolidar a nossa oferta cultural, com forte aposta no livro e na leitura, e criando novos espaços para públicos diversificados, entre os quais se destacam a Biblioteca de Alcântara e o Teatro Infantil Lu.Ca. Reforçámos igualmente a nossa posição nos rankings internacionais de arte urbana através de múltiplas intervenções no espaço público, desenvolvidas pela Galeria de Arte Urbana ou através do Festival Muro.

Protegemos a nossa identidade, a Calçada Portuguesa, as Lojas com História, o património material e imaterial que são o ADN da cidade, e concluímos, após 226 anos, a Ala Poente do Palácio Nacional da Ajuda que irá acolher o Museu do Tesouro Real e reforçar a oferta cultural de Lisboa a nível internacional.

Mais e melhores equipamentos: Teatro infantil Lu.Ca, Teatro do Bairro Alto. Nova Biblioteca de Alcântara, renovação da Casa Fernando Pessoa.

Mais 112 peças de arte urbana dão cor e vida nas empenas de prédios em Marvila, Lumiar e Parque das Nações - Festival Muro.

Conclusão do Palácio da Ajuda, com nova ala para Museu do Tesouro Real.

Candidatura da Calçada Portuguesa a Património Cultural e Imaterial da UNESCO.

Mais 80 Lojas com História distinguidas.



Inovação, Turismo e Economia

Tornámos Lisboa uma cidade dinâmica, empreendedora e uma referência internacional no que toca à inovação, à criatividade e ao talento. Uma cidade mais aberta ao mundo, tolerante, multicultural e que consegue atrair e reter talento, start-ups, grandes eventos, empresas e multinacionais de todos os continentes, competindo de igual com as grandes capitais mundiais.

Também na área do Turismo, um dos setores mais atingidos pela pandemia, tivemos visão e apostámos numa estratégia de consolidação do trabalho realizado, de requalificação do património, de promoção e diversificação da oferta, criando 12 polos turísticos e de sustentabilidade. Esta estratégia permitiu conquistar em 2020 o Melhor Destino City Break do World Travel Awards, pelo quarto ano consecutivo.

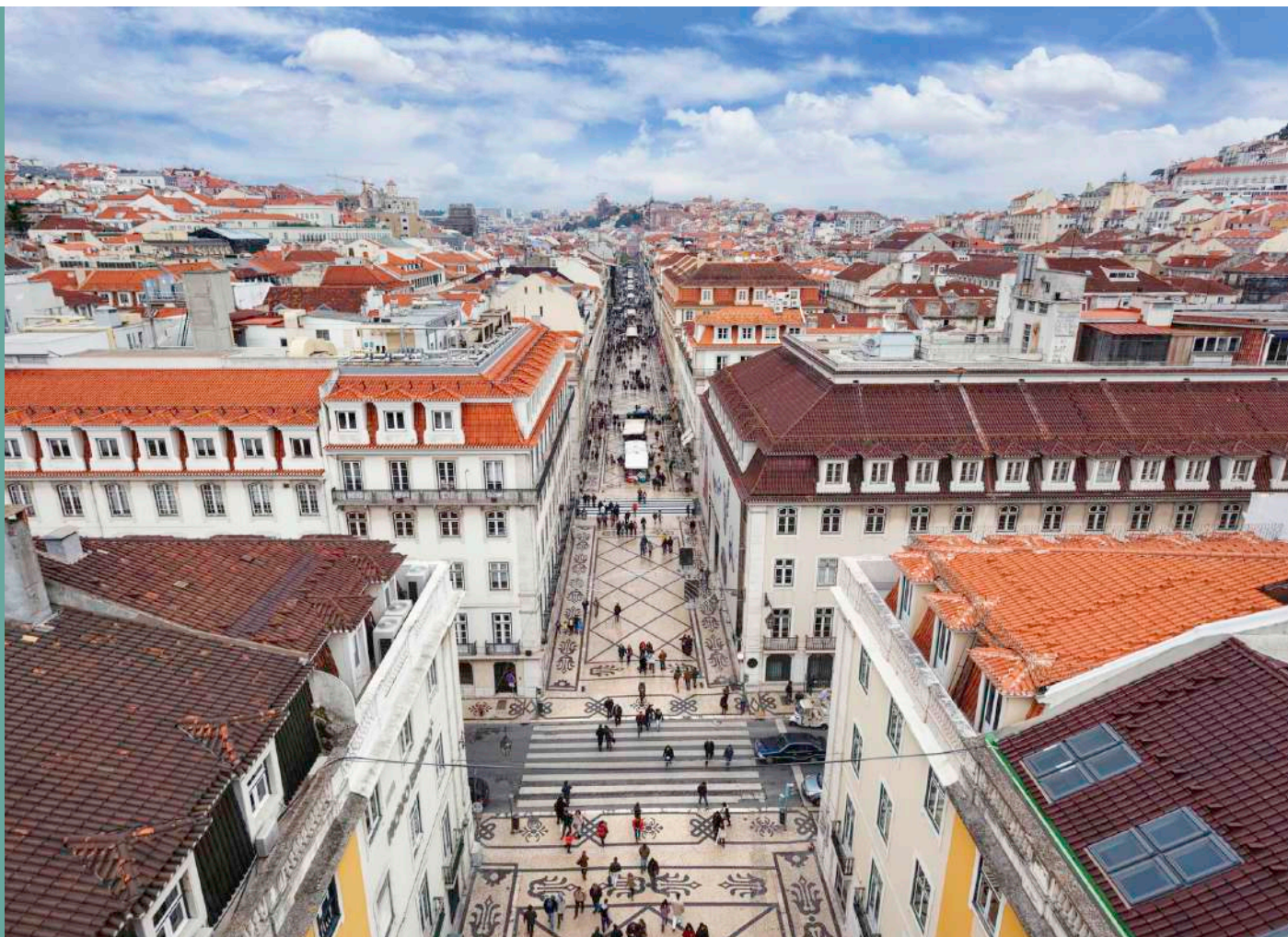
Em 2020 foram criadas mais 3350 empresas do que as que encerraram, com um saldo positivo há seis anos consecutivos, representando o Dinamismo da economia durante a pandemia.

Web Summit em Lisboa até 2030, Hub Criativo do Beato e reforço do ecossistema empreendedor permitiram consolidando a posição de Lisboa como uma das melhores cidades para inovar, lançar e escalar projetos a nível internacional.

Lisboa como cidade da experimentação, laboratório aberto e smart city: Fab Lab Lisboa, rede de IoT aberta e gratuita, Plataforma de Dados abertos.

Reforço e simplificação dos licenciamentos de obras pela Direção de Urbanismo da Câmara de Lisboa com 5.200 processos tratados em 2020, recorde da última década.

Turismo sustentável, Plano estratégico do Turismo de Lisboa 2020-2024 e criação das Zonas de Contenção ao Alojamento Local.



Boa Governação, Participação e Descentralização

Fruto da boa gestão da cidade e do seu orçamento, e apesar da pandemia, conseguimos controlar a despesa, reduzir a dívida e o passivo, e garantir contas positivas das Empresas Municipais, mantendo, ao mesmo tempo, a política fiscal mais competitiva da Área Metropolitana de Lisboa, uma forte política de investimento público e combatendo a pandemia com o maior programa económico e social - Lisboa Protege. Isto só foi possível através de uma gestão rigorosa e aplicação dos princípios da boa governação dos dinheiros público, nos últimos mandatos.

Política fiscal mais competitiva da Área Metropolitana de Lisboa: IMI na taxa mínima, isenções à derrama, devolução de mais de 30 Milhões de euros anuais em IRS aos lisboetas.

Redução do passivo em 35% e da dívida em 50%.

Empresas Municipais com as contas positivas e equilibradas.

Continuação dos processos participativos com destaque para o BIP-ZIP, para o Orçamento Participativo e para a aplicação Na Minha Rua.

50 Milhões de euros para intervenções a realizar diretamente pelas Juntas de Freguesia, dando continuidade à política de descentralização e de maior proximidade.



POR UMA CIDADE BELA, HUMANA E SUSTENTÁVEL

“ O urbano não é nada. O urbano é um estado de espírito. O urbano é o homem nós somos o urbano. E a cidade é a nossa intriga. Uma nova intriga entre os homens que a habitam. É isso na minha opinião que é o urbanismo. A existência de um ser urbano que vive na confiança vive, na esperança e na solidariedade do outro. ”

Paulo Mendes da Rocha



Uma Estratégia de Diferentes Escalas e Tempos

Vivemos hoje um momento diferente. Um momento que implica uma **Nova Cultura da Cidade**, inseparável da construção do futuro como **Trabalho Coletivo**, também inseparável, por consequência, do próprio **Desenho da Cidade**. Cultura e Desenho que rejeitam a compartimentação funcional e social, pois acolhem e propõem uma **Cidade de Mistura e Sobreposição**, complexa e mesclada em todos os seus aspetos.

É o momento de um olhar novo. Um olhar que, da Habitação até à Cidade, conjuga numa mesma energia todos os espaços urbanos de Lisboa, o Espaço das Continuidades Ecológicas, o Espaço das Infraestruturas, o Espaço das Linhas de Água e Sistemas de Drenagem, o Espaço Público, o Espaço da Mobilidade Lenta e o próprio Espaço Edificado. Todos como diferentes coisas de uma mesma coisa, onde os espaços verdes encontram ampla cumplicidade e ressonância. Importa, por isso, uma nova disciplina, a **Botânica Urbana**, que garanta a diversidade e o equilíbrio. Mas importa também onde não plantar, pois a beleza das cidades reside por igual na sua mineralização.

É o momento de estratégias **com diferentes escalas e tempos**. Na **grande escala** encontrar-se-ão as soluções para uma cidade articulada em âmbito regional, uma cidade de enorme **diversidade** num território centrado no estuário do Tejo. Aqui resolver-se-á o grande desafio da sustentabilidade até **2050**, uma Lisboa que equilibra os seus sistemas naturais e urbanos para garantir resiliência, uma cidade que aceita o desígnio de ser organismo vivo em constante transformação.

É o momento de reencontrar o perfil da nossa cidade e de produzir **estratégias de tempo curto que produzam respostas em tempo de urgência**. Lisboa, como muitas outras cidades, estabeleceu o seu desenho urbano através de processos raras vezes coordenados por uma ideia global de crescimento, mais decorrentes de oportunidades de desenvolvimento em ocasiões precisas, sobretudo ligadas a acontecimentos particulares da vida económica,



Uma Estratégia de Diferentes Escalas e Tempos

social e política do país, ou em resposta a necessidades de urgente reconstrução em face de catástrofes naturais. Daqui resultou a grande diversidade e complexidade dos seus sistemas urbanos, ou **Partes de Cidade**, por natureza inibidores da imposição de regras únicas para a definição do desenho urbano, do espaço público e da arquitetura do edificado. Contudo, estas mesmas diversidade e complexidade – que tanto acarretam óbvias dificuldades junto da gestão urbanística, quanto obrigam os atores da transformação urbana a conhecimento exigente dos respetivos contextos – resultam na grande riqueza dos seus distintos modelos urbanos, associados a **comunidades com relações de forte intensidade com as suas Partes de Cidade**.

Estas **Partes de Cidade** configuram-se em espaços com modelos urbanos razoavelmente homogéneos, mas que, por complementaridade e reciprocidade, geram também **Espaços Intersticiais ou Residuais** relativamente indefinidos, muitas vezes com protagonismo de infraestruturas ainda que nem sempre devidamente articuladas com o espaço urbano. Ora, estes **Espaços Intersticiais ou Residuais** constituem hoje o grande território de transformação urbana, a grande reserva de espaço para a Lisboa do futuro.

Aqui poderemos encontrar muitas das respostas para alguns dos principais desafios da cidade, da habitação para o maior número até a novas tipologias de espaço público que ajustem a cidade do automóvel à escala humana. **São estas as áreas que, pela sua natureza e qualidades, mas também pela urgência da sua transformação, poderão ser a resposta a mais e melhor cidade, ao direito à cidade, à Lisboa para todos.**



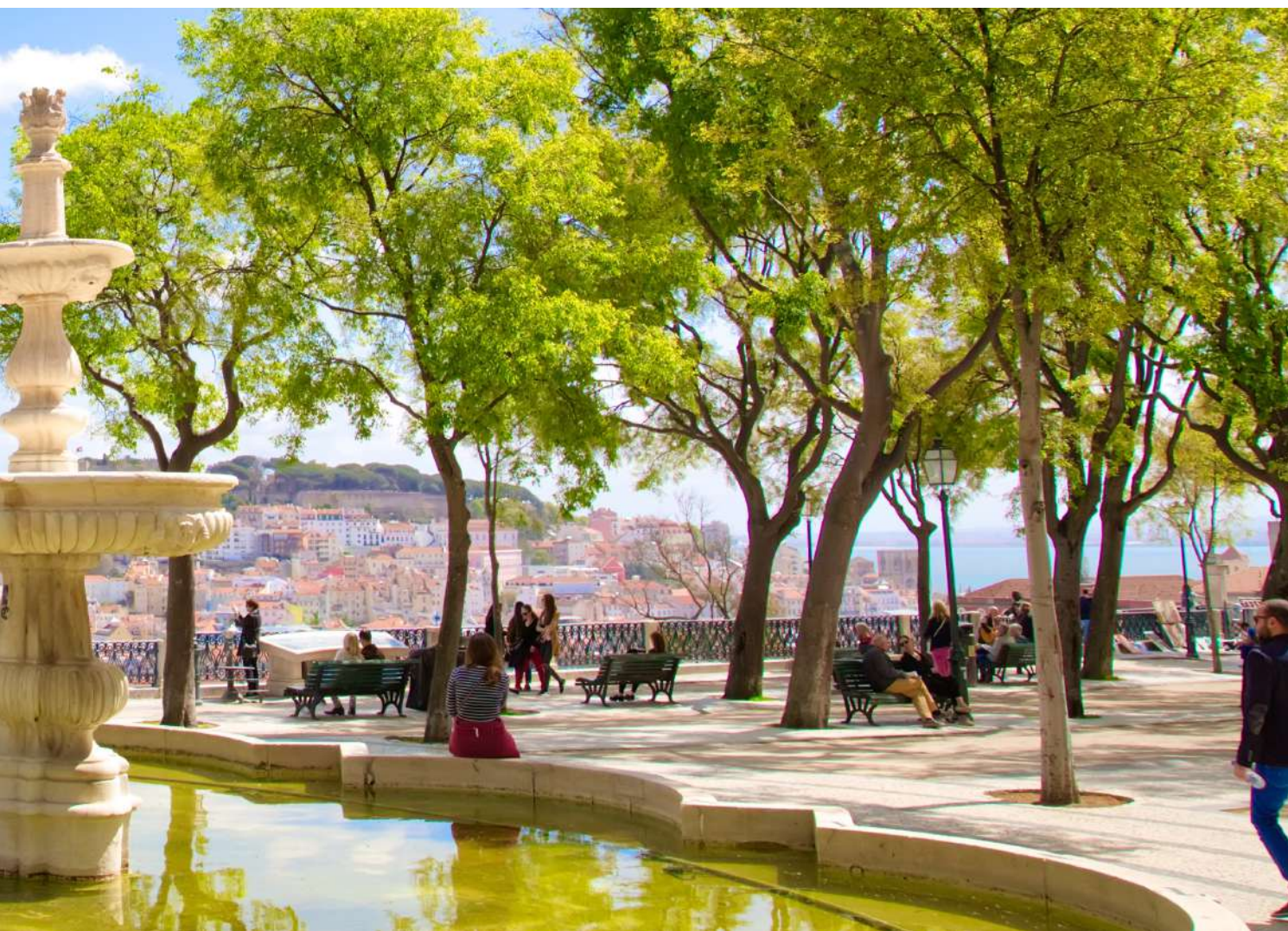
Uma Estratégia de Continuidade

“O maior desígnio do homem, não é ter nascido para morrer, é ter nascido para continuar.”

Paulo Mendes da Rocha

A ideia de que nascemos para continuar assume especial pertinência quando pensamos o que deve ser a transformação de uma cidade. E a cidade, em cada momento, é o desejo de um lugar perfeito para a vida da sua comunidade. Esta condição não deixa dúvidas sobre a ideia de continuar. É perpetuar o tempo, é dar continuidade ao tempo precedente no tempo presente e vindouro.

Há catorze anos, gerou-se na Câmara Municipal de Lisboa uma transformação fundamental das ideias e das práticas, traduzida, logo após o saneamento da sua situação financeira, em novo **Modo de Fazer Cidade**. Este Fazer Cidade, desde logo e como nunca antes, incidu **nos instrumentos de planeamento e gestão urbanas, na requalificação do espaço público e na resposta à profunda crise socioeconómica então vivida, no combate à desertificação das Zonas Históricas e na valorização do Património coletivo municipal, procurando erradicar a pobreza e as condições de vida indignas, e reorganizando com sentido de urgência a gestão de Lisboa.**



Uma Estratégia de Continuidade

Nos últimos quatro anos, marcados por um combate inesperado, o combate à pandemia, assistiu-se à consolidação de uma linha de conduta. Esta conduta tem resultados. Lisboa é hoje uma das cidades do planeta com melhor qualidade de vida, uma cidade mais aberta ao mundo, uma cidade mais vivida e partilhada, uma cidade com mais oportunidades, uma cidade com mais dinâmica sociocultural, uma cidade com mais e melhor espaço público, uma cidade que voltou a aproximar-se do seu estuário, uma cidade mais percorível a diferentes velocidades, uma cidade que caminha para mais Habitação para Todos, garantia de uma Lisboa mais inclusiva.

Por isso, continuar responsabiliza-nos, obriga-nos a reconhecer o perfil da cidade que herdamos, exige profunda e alargada reflexão para idealizar-se um modelo urbano mais sustentável, resiliente e equitativo que responda ao desafio de construir uma Lisboa mais Bela, Humana e Sustentável. E exige formar e informar para participar e decidir, garantindo a construção de **uma cultura de decisão democrática**, bem como uma instituição municipal transparente onde se quebram barreiras e se constroem espaços de diálogo. **Pois a cidade, mais do que nunca, é resultado do desejo de quem a habita, ao encontro de um lugar perfeito para todos.**

MAIS

HABITAÇÃO

ACESSÍVEL





1

Mais Habitação Acessível

Habitação - Um direito para todos.

A habitação é um direito fundamental cuja premência foi evidenciada pela pandemia COVID-19.

A crise de habitação que marca este momento nas principais cidades do mundo, a que Lisboa não é exceção, compõe-se de vários matizes: a necessidade de garantir habitação acessível às famílias de classe média, bem como a primeira habitação para jovens em busca de autonomia; a resposta a necessidades urgentes de alojamento (catástrofes naturais, vítimas de violência doméstica, tráfico de seres humanos, refugiados, pessoas em situação de sem-abrigo); o alojamento para jovens que escolhem a cidade de Lisboa para estudar; a resposta a situações de carência social; a necessidade de apoiar a melhoria das condições de habitabilidade, segurança sísmica e conforto energético no parque habitacional privado da Cidade.

A resposta sustentável e sustentada a um problema com esta complexidade não se pode fazer apenas por uma via. A resposta a uma crise com esta magnitude obriga-nos a mobilizar todos os meios e abordagens, em complementaridade e sem preconceitos,

em particular num momento em que o Plano de Recuperação e Resiliência aloca verbas específicas ao relançamento e reorientação das políticas de habitação para dar resposta às carências estruturais permanentes ou temporárias do país. Temos por isso uma responsabilidade acrescida na mobilização da cidade para a resposta ao desafio da habitação. É o caminho que já iniciámos e que vamos continuar a percorrer, num dos desafios para a década de Lisboa.

Neste momento, por toda a Cidade, estão em curso várias intervenções que nos vão permitir continuar a entregar habitação acessível e de qualidade aos Lisboaetas, dinamizando as zonas envolventes, dotando-as de equipamentos coletivos, serviços, comércio de proximidade e espaço público mais permeável, arborizado e pedonal.

Queremos que todos possam ter um lugar em Lisboa e, mais do que isso, participem na construção deste grande desígnio comum.

Queremos que a este esforço do Município se some a vontade de famílias e amigos que tenham o sonho de uma vida mais comunitária juntando-se em projetos cooperativos na reabilitação de prédios, pátios e vilas; de proprietários que desejem garantir estabilidade e segurança dos seus rendimentos entregando os seus imóveis à Câmara Municipal para arrendamento a preços acessíveis; de senhorios e inquilinos que pretendam melhorar as condições de habitabilidade dos seus fogos; de moradores dos Bairros Municipais para participar na definição do maior programa de requalificação do espaço público dos seus bairros alguma vez levado a cabo.

Prosseguir o **programa de Habitação Acessível** dirigido aos agregados jovens e famílias da classe média, através de:

I) reabilitação ou construção pelo município de novos fogos;

II) definição de quotas de habitação acessível em novos empreendimentos privados;

III) empreendimentos de iniciativa do Estado;

IV) operações do setor cooperativo;

V) subsídio municipal de arrendamento.

Estão atualmente em progresso, nas várias fases (concessão, construção, concurso, projeto e estudo) cerca de 8000 fogos, valor que irá aumentando com a abertura de novas operações. **Estima-se a atribuição de pelo menos 5000 novas rendas acessíveis até ao fim do próximo mandato.**

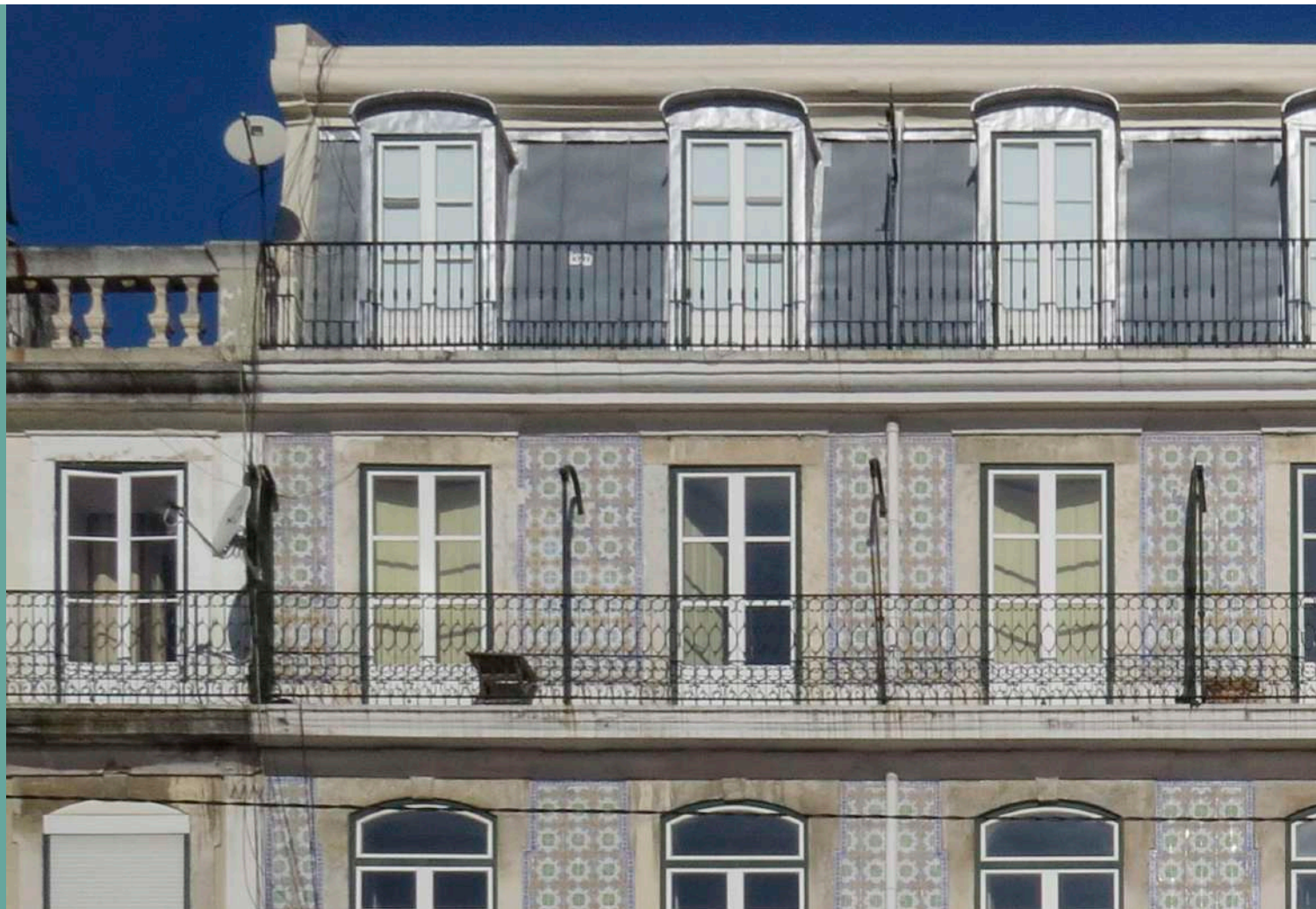
Implementar um **programa de apoio à criação de cooperativas de habitação sem fins lucrativos**, destinadas a grupos de famílias e de jovens da classe média que se pretendam associar num projeto comum, através da **disponibilização de imóveis do Município com capacidade construtiva para 500 fogos, distribuídos por edifícios de pequena dimensão, pátios e vilas.**

Promover junto do Governo a criação de uma **linha de financiamento para as cooperativas de habitação sem fins lucrativos.**

Criar um gabinete técnico de apoio para acompanhamento dos projetos e obras das cooperativas, em colaboração com as Ordens Profissionais, de modo a assegurar que o projeto de constituição de cooperativas seja acessível a todos e a célere concretização do mesmo.

Prosseguir e acelerar o plano de reabilitação dos Bairros Municipais, com ênfase na melhoria das condições de conforto, segurança sísmica e eficiência energética.

Executar **o maior programa de requalificação do espaço público dos Bairros Municipais de sempre**, que permita o incremento das **áreas verdes e permeáveis, criação de áreas destinadas ao desporto coletivo e informal e zonas de estadia.**



1

Mais Habitação Acessível

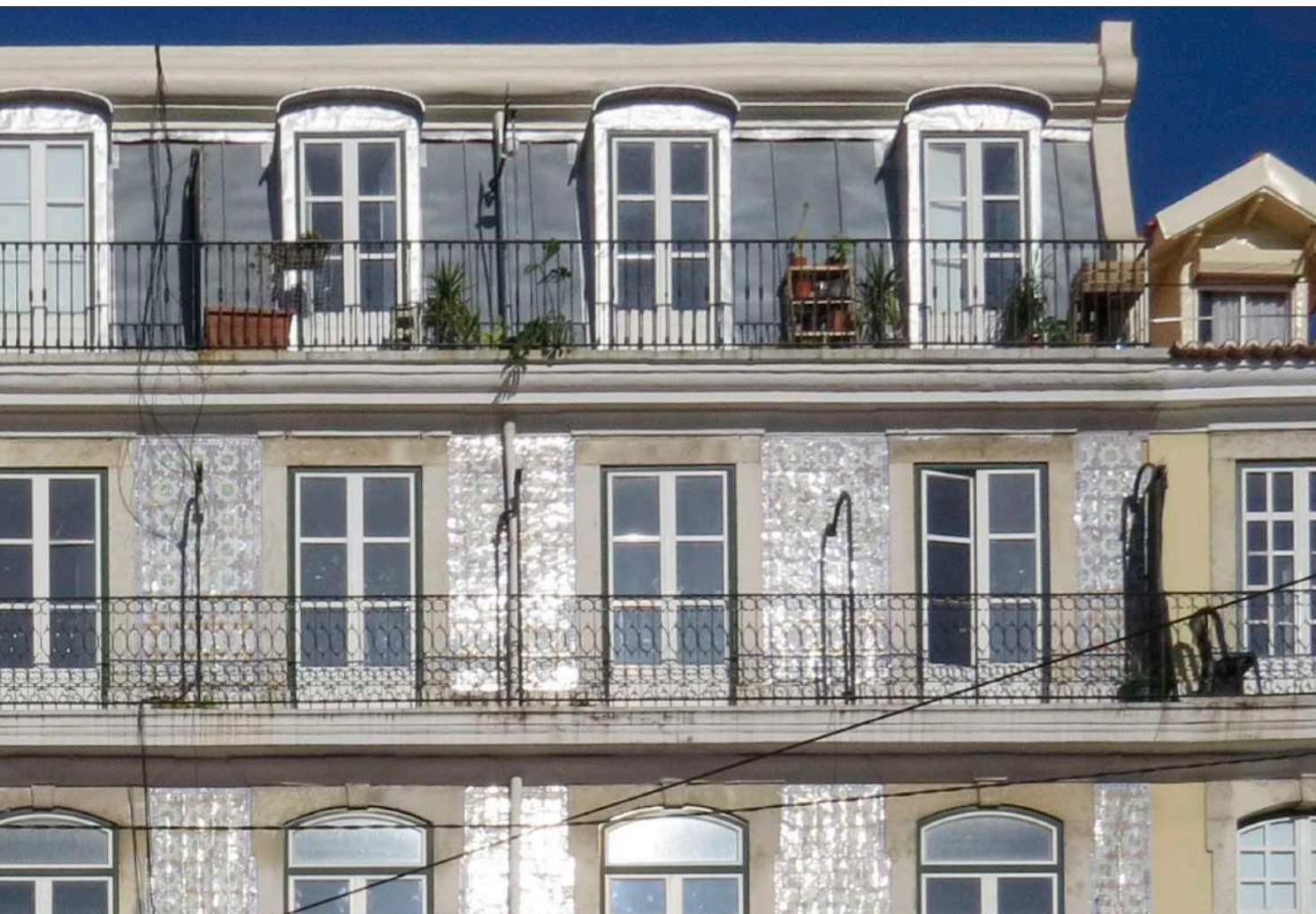
Constituir a **Bolsa Municipal de Alojamento Urgente e Temporário** para dar resposta a situações de violência doméstica, sem abrigo, refugiados, necessidades pontuais de realojamento devido a intervenções em fogos municipais, distribuída em **4 unidades territoriais com um total de 160 fogos**.

Proseguir a execução dos programas de residências universitárias e co-living já em curso no âmbito do Programa Renda Acessível, contribuindo com **mais de 750 camas em residências de estudantes e 100 unidades de co-living**.

Impossibilitar novas licenças de Alojamento Local (AL) em toda a cidade durante o período de 4 anos, alargando a toda a Lisboa as medidas de contenção aplicadas no centro histórico desde que às autarquias passaram a ter intervenção no processo de autorização, em 2018.

Proseguir o **Programa Renda Segura**, arrendando a privados mais fogos devolutos, afetos a alojamento local ou disponíveis no mercado de arrendamento / compra e venda, para os disponibilizar a rendas acessíveis aos jovens e classes médias.

Implementar um programa de apoio e financiamento à reabilitação e melhoria das condições de conforto, habitabilidade, segurança (incluindo sísmica), acessibilidade e eficiência energética de habitações e edifícios residenciais, destinado a **inquilinos e senhorios** em situação de pobreza energética e vulnerabilidade social.



1

Mais Habitação Acessível

Criar um **Balcão da Habitação**, que permita um atendimento especializado e simplificado sobre questões de habitação e urbanismo e que preste esclarecimento e apoio a candidaturas a programas de apoio (locais ou nacionais) a proprietários, inquilinos, senhorios e condomínios, promova a divulgação das políticas públicas de habitação, programas de incentivo e financiamento e disponibilize apoio técnico especializado.

Manter **a quota de até 25% reservada para “Renda Acessível”** em novos empreendimentos de dimensão relevante, incluindo esta definição na Carta Municipal de Habitação, nos regulamentos e instrumentos de gestão territorial, nomeadamente no Plano Diretor Municipal.

Reduzir as taxas municipais aplicadas a empreendimentos em que 40% das frações sejam para arrendamento de longa duração (duração superior a cinco anos) com rendas acessíveis.

Prosseguir o processo de **regularização dos Bairros Ex-SAAL** em diálogo com os moradores e a Administração Central.

Promover mais espaços de residência para assegurar habitação de estudantes, investigadores e empreendedores na cidade de Lisboa.

Aprovar e implementar a Carta Municipal da Habitação.



1

Mais Habitação Acessível

Habitação sustentável e de qualidade.

Durante os últimos anos criámos e desenvolvemos um conjunto alargado de programas, nas mais diversas modalidades e com parceiros de todos os setores, sem preconceitos, acreditando que apenas com a participação de todos e a afetação de todos os recursos é possível reverter um problema estrutural de falta de habitação pública em Lisboa, agudizado pela crise mundial de habitação dos últimos anos:

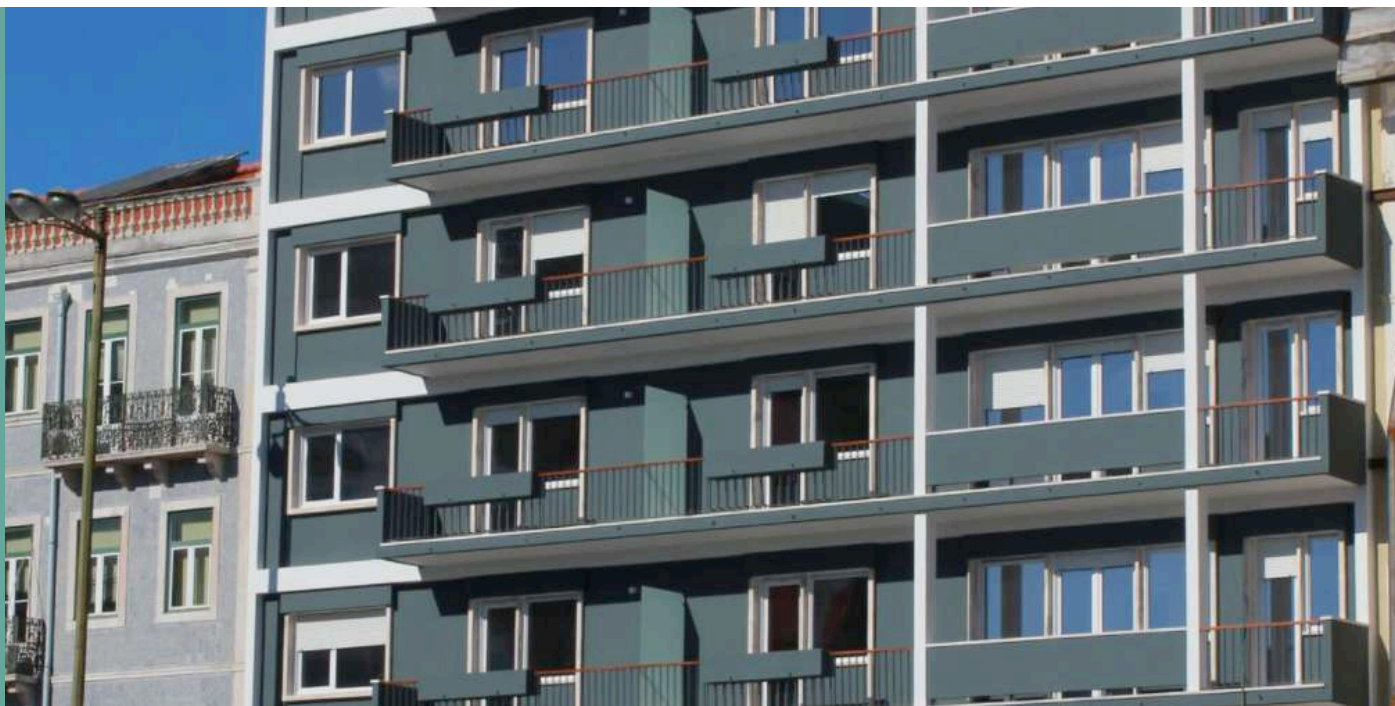
Operações de construção nova em terrenos municipais, promovidas e executadas diretamente pelo Município (em **Entrecampos 476 fogos, dos quais 256 em obra e 220 em obra até ao final do ano**), com mais de **1500 fogos em Marvila e 460 fogos no Restelo** a iniciar a sua construção em 2022.

Operações de parceria com o setor privado em regime de concessão de imóveis municipais, convocando a iniciativa privada, com intervenções em curso como a Rua Gomes Freire e grandes operações em fase de concurso: **Benfica (459 fogos), Parque das Nações (154 fogos) e Paço da Rainha (55 fogos)**.

Apoio à operação a desenvolver pelo Estado Central, como no Miguel Bombarda, Cabeço da Bola, Estamo I e II no total de 680 fogos.

Aquisição estratégica de terrenos com potencial para desenvolvimento de operações preparação de renda acessível, como a Quinta da Alfarrobeira, (para o desenvolvimento de 275 fogos).

Operações de reabilitação de prédios municipais por toda a Cidade, em execução em Campolide, em Santa Maria Maior, nos Olivais, e operações com 290 fogos em preparação nas freguesias de Santa Maria Maior, Campo de Ourique, Estrela, Misericórdia, Campolide, São Vicente, Alcântara e Belém.



1

Mais Habitação Acessível

Os modelos que desenhamos e colocámos em marcha são inovadores no panorama da cidade e do país. **Estamos a criar uma política de habitação pública dirigida aos jovens e à classe média inovadora na abrangência e alcance.** Pelo caminho encontrámos e ultrapassámos contratemplos, como sempre sucede nos grandes desafios e quando se cria algo de novo. Vimos o modelo das parcerias com os investidores privados a ser analisado em profundidade tendo sido possível consolidar um modelo. Enfrentámos uma pandemia com efeito disruptor na capacidade de resposta do mercado. **Neste momento temos os instrumentos necessários e em manifesta aceleração de ritmo,** bem patente nas obras em curso por toda a cidade e naquelas que estão em condições de arrancar já em 2022.

Não só estamos a acelerar a construção de habitação acessível para os lisboetas, como estamos a fazê-lo respondendo aos requisitos mais exigentes do ponto de vista ambiental, de integração urbanística, densificando e melhorando as zonas da cidade que recebem estas intervenções, construindo novos equipamentos como creches e centros de saúde, espaços verdes e espaço público de qualidade que privilegia a mobilidade pedonal e ciclável.

Com a habitação acessível estamos a criar a cidade do sec. XXI:

Edifícios autossustentáveis com recurso a energia renovável; **casas com elevado conforto térmico e eficiência energética.**

Construção nova em vazios urbanos e reabilitação de edifícios em **integração urbanística** com as zonas adjacentes.

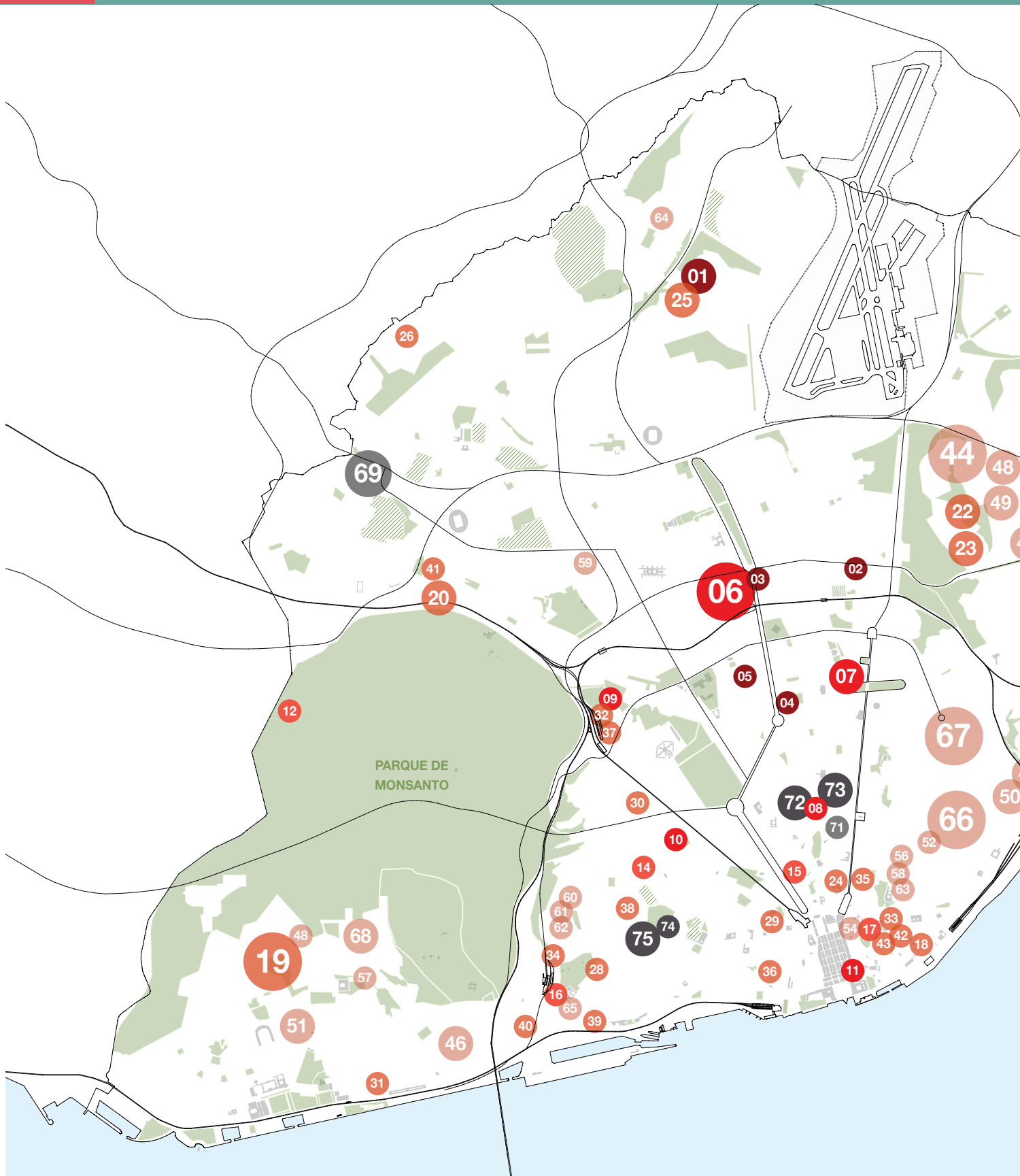
Intervenções que incluem a **construção de novos equipamentos coletivos como creches e centros de saúde,** criando igualmente espaço para **comércio e serviços de proximidade.**

Espaço público de qualidade, pedonal e ciclável; reperfilamento de vias existentes inadequadas ao atual modelo de mobilidade da cidade.

Novos jardins e incremento das áreas permeáveis.

1

Mais Habitação Acessível



1

Mais Habitação Acessível

INTERVENÇÕES DE HABITAÇÃO PÚBLICA

CONCLUÍDOS

- 01 - Bairro Cruz Vermelha • 02 - Av. Estados Unidos da América
- 03 - Av. República 1 • 04 - Av. República 2 • 05 - Av. Visconde Valmor

EM OBRA

- 06 - Entrecampos • 07 - Alameda Afonso Henriques • 08 - Rua Gomes Freire
- 09 - Rua de Campolide • 10 - Rua das Amoreiras • 11 - Rua dos Fanqueiros

EM CONCURSO OBRA

- 12 - Bairro da Boavista • 13 - Estrada de Moscavide • 14 - Rua do Cabo
- 15 - Rua de S. José • 16 - Calçada do Livramento • 17 - Rua do Recolhimento

EM PROJECTO

- 18 - Escadinhas de St. Estevão • 19 - Alto do Restelo • 20 - Quinta da Alfarrobeira
- 21 - Vale Formoso • 22 - Bairro da Flamengo 1 • 23 - Bairro da Flamengo 2
- 24 - S. Lázaro • 25 - Bairro Cruz Vermelha • 26 - Bairro Padre Cruz
- 27 - Bairro dos Alfinetes • 28 - Calçada das Necessidades

EM ESTUDO

- 29 - Bairro Alto • 30 - Vila Romão da Silva • 31 - Tv. Paulo Jorge • 32 - Vila Elvira
- 33 - Pátio D. Fradique • 34 - Tv. Horta Navia • 35 - Rua das Olarias
- 36 - Tv. do Cabral • 37 - Tv. do Tarujo • 38 - Rua Domingos Sequeira
- 39 - Tv. dos Brunos • 40 - Pátio Paulino • 41 - Estrada de Benfica
- 42 - Pátio do Peneireiro • 43 - Rua de Santa Cruz • 44 - Bairro dos Loíós
- 45 - Bairro das Amendoeiras 1 • 46 - Tv. Conde da Ribeira • 47 - Beco dos Toucinheiros
- 48 - Bairro das Amendoeiras 2 • 49 - Bairro das Amendoeiras 3
- 50 - Estrada de Chelas • 51 - Tv. St. António a Belém

CONCURSOS DE CONCESSÃO

- 52 - Vila Macieira • 53 - Pátio do Picadeiro • 54 - S. Cristóvão • 55 - Pátio do Beirão
- 56 - Rua da Graça 1 • 57 - Rua Augusto Gomes Ferreira • 58 - Rua da Graça 2
- 59 - Rua Direita de Palma • 60 - Rua Maria Pia 1 • 61 - Rua Maria Pia 2
- 62 - Rua Maria Pia 3 • 63 - Rua da Graça 3 • 64 - Estrada de S. Bartolomeu
- 65 - Beco dos Contrabandistas • 66 - Vale de Santo António • 67 - Olaias
- 68 - Alto da Ajuda • 69 - Av. Marechal Teixeira Rebelo
- 70 - Bairro das Laranjeiras • 71 - Paço da Rainha

EM ESTUDO / OPERAÇÕES ESTADO

- 72 - Hospital Miguel Bombarda • 73 - Quartel Cabeço da Bola
- 74 - Hospital Estrela • 75 - Cerca Convento da Estrela - Ala Sul

1

Mais Habitação Acessível

N.º fogos N.º PLANTA Localização

EM ATRIBUIÇÃO

- 01 Realojamentos do Bairro da Cruz Vermelha (malha 23.2 do PUAL)
- 02 Avenida EUA 37-37A/39-39A
- 03 Av Republica 100, 102C, 106 e Campo Grande 6-6B
- 04 Av Republica 4-4B
- 05 Av Visconde Valmor 48-48B

798

EM OBRA

- 06 Entrecampos, Avenida das Forças Armadas
- 07 Alameda Afonso Henriques n.º 82-82 B / Rua Manuel da Maia n.º 40 (residência de estudantes)
- 08 Rua Gomes Freire
- 09 Rua de Campolide n.º 292/302
- 10 Rua das Amoreiras n.º 57/59 e 61
- 11 Rua dos Fanqueiros n.º 38

154

EM CONCURSO OBRA

- 12 Reabilitação Urbana da Zona de Alvenarias do Bairro da Boavista
- 13 Estrada de Moscavide n.º 2/6
- 14 Rua do Cabo n.º 72/82
- 15 Rua de S. José n.º 44/52
- 16 Calçada do Livramento n.º 21/23
- 17 Rua do Recolhimento n.º 40

1 849

EM PROJECTO

- 18 Escadinhas de Santo Estêvão n.º 8
- 19 Alto do Restelo
- 20 Quinta Alfarrobeira
- 21 Vale Formoso – Rua Vale Formoso de Cima
- 22 Bairro da Flamengo - Rua Avelino Teixeira da Mota
- 23 Bairro da Flamengo - Rua Ferreira de Castro/ Rua Pedro Cruz
- 24 Rua de São Lázaro
- 25 Bairro Cruz Vermelha requalificação dois blocos
- 26 Reabilitação Urbana da Zona de Alvenarias do Bairro padre Cruz - Lotes 3 e 4
- 27 Bairro dos Alfinetes – Rua Carlos Gil
- 28 Calçada das Necessidades
- 29 Quarteirão dos Jornais - Bairro Alto
- 30 Vila Romão da Silva
- 31 Travessa Paulo Jorge
- 32 Vila Elvira
- 33 Pátio D. Fradique
- 34 Travessa da Horta Navia n.º 26
- 35 Rua das Olarias n.º 41/43
- 36 Travessa do Cabral n.º 3/3A
- 37 Travessa do Tarujo n.º 43/43A
- 38 Rua Domingos Sequeira n.º 68/72
- 39 Travessa dos Brunos n.º 29/31
- 40 Pátio do Paulino (Rua de Cascais n.º 23 a 27)
- 41 Estrada de Benfica 410-416
- 42 Pátio do Peneireiro (Largo do Peneireiro)/ Beco do Loureiro/ Largo do Peneireiro 2A-2H/2-8/1-2
- 43 Rua de Santa Cruz 23-27

1

Mais Habitação Acessível

3 791	EM ESTUDO
44	Bairro dos Loios - Pardal Monteiro
45	Bairro das Amendoeiras – Rua Engº Ferreira Dias
46	Travessa do Conde da Ribeira 66
47	Beco dos Toucinheiros, 22-27 - Beco da Amorosa, 8 e 9
48	Bairro das Amendoeiras - Santo Condestável
49	Bairro das Amendoeiras - Av. República da Bulgária
50	Estrada de Chelas 18-38 e 40-42
51	Travessa de Santo António a Santa Maria de Belém 28
52	Vila Macieira (Calçada dos Barbadinhos)
53	Pátio do Picadeiro
54	Escadinhas de S. Cristóvão/ Travessa da Madalena 16 (Pátio 1-5, Pátio 6-7); 10-16 (Pátio 8); 10-16 (pátio 9)/2-6
55	Pátio do Beirão (Rua do Açucar n.º 10 a 22B)
56	Rua da Graça n.º 69
57	Rua Augusto Gomes Ferreira 2, 4-6 e 8-10
58	Rua da Graça 21-21B
59	Rua Direita de Palma 6-7 e 8-9
60	Rua Maria Pia 399-411
61	Rua Maria Pia 363,365
62	Rua Maria Pia 369-369A
63	Rua da Graça 17-19
64	Estrada de São Bartolomeu 34-38
65	Beco dos Contrabandistas n.º 11
66	Vale de Santo António
67	Olaias (Av. Marechal Costa Gomes)
68	Alto da Ajuda
668	CONCURSO DE CONCESSÃO
69	Avenida Marechal Teixeira Rebelo (Benfica)
70	Bairro das Laranjeiras
71	Paço da Rainha
679	EM ESTUDO / OPERAÇÕES ESTADO
72	Miguel Bombarda
73	Cabeço da Bola
74	Hospital Estrela
75	Ala sul cerca convento da Estrela
RESUMO	
798	EM OBRA
154	EM CONCURSO OBRA
1849	EM PROJECTO
3791	EM ESTUDO
668	CONCURSO DE CONCESSÃO
679	EM ESTUDO / OPERAÇÕES ESTADO
7939	TOTAL

A photograph of an elderly woman with short, light-colored hair, smiling warmly. She has her arms around a young girl with braided hair, who is also smiling. They are outdoors in a park-like setting with trees and a grassy area in the background. The lighting is bright and natural, suggesting a sunny day.

MAIS

APOIO

E PROTEÇÃO

MAIS

DIREITO

À CIDADE



2

Mais Apoio e Proteção Mais Direito à Cidade

Porque todos somos diferentes, todos os dias.

A cidade de Lisboa enfrenta importantes desafios para futuro. As opções no combate à crise ecológica onde as alterações climáticas, o desenvolvimento económico, a qualidade de vida, impactam diretamente o futuro de mais de 100.000 crianças e jovens que habitam a cidade.

O futuro de Lisboa, a cidade que deixaremos aos nossos filhos, e aos nossos netos, decide-se hoje e marcará o nosso legado. É também para eles que trabalhamos, para lhes deixar uma cidade melhor do que encontramos. Para tal, dirigimos uma parte significativa da nossa ação política ao desenvolvimento das crianças e jovens de Lisboa, promovendo a igualdade de oportunidades, a coesão, mas principalmente, a sua felicidade.

As crianças têm o direito à cidade, têm o direito à rua, têm o direito a brincar. Num espaço onde possam ser autónomas, onde possam sonhar com a sua próxima aventura e onde possam viver em comunidade. A cidade só será verdadeiramente inclusiva se também for desenhada para as crianças.



2.1 Creches e Jardins de Infância

As creches são essenciais na vivência das cidades. Além de contribuírem para o desenvolvimento social e cognitivo das crianças, as creches são um apoio decisivo à parentalidade, permitindo uma maior compatibilização entre a vida profissional e familiar, contribuindo também para a igualdade de género.

Na última década, aumentámos a capacidade de oferta em 1500 lugares em creche, e é determinante prosseguir com um reforço significativo na oferta de lugares, garantindo que todas as crianças têm acesso a modernos equipamentos de creche, com espaços exteriores de recreio e espaços verdes, e equipas focadas no seu desenvolvimento físico, emocional, afetivo, cognitivo e social.

Reduzir progressivamente os valores pagos pelas famílias com creches, tendo em vista assegurar que **até ao final do mandato sejam gratuitas, para todas as famílias que residam em Lisboa e cujo patamar de rendimento não exceda os limites definidos para o programa da Renda Acessível.**

Aprovar a **Carta Municipal de Creches** enquanto instrumento estratégico de suporte a um novo ciclo de expansão da rede de creches (não lucrativa e de acesso não restrito) em articulação com os Instrumentos de Gestão Territorial e com a concretização das operações urbanísticas deles decorrentes.

Aumentar a cobertura da rede pública de creches assegurando a construção de novas unidades e garantindo uma melhor distribuição da oferta ao nível das freguesias.

Incentivar, nomeadamente através das juntas de freguesia, a frequência do jardim de infância pelas crianças das comunidades migrantes e de minorias.



2.2

Estudar em Lisboa, Oportunidades Para o Mundo

Estudar em Lisboa deve significar ser feliz, ter acesso seguro à escola, acesso a uma escola equipada, com o quadro de pessoal adequado ao acompanhamento do aluno em todas as suas vertentes. Porém a escola deve ser mais do que isso. Deve ser um lugar de igualdade de oportunidades, onde uma criança ou jovem se possa desenvolver pelo mérito e atingir os objetivos a que se propõe e que lhe são dados a conhecer. Devem ser jovens preparados para o mundo, beneficiando do elevador social na sua plenitude.

Uma Cidade onde o sucesso escolar é um direito ao alcance de todos.

Requalificar 25 Escolas Básicas e Jardins de Infância de modo a prosseguir a política de agregação das valências pré-escolar e de 1º ciclo e aumentar a oferta de vagas em jardins de infância.

Na sequência da descentralização de competências na área da educação, nomeadamente a **transferência das escolas do 2º e 3º ciclo** e do ensino secundário, implementar um programa de requalificação e modernização destes equipamentos.

Prosseguir com o recrutamento de **assistentes operacionais e assistentes técnicos para as escolas**, com estabilidade profissional e formação adequada.

Defender junto do Governo a **adaptação dos rácios de pessoal nas escolas** como forma de promover a melhoria contínua do acompanhamento dado às crianças e a maior flexibilidade dos equipamentos na organização de atividades, bem como a sua abertura à sociedade.

Criar um programa (“Come melhor, faz melhor”), envolvendo nutricionistas e alguns dos melhores Chefes de Lisboa, para alterar a ementa das refeições escolares em Lisboa, garantindo produtos saudáveis e uma ementa equilibrada e rica em nutrientes. Depois de acabar com o plástico nas refeições escolares, e promover a confeção local em todas as escolas do primeiro ciclo, é preciso dar um novo passo na melhoria da qualidade alimentar nas escolas de Lisboa. Os níveis crescentes de obesidade infantil, a que se junta o facto de um número ainda significativo de crianças ter a melhor refeição do dia na escola, obrigam a repensar e melhorar substantivamente a qualidade da alimentação escolar.

Lançar o **concurso “Escola Verde”** em parceria com o programa Eco-escolas, para distinguir as escolas que atinjam e superam metas ambientais quer ao nível da escola quer ao nível da capacidade de envolvimento da comunidade.

Rever a Carta Educativa tendo como um dos principais critérios do seu zonamento a acessibilidade a pé, criando, em paralelo e complementarmente soluções de transporte escolar e de acessibilidade de bicicleta.

Apoiar a criação de **espaços** que permitam ações de **recuperação pedagógica** face às dificuldades e desigualdades provocadas pela pandemia e anteriores ciclos de pobreza, bem como de promoção da saúde mental.

Criar uma **estrutura multidisciplinar** para prevenir situações de **abandono escolar precoce, violência doméstica, bullying, discriminação racial, religiosa ou de género, de crianças e jovens**, com técnicos especializados nas áreas da psicologia, mediadores culturais, assistentes sociais, CPCJ e técnicos de saúde pública, nas escolas de 1º e 2º ciclo.

Desenhar e implementar uma **Política Municipal de Juventude** da cidade de Lisboa, em conjunto com as organizações do Conselho Municipal de Juventude, nomeadamente: garantindo uma rede de espaços de estudo, partilha e lazer em toda a cidade, a realização anual da Semana da Juventude e uma ação anual de início de ano letivo junto da comunidade estudantil, com a finalidade de sensibilizar para a importância do associativismo juvenil e estudantil.

Expandir o **Orçamento Participativo Escolar LX** a todas as escolas de 2º, 3º ciclo e secundário da cidade de Lisboa, com vista a promover, em parceria com estas, a participação das crianças e jovens na gestão da cidade e no reforço da participação cidadã.

Dinamizar programas de **ocupação e formação** para jovens que não estão nem a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação.

Estender as ofertas das AEC a programas de estudo acompanhado para **garantir a escola a tempo inteiro nos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico**, integrado com programa de voluntariado subsidiado de estudantes universitários – através da criação do Programa Dá o teu Melhor.

Garantir o desenvolvimento de **atividades desportivas e criativas**, como a dança, teatro e música, no âmbito das CAF/AAAF do 1º ciclo, sempre que possível fora do recinto escolar, e para os alunos do 5º e 6º ano, em parceria com os agrupamentos de escolas, juntas de freguesia, associações de pais e universidades da cidade.

Promover a coesão e qualificação em áreas estratégicas, fomentando a capacidade de aprendizagem, adaptação e novos modelos de colaboração, dando acesso a jovens entre os 12 e os 18 anos a **competências** como as **tecnologias de informação e indústrias criativas**, quer pelo desenvolvimento de novas parcerias, quer pela continuação de projetos como o “Young Creators – Tecnologia Criativa para Jovens” ou a “Maker Faire”.

Abrir **salas de estudo 24 horas**.

Expansão do projeto **“Study in Lisbon”** e **“Research in Lisbon”** - promovendo a atração de estudantes e investigadores estrangeiros através do aprofundamento na relação com as Universidades de Lisboa, estabelecendo novas parcerias e contratos estratégicos com cada uma das instituições de ensino superior; a dinamização do portal “Study and Research in Lisbon” e com a expansão dos serviços disponibilizados no “Study Lounge” (espaço de receção e informação aos estudantes, incluindo um posto de atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).



2.3 Uma Cidade que Garante o Direito à Saúde

Numa cidade moderna e cosmopolita, os serviços de saúde de proximidade assumem um papel determinante para garantir melhor saúde pública ao nível da promoção e prevenção do tratamento, da reabilitação e dos cuidados paliativos dando um importante contributo para desobstruir as urgências nos hospitais e lidar com os desafios emergentes que podem ameaçar a saúde o bem-estar da comunidade.

O combate à pandemia mostrou a importância do Serviço Nacional de Saúde dinâmico e de qualidade, ao serviço dos cidadãos, independentemente da sua condição socioeconómica e que a articulação entre o Estado Central e as autarquias é decisiva na defesa da vida humana e na saúde dos cidadãos.

No último ano e meio, o apoio decisivo do Município no combate à pandemia tornou muito claro o papel relevante que o município pode e deve assumir no desenvolvimento de políticas públicas no âmbito da saúde, contribuindo para diminuir as desigualdades de acesso dos cidadãos a estes serviços, na proteção dos efeitos na saúde das alterações climáticas e na promoção da resiliência da população face a estas ameaças. Este apoio traduz-se não só em medidas diretamente relacionadas com a saúde mas também pela promoção contínua de estilos de vida mais activos, mais saudáveis, contemplando a melhoria do espaço público, dos espaços verdes ou das ciclovias na cidade de Lisboa. É preciso preparar a cidade e investir na saúde, dotando-a de mais e melhor capacidade de resposta, alavancando a oportunidade que resulta do Plano de Recuperação e Resiliência e do investimento previsto na melhoria dos cuidados de saúde primários, da rede nacional de cuidados continuados, na melhoria dos equipamentos hospitalares, pelo que propomos:

Dar início à construção de mais **6 unidades de saúde de nova geração**, com mais valências e especialidades de cuidados de saúde primários contribuindo assim para uma maior oferta da rede.

Promover a expansão da rede de cuidados continuados e paliativos, através da construção de mais **3 centros intergeracionais e 4 unidades de cuidados continuados**.

Implementar o **Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida** da Cidade de Lisboa, enquanto instrumento de definição de metas e objetivos para melhorar os indicadores de saúde.



2.3 Uma Cidade que Garante o Direito à Saúde

Rever a **Carta dos Equipamentos de Saúde** em função da nova realidade censitária, bem como da política municipal de habitação.

Acompanhar proactivamente a reorganização da rede hospitalar de Lisboa.

Criar **Sistemas Locais de Saúde**, em parceria público-público, para uma resposta mais eficaz dos recursos disponíveis.

Constituir uma **Rede de Saúde Pública** na cidade de Lisboa vocacionada para a vigilância epidemiológica e monitorização da saúde dos cidadãos, e para uma intervenção rápida e eficaz.

Criar um **Observatório de Saúde de Lisboa** para monitorização de dados da saúde, mapeamento de recursos, identificação do número de pessoas sem médico de família, gestão das parcerias e identificação das redes formais e informais públicas e privadas na área da saúde.

Criar um **Conselho Municipal de Saúde**, enquanto estrutura de natureza consultiva, para acompanhar e analisar as políticas de saúde.

Implementar o **Plano Municipal de Prevenção e Combate aos Problemas de Saúde Mental**.

Enquanto membro da rede de “Fast Track Cities” (“Cidades na Via Rápida para Eliminar o VIH”), traçar uma estratégia municipal para a disponibilização de **profilaxia pré-exposição ao VIH** no Município.

Continuar a implementação do **Programa Municipal de Intervenção na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências**, assim como o reforço da distribuição gratuita de material seguro para os consumos fumados e a criação de um autocarro informativo com equipamento de “drug check-in” para utilização em contexto recreativo, com vista à prevenção e redução de riscos junto da população jovem.

Abrir uma **“WetHouse”**, para tratamento e diminuição progressiva do consumo de álcool de forma acompanhada.



2.4 Segurança, Socorro e Proteção Civil

Lisboa é uma das cidades mais seguras do mundo e conta com um serviço de Proteção Civil atento às necessidades dos Lisboetas nos momentos mais difíceis, uma Polícia Municipal disponível e presente na cidade e um Regimento de Sapadores Bombeiros de excelência.

Os próximos anos serão de consolidação destas competências e de crescente articulação entre os agentes de segurança e de proteção civil e do reforço de meios disponíveis ao serviço da cidade.

Uma Proteção Civil sempre alerta.

A pandemia, para a qual ninguém estava preparado, mas a que todos tivemos que responder, mostrou-nos o que fomos capazes de fazer para proteger os Lisboetas, e a importância de responder a qualquer desafio. Assim, assume-se como prioritário:

Manter o apoio necessário ao Serviço Nacional de Saúde nas campanhas alargadas de vacinação seja contra a gripe sazonal seja a eventuais reforços da vacina à COVID-19.

Reorganizar o Centro de Operações da Proteção Civil de Lisboa, integrando a Central de Comunicações da Proteção Civil, o Dispositivo Integrado e Permanente de Emergência Pré-Hospitalar e o Gabinete de Gestão e Tratamento da Informação com uma maior proximidade destes aos dispositivos do Regimento de Sapadores Bombeiros e Polícia Municipal.

Participar na **Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário** tendo como objetivo criar respostas transversais e estruturadas para a disponibilização de alojamento de emergência ou de transição.

Desenvolvimento do **Projeto de Planeamento Local de Emergência**, de forma coordenada com as 24 Juntas de Freguesia e respetivas Unidades Locais de Proteção Civil.

Conclusão e operacionalização dos **Planos de Intervenção de Proteção Civil** para o **Risco Sísmico e de Tsunami** em Lisboa.

Alargamento e reforço do programa **Crescer na Segurança** junto da rede escolar, pública e privada, da cidade.



2.4 Segurança, Socorro e Proteção Civil

Uma Polícia pela Justiça e por Lisboa.

A Polícia Municipal de Lisboa é reconhecida pelos Lisboetas como uma polícia presente, com particular proximidade no âmbito do policiamento comunitário. A ação dos próximos anos da Polícia Municipal será de afirmação como um comando de excelência no contexto nacional e de referência no contexto internacional.

- Reforço de efetivos** da Polícia Municipal por via de novas entradas de elementos para a Guarda Florestal dedicados à segurança dos espaços verdes municipais e pugnar pela transferência de polícias para o comando da Polícia Municipal.
- Continuar o reforço da ação da Polícia Municipal na gestão do **trânsito e estacionamento** da cidade de Lisboa, priorizando o desempenho da Carris enquanto operador de transporte público da cidade.
- Participação ativa na **proteção da envolvente das escolas** da cidade.
- Reforço dos meios tecnológicos ao dispor da Polícia Municipal, quer para a **fiscalização** quer para a modernização e **digitalização** dos processos internos, libertando mais horas de polícias junto da população.
- Implementar o **“Programa Cidadão em Segurança/ Cidadão Mais Seguro”** onde serão desenvolvidas ações de sensibilização adaptadas aos vários grupos da população, como moradores, comerciantes, idosos, jovens ou crianças, sobre conselhos de segurança e medidas de autoproteção.
- Potenciar e dinamizar o papel do **Conselho Municipal de Segurança**.
- Manutenção e reforço do apoio do Município às ações da PSP quer do ponto de vista operacional quer do ponto de vista do Investimento, com destaque à melhoria e **modernização das esquadras de Lisboa**, como as de São Domingos de Benfica ou dos Olivais, acompanhamento da nova esquadra de Marvila, bem como equipamentos estratégicos de segurança pública, como seja a disponibilização para uso exclusivo da PSP do sistema de **videovigilância** em zonas de maior risco da cidade.

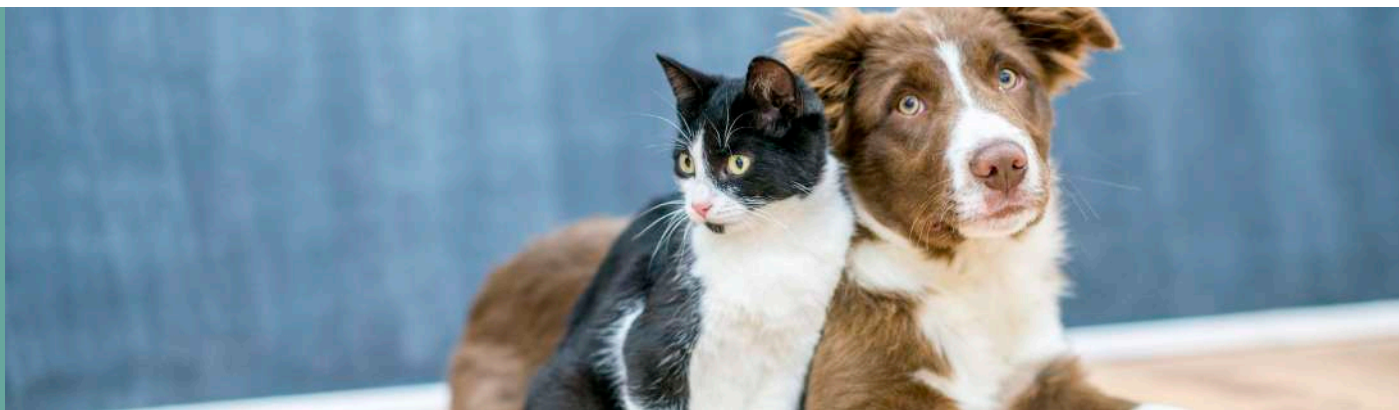


2.4 Segurança, Socorro e Proteção Civil

Um Regimento de Sapadores Bombeiros de excelência.

Nos últimos 10 anos o investimento da Câmara em pessoal, instalações e equipamentos no socorro e emergência da cidade tem sido significativo. O objetivo é muito simples: ter os melhores ao serviço de Lisboa, proteger Lisboa.

- Continuar a aposta no **rejuvenescimento do quadro** de sapador bombeiro, com a abertura periódica de concursos e continua promoção dos quadros, defendendo a excelência.
- Manter a aposta no desenvolvimento da **Escola e na formação** como uma referência nacional.
- Assegurar a execução e conclusão do **novo quartel central da cidade em Marvila** num investimento superior a 6M de euros.
- Continuar o plano de ampliação e renovação do **quartel de Benfica**, remodelar e renovar os quartéis da **Graça, Santo Amaro, Defensor de Chaves e Encarnação**.
- Desenvolver e promover a criação do **Museu do Bombeiro**.
- Continuar a implementação do plano de renovação do equipamento do RSB.
- Manter ligação com a academia e sociedade civil por forma a desenvolver soluções operacionais e de comando e controlo, programas de treino e sinergias que reforcem a resposta do RSB à Cidade de Lisboa.
- Desenvolver **projetos inovadores** e implementar, nomeadamente, a utilização de motociclos para execução de reconhecimento e serviços.



2.5

Viver com animais de companhia

Os animais desempenham uma função importante na cidade, quer pela promoção de saúde mental dos seus donos, como se evidenciou durante os períodos de confinamento durante a pandemia, quer pela companhia e estímulo das pessoas a se manterem mais ativas e reforçando o sentido de comunidade.

As colónias de gatos, devidamente esterilizadas e higienizadas, próximas dos centros residenciais ajudam também a combater pragas de roedores.

Porém, necessidades como alimentação e saúde animal constituem gastos bastante elevados, que poderão levar a algumas famílias entregarem os seus animais, ou até mesmo ao abandono na via pública. Assim propomos:

- Reforçar a Provedoria dos Animais de Lisboa de **recursos humanos e materiais** necessários para a sua atividade, garantindo uma estabilidade temporal necessária ao funcionamento do serviço.
- Incluir uma **rede de pontos focais** da Provedoria dos Animais de Lisboa, a abranger cada freguesia ou grupo de freguesias.
- Aprovar o **Regulamento Municipal de Saúde e Bem-estar Animal** no Município.
- Disponibilizar apoio para **tratamentos, esterilização, vacinas, desparasitação e alimentação** de animais de companhia para famílias carenciadas.
- Assegurar a **formação para funcionários** das juntas de freguesia – atendimento e apoio social de famílias carenciadas com animais de companhia.
- Reforçar a **rede de parques caninos e de colónias de gatos** na cidade de Lisboa, aproximando-a dos centros residenciais.
- Reforçar a atuação do **Centro de Recuperação de Animais Silvestres**, em estreita articulação com o ICNF, com a PSP (Defesa Animal) e GNR (SEPNA/SOS Ambiente e Território).
- Promover campanhas que visem aumentar a taxa de **adoção** e sensibilizar a população para o **não abandono** de animais.
- Reforçar o número de **parques** para animais da cidade.
- Reforçar o número de **abrigos** para cães e gatos.
- Alocar uma **verba** específica do **orçamento participativo** da cidade para projetos relacionados com o **bem-estar animal**.

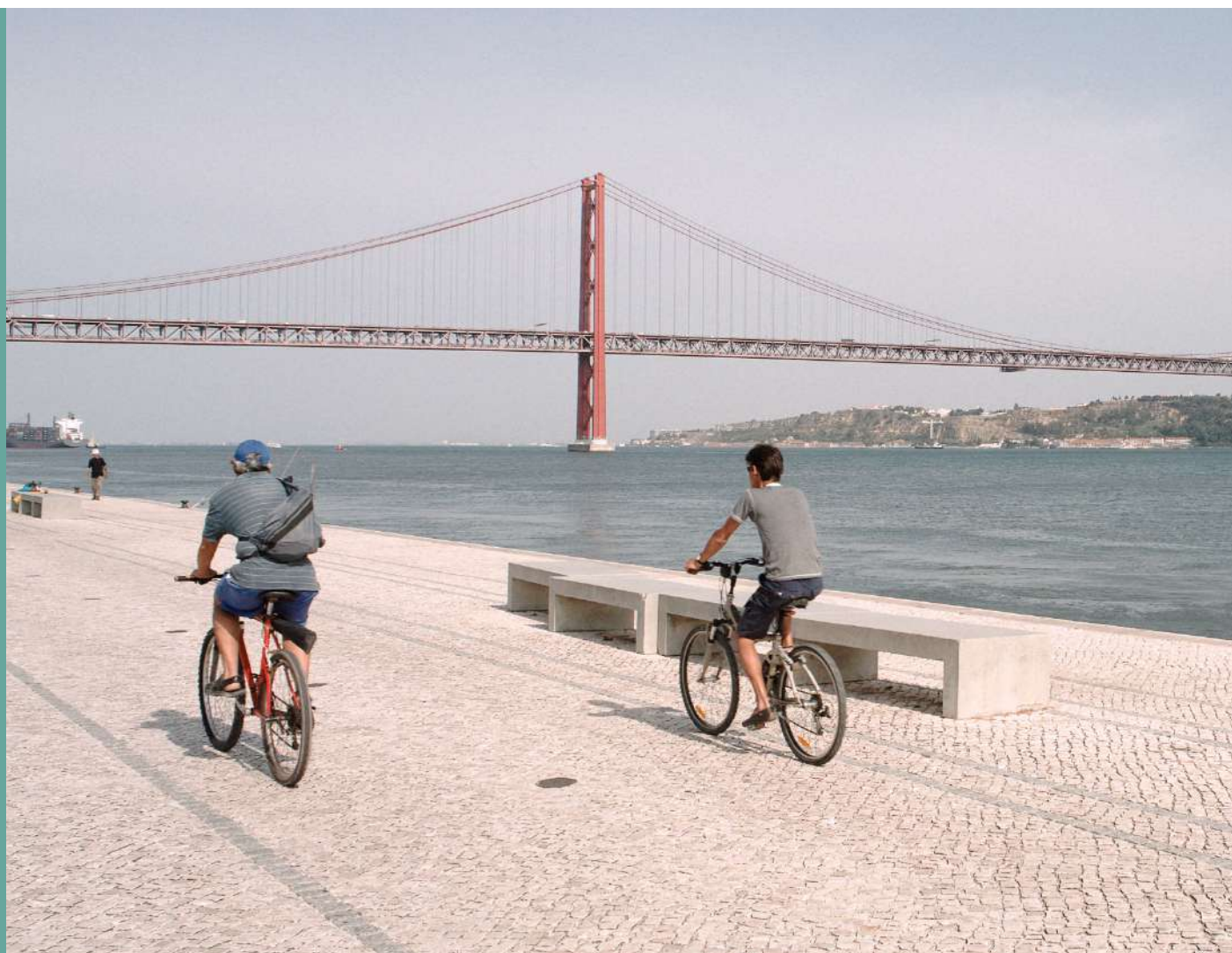
MAIS

MOBILIDADE,

MAIS

SUSTENTÁVEL





3

Mais Mobilidade, Mais Sustentável

Uma cidade à escala humana, segura. Uma cidade para caminhar, com uma mobilidade Urbana Sustentável.

Os objetivos da Nações Unidas são claros: até 2030, providenciar acesso a um sistema de transportes seguro, económico, sustentável e acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária, alargando a rede de transportes públicos, prestando especial atenção às necessidades daqueles em situações mais vulneráveis, como mulheres, crianças, pessoas com mobilidade condicionada e idosos. Ao mesmo tempo, assistimos a uma clara humanização das cidades baseada nas relações de proximidade, de bairro, que promove as deslocações a pé e de bicicleta.

É neste paradigma que devem ser priorizadas as ações no sistema de mobilidade e transportes da cidade, correspondendo à concretização da estratégia MOVE Lisboa - Visão Estratégica para a Mobilidade de Lisboa 2030, com a suporte e monitorização do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. É também neste período que se concretizará o maior plano de investimentos de sempre na área metropolitana, onde o Plano de Recuperação e Resiliência assume um papel chave, por exemplo nos investimentos do Metropolitano de Lisboa, e onde serão ainda canalizados fundos da política de Coesão. Conjugado com o investimento municipal, iremos assistir à maior década de investimento no transporte colectivo da Área Metropolitana de Lisboa.



3.1 Transportes Públicos Sustentáveis

Não será possível atingir as metas de descarbonização e de sustentabilidade da cidade de Lisboa sem um **sistema de transporte público de excelência**.

Implementar uma **rede de corredores estruturantes** de mobilidade, que têm como princípios a sustentabilidade, o combate às alterações climáticas e a promoção de saúde e bem-estar da comunidade. Estes corredores integram a **rede pedonal, a rede ciclável estruturante**, uma rede de **transportes públicos não poluentes** e respetivos **interfaces** de transporte. Definirão as prioridades de intervenção no espaço público, numa lógica de continuidade de ligação entre diferentes setores da cidade e nos bairros, promovendo a coesão social e territorial. São instrumentos para a concretização desta rede:

- O **Plano de Investimentos Metropolitano** focado na coesão, competitividade e descarbonização da região, em particular na cidade de Lisboa, nos sistemas de **Metro Ligeiro LIOS**, incluindo a Linha LIOS Ocidental, ligando Alcântara, Ajuda, Belém e Oeiras; a Linha LIOS Oriental, ligando Santa Apolónia, Beato, Parque das Nações e Loures; a melhoria do **corredor Alcântara e Santa Apolónia**, concretizando ainda um **grande interface** de transportes em **Alcântara** entre Linha de Cascais, Linha da Azambuja, Linha Vermelha do Metropolitano e LIOS Ocidental; e **rede ciclável**, com respetivas obras de espaço público.
- A concretização do plano de **expansão do Metropolitano de Lisboa**, com a continuação da obra da Linha Circular (permitindo maiores frequências na zona central, sem prejudicar a ligação atual entre Odivelas e Cais do Sodré), expansão da linha vermelha a Alcântara, e ligação de Telheiras a Colégio Militar/Benfica.
- Desenvolvimento dos trabalhos com vista à construção de um **túnel ferroviário entre Algés e Cais do Sodré** devolvendo o acesso ao rio à zona ocidental de Lisboa, e respetivo plano de intervenção no território.
- **Reconstrução da 2ª Circular**, com um perfil mais urbano e um **corredor de transporte público** em sítio próprio, com base num alargado exercício de participação pública.
- **Modernização dos terminais** da cidade de Lisboa, concretizando a modernização do terminal do Colégio Militar e de Sete Rios, bem como a realocação do terminal do Areeiro. Início da gestão integrada dos terminais de serviços expresso de Sete Rios e Oriente.
- **Revisão das praças de táxi** da cidade de Lisboa e adaptação para uso de veículos elétricos.



3.1 Transportes Públicos Sustentáveis

Menos Carros, Mais Carris – continuação da afirmação da Carris como o maior operador público de transporte rodoviário nacional e uma empresa pública de excelência, com:

- Aquisição de **350 novos autocarros** para a Carris até 2025, **de baixas e zero emissões**, correspondendo a um aumento de 40% da oferta desde que a Câmara Municipal de Lisboa assumiu a gestão da Carris em 2017. Lançamento do procedimento de aquisição de **10 elétricos históricos**.
- Início das operações da **Linha E15 entre Cruz Quebrada e Santa Apolónia** com a entrada em operação dos 15 novos elétricos rápidos.
- Entrada em funcionamento do **Funicular da Encosta do Castelo**.
- Início do processo de **revisão da rede da Carris**, a médio/longo prazo, com vista à melhoria da eficiência e qualidade do serviço para o passageiro.
- Reforço dos **corredores** de transporte BUS de **elevado desempenho** e seus meios de fiscalização.
- Melhoria da **acessibilidade e conforto** nas **paragens** de transporte público.

Transportes Metropolitanos – reforço dos sistemas **ferroviários e fluviais** na escala metropolitana. A par destes investimentos, a aposta na **melhoria do serviço** e na **qualidade** do sistema de transporte público será fundamental para as escolhas dos cidadãos nas suas viagens em Lisboa.

- **Infraestruturas do Plano de Investimentos Metropolitano**, como sejam o sistema de metro ligeiro entre Odivelas e Loures, o corredor Algés/Reboleira, o corredor Paço de Arcos/Cacém ou a expansão do Metro Sul do Tejo como adutores do sistema metropolitano de transportes e uma peça chave na redução de veículos que entram em Lisboa.
- **Melhoria de capacidade da linha de Cintura**, com vista ao reforço da oferta do eixo Sintra – Azambuja e serviço Norte-Sul (Fertagus), e defesa de uma nova **estação ferroviária em São Domingos de Benfica** na Av. Conde de Almoester.
- Entrada em operação de **novos comboios** ao serviço das ligações interurbanas.
- Concretizar a **“5ª Linha do Metro”**, entre Alcântara Terra e Sacavém.
- Introduzir **navios elétricos** na Transtejo para reforço da capacidade e alteração da autoridade de transportes com vista ao reforço dos serviços fluviais.
- **Redesenhar** o espaço urbano do anel da **infraestrutura ferroviária**, e junto às zonas ribeirinhas, como novas plataformas de espaço público da cidade.
- **Reforçar as competências da Transportes Metropolitanos de Lisboa.**
- Lançamento da **Carris Metropolitana** e aumento em **mais de 40% dos serviços rodoviários** metropolitanos (em operação em 2022).
- Pugnar por um modelo de **financiamento estável** para a **Área Metropolitana de Lisboa** sem dependência do Orçamento de Estado.

Um transporte **amigo das famílias**

- A crescente dinâmica da cidade exige novas soluções para responder aos horários e necessidades de cada um, sejam de trabalho ou de lazer, o que passa pela **melhoria** das opções de **transporte** disponíveis durante a **noite e madrugada**, com o **reforço do serviço noturno** e o aumento da **Rede da Madrugada** da Carris. Introdução de novos serviços, como o **transporte a pedido**.
- Defender, junto do Governo o **congelamento por mais 4 anos do preço do Navegante**. O mandato que agora termina foi o primeiro onde o preço dos transportes não aumentaram mas desceram de forma significativa.
- Lançamento de soluções de **desmaterialização de bilhética**, viabilizando o pagamento por telemóvel ou outros meios convenientes para o passageiro, abrindo a possibilidade de venda de bilhetes por terceiros com vista ao crescimento de soluções de mobilidade como serviço.
- Criação de um **programa municipal** que vise incentivar a **substituição do automóvel individual por modos sustentáveis** (oferta serviços de mobilidade e oferta de estacionamento num parque dissuasor EMEL) abdicando do dístico.



3.2 Ruas Seguras, Mais Autonomia na Cidade

Prioridade à vida. Limitação da velocidade de circulação para **30km/h** em todas as **vias locais no interior dos bairros**, implementando um processo de transformação de espaço público a médio/longo prazo que inclua a criação de zonas de coexistência junto a equipamentos com utilizadores vulneráveis.

Aprovar e implementar o **Plano Municipal de Segurança Rodoviária**, com vista a atingir, em 2030, **zero mortes** na cidade de Lisboa e redução para metade dos feridos graves ou muito graves.

Tornar a cidade mais acessível para todos que tenham alguma limitação física permanente ou temporária: reforço expressivo de passeios confortáveis e seguros; tender para a universalidade de passadeiras acessíveis, acelerando a sua reconstrução sem desnível e com pavimento tátil; crescimento da rede de elevadores e ascensores que ajudem a transpor de forma universal os desníveis das colinas de Lisboa.

Fomentar o uso de **modos ativos na comunidade escolar**, incentivando os percursos casa-escola a pé ou de bicicleta, em particular através do programa **“Comboios de Bicicletas”** e do programa de formação **“Lisboa Sem Rodinhas”** com vista a ensinar todos os alunos do primeiro ciclo a andar de bicicleta. Promover a existência de **parques de bicicletas em todas as escolas** de Lisboa.

Alargar o **Navegante Escola a todas as escolas** de Lisboa, concentrando serviços no cartão, como acessos e pagamentos, sendo o suporte de referência do universo escolar sob gestão municipal.

Desenvolver um programa ambicioso para a mobilidade escolar que promova autonomia das crianças e jovens e que ajude a diminuir o número de viagens de carro dentro da cidade, quer por via da **acalmia ou eliminação do tráfego na envolvente das escolas**, quer por via da promoção do uso de modos ativos.

Conceber um novo serviço de mobilidade escolar - **Os Amarelinhos** - baseado num conjunto diverso de serviços, incluindo a Carris, que complementem a mobilidade de proximidade e suportem o transporte de e para a escola, numa alternativa de uso de viatura própria.



3.3 Reencontrar o Equilíbrio entre o Carro e a Cidade

O carro faz parte das opções de mobilidade da cidade. Porém, diferentes opções políticas durante décadas levaram a uma excessiva dependência do uso deste modo de transporte, resultando em congestionamento, a falta de espaço para caminhar e brincar nos bairros, ruído e poluição. Importa por isso reencontrar o equilíbrio que satisfaça as necessidades mais prementes da utilização do carro, a começar pela mobilidade das famílias, e o compromisso de ocupação de espaço público e de espaço viário, que permita devolver a cidade às pessoas. Importa por isso que exista uma menor dependência do uso do carro traduzida numa repartição modal que privilegie os outros modos, ou por outras palavras, que dois terços das viagens na cidade não sejam feitas de carro.

Implementação do **SIMLx** enquanto **novo sistema de gestão de semáforos** da cidade, com foco na **segurança**, no **bem-estar** do peão, na promoção da **velocidade** comercial do **transporte público** e de corredores de **emergência** e uma **gestão** integrada dos fluxos de **tráfego** e das interseções viárias em função das diferentes condições de tráfego ao longo do dia.

Inclusão no **orçamento participativo** de uma linha dedicada à **alocação de 10% das receitas do estacionamento** tarifado, recolhidas em cada freguesia, a **projetos de mobilidade**, formação cívica ou de melhoria do espaço público.

Revisão do regulamento de estacionamento de Lisboa, com vista à implementação de critérios de atribuição de dísticos de residentes que acompanhem a realidade de cada freguesia, e alargamento das zonas de estacionamento regulado para as zonas não cobertas da cidade, onde se verifique uma elevada ocupação do estacionamento e por acordo com as juntas de freguesia.



3.3 Reencontrar o Equilíbrio entre o Carro e a Cidade

Construção de **12 parques de estacionamento para residentes** com tarifário reduzido (2400 lugares), em zonas de elevada pressão, com libertação de espaço público para passeios, zonas de estar e brincar, em particular nas Freguesias de Alcântara, Alvalade, Areeiro, Beato, Benfica, Campolide, Campo de Ourique, Estrela, Penha de França, São Vicente. Utilização de parques públicos de novos empreendimentos como instrumento de gestão da pressão de estacionamento para residentes.

Reforço dos meios de **fiscalização do estacionamento**, em particular nas zonas de residentes.

Ampliação da rede de **parques dissuasores** na cidade de Lisboa, devidamente articulada com a rede rodoviária e a oferta de transporte público, que acompanhe o ritmo de procura sobre estas infraestruturas, à data sem ocupação plena.

Alargamento do número de lugares para **estacionamento de motociclos**, acompanhando a procura crescente deste modo de transporte.

Alargamento da rede de BUS + Moto nos novos corredores de transporte público da cidade.

Introdução de **zonas piloto** para gestão inovadora do **“CurbSide”** (lugares junto ao passeio), com vista a uma maior flexibilidade da ocupação do espaço público, seja para efeitos de paragem de transporte público, tomada e largada de passageiros, estacionamento de curta duração, melhorando o nível de serviço de uma rua da cidade em função do seu perfil de funcionamento, variável ao longo do dia e ao longo da semana.



3.4 Promoção do Modo Ciclável

Contribuir para os objetivos da **Estratégia Nacional de Mobilidade Ativa**, ambicionando ultrapassar as metas de **4%** de repartição modal das viagens em **bicicleta** na cidade de Lisboa até 2025.

Ampliação da rede ciclável e respetiva discussão pública com vista à sua **expansão, segura e conectada**, com particular enfoque nas **ligações entre bairros** e a equipamentos como **escolas**.

Concretização dos seguintes **eixos cicláveis**: Praça de Londres e Av. do Brasil; Areeiro e Aeroporto; Carnide e Estação de Benfica; Alcântara e Algés, a norte da linha férrea; Olivais e o limite do concelho; Olivais e Beato, através da Av. Santo Condestável; completar o percurso ciclável ribeirinho entre o Rio Trancão e Algés. **Consolidar e melhorar** os eixos construídos de forma **pop-up**. Garantir **continuidade da rede** com todos os **municípios vizinhos**.

Garantir progressivamente e por via dos instrumentos adequados que os **novos edifícios ou os edifícios reabilitados** incluam zonas adequadas de **parqueamento de bicicletas, coberto e seguro**.

Criar **sinalização direcional** em toda a rede ciclável.

Alargar o **acesso** do sistema de bicicletas partilhadas **GIRA a maiores de 14 anos** e a extensão do serviço a **todas as freguesias** de Lisboa e aos **concelhos vizinhos** de Lisboa interessados. **Integração do sistema GIRA** na oferta do **passo Navegante**, com simplificação do pagamento e discriminação positiva do utilizador de transporte público e **passo família**. Possibilidade de cofinanciamento de entidades terceiras de estações GIRA com vista a acelerar o alargamento da rede.

Implementar uma parceria para a inovação para a criação e implementação de um sistema de **bicicletas de carga partilhadas**.

Implementar uma **rede de estacionamento de longa duração de bicicletas (biciparks)**, em particular em áreas consolidadas sem garagens privadas, e **integrado com o sistema Navegante** enquanto meio de acesso.

Manutenção do programa de **apoio à aquisição e reparação de bicicletas**.

Alargar os programas de **formação** e acompanhamento de adultos na **utilização de bicicleta em ambiente urbano**.

Adaptar as escolas de “trânsito” de Lisboa para escolas de mobilidade, permitindo a formação de jovens em matérias como a circulação em meio urbano e a prevenção rodoviária.



3.5 Logística Urbana, Transportes Profissionais e novas formas de Mobilidade

Acompanhar e alargar o Compromisso Verde e o Pacto de Mobilidade potenciando o **envolvimento de empresas**, estabelecimentos de ensino e outros polos geradores de deslocações, na gestão da mobilidade por si induzida por via de ação concreta.

Melhoria dos instrumentos de gestão, circulação e paragens de transportes profissionais, como sejam transportes turísticos e de animação turística, logística urbana e TVDE.

Apoiar os trabalhos de **reorganização do sistema logístico** desenvolvidos ao nível da Transportes Metropolitanos de Lisboa, com vista à redução dos movimentos de entrada de Lisboa.

Responder aos novos desafios resultantes do e-commerce e da logística tradicional, reforçando **soluções de hub e microhub logísticos**, gestão diferenciada de territórios da cidade, e **sensorização** de lugares de cargas e descargas para uma utilização mais eficaz.

Fomentar a **adoção de zonas de estacionamento fixas para veículos de mobilidade partilhada**, como sejam as trotinetes, em zonas de maior procura.

Consolidar o ecossistema de mobilidade, procurando o **diálogo e a cogovernança** com o sector, a promoção da **inovação** e o desenvolvimento pleno de **soluções de Mobilidade como Serviço (MaaS)**.



3.6 Mobilidade Elétrica e Descarborizada

Acelerar a **eletrificação e descarbonização** da mobilidade e transportes através de:

Conclusão do acordo com o **Porto de Lisboa** com vista à sua **eletrificação**, para que os navios cruzeiros possam atracar e aí permanecer utilizando apenas energia elétrica.

Disponibilização de **2000 pontos de carregamento** até 2025, agilizando o processo de licenciamento municipal, e por conjugação de investimento público e privado.

Promoção da introdução de pontos de **carregamento elétrico em garagens** de condomínios conectadas à rede MOBI.E, por via da simplificação e isenção de taxas do processo de adaptação das garagens, e promoção de ofertas por parte dos operadores de ponto de carregamento.

Promoção do **investimento privado em hubs de carregamento** destinados a **frotas profissionais**, incluindo táxi, TVDE e logística urbana.

Manutenção do incentivo ao **estacionamento gratuito de veículos elétricos** na cidade de Lisboa até 2025.

Introdução de lugares de **carregamento de veículos elétricos** em todos os **parques sob gestão municipal**, direta ou indireta, até 2025.

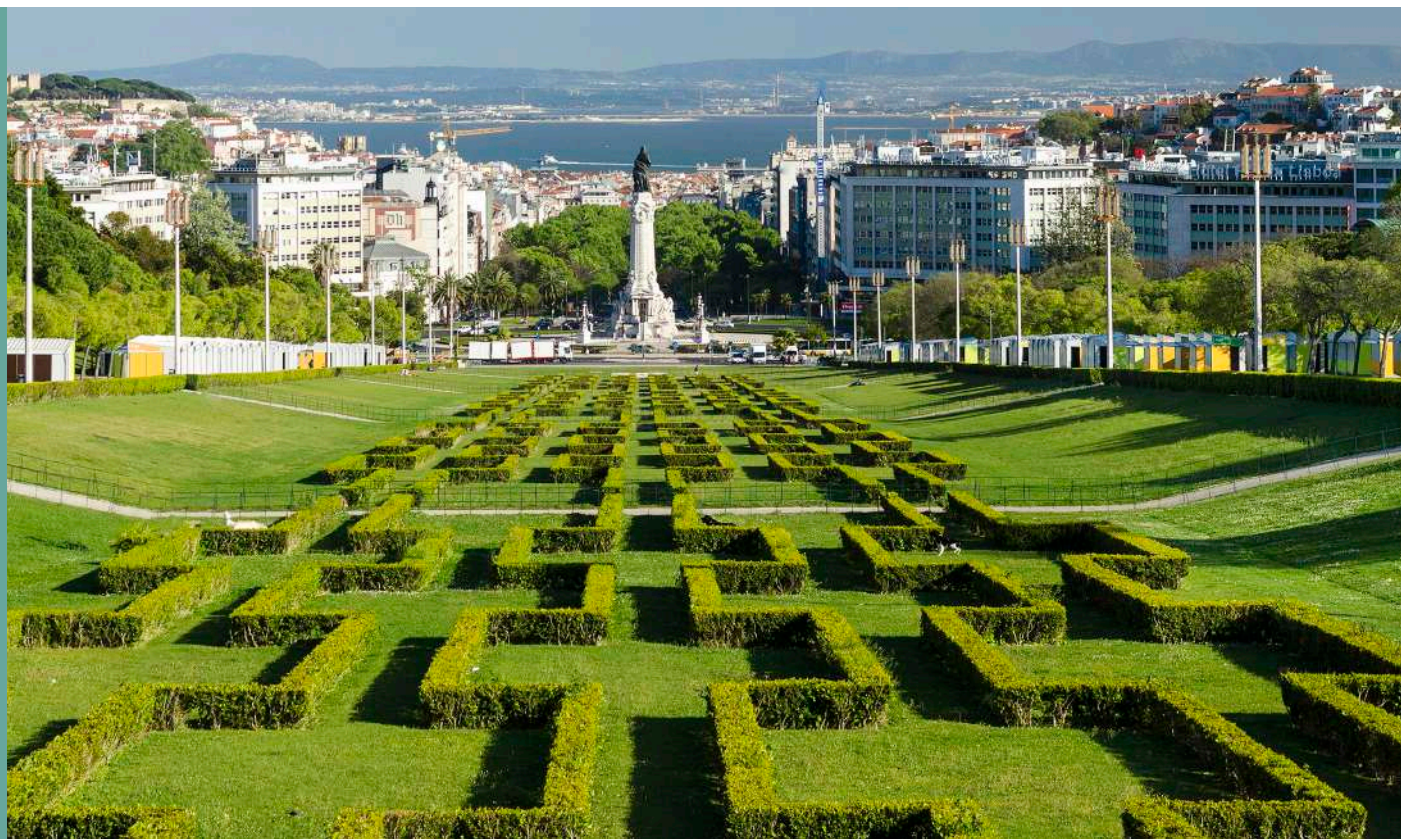
Promover a implementação do **primeiro ponto de abastecimento de hidrogénio** para veículos rodoviários acessível para as frotas de Lisboa.

MAIS

CAPITAL

VERDE





4

Mais Capital Verde

O número de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, inundações e secas, tem vindo a aumentar e tenderá a intensificar e tornar-se mais frequente com o aquecimento global, como refere o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (PIAC), de agosto de 2021. Muitas alterações serão irreversíveis, com impactos maiores nos grupos mais desfavorecidos, mas este relatório indica que o aquecimento global ainda pode ser limitado a 1,5° C com menores impactos, desde que se atinjam emissões líquidas mundiais nulas de gases com efeito de estufa (GEE) até 2050.

As medidas vigentes não serão suficientes, sendo necessário um compromisso, do global ao local. Quatro anos depois do Acordo de Paris, a Lei Europeia do Clima assinada em junho, na vigência da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, reforça o caminho para a neutralidade climática europeia até 2050 e intensifica o enfoque ao nível da adaptação às alterações climáticas. As cidades têm um papel fundamental neste caminho, o que foi também posto em evidência pelo PIAC no seu último relatório.

Lisboa Capital Verde Europeia 2020 foi um galardão atribuído em 2018 que reconhece a transformação da cidade na última década - ao nível da estrutura verde, natureza e biodiversidade, mobilidade, gestão de água potável e águas residuais, energia, qualidade do ar, ruído, produção e gestão de resíduos sólidos, gestão ambiental integrada - e que renova o seu compromisso para alcançar um melhor ambiente urbano até 2030.

Lisboa elaborou em 2020 o Plano de Ação Climática 2030, que consolida a visão e ação da cidade: Lisboa, uma cidade neutra em carbono, resiliente e inclusiva, adaptada no presente, a preparar o futuro. Sendo a agenda para uma década, será na primeira metade que se concentrarão os maiores esforços de mitigação e adaptação às alterações climáticas, cumprindo o princípio fundamental de inclusividade, garantindo uma transição justa que combate as desigualdades e que não deixa ninguém para trás.



4.1 Liderar na Ação Climática

Lisboa deve continuar a consolidar o seu papel no grupo líder mundial no combate às alterações climáticas. Desde logo, o legado da Lisboa Capital Verde 2020 deve ser promovido, contribuindo para a visibilidade da cidade, da área metropolitana e do país no contexto europeu. Também, dever-se-á dar continuidade à presença em redes internacionais de influência e reforçar o posicionamento na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

■ Criar o primeiro **Gabinete Municipal para Combate às Alterações Climáticas**, com reporte direto ao Presidente da Câmara e transversal aos serviços municipais, tendo como missão assegurar a implementação dos planos municipais nas áreas do ambiente e da sustentabilidade ambiental e propor melhorias aos projetos a desenvolver ou em curso.

■ Reforçar a **participação** de Lisboa nas principais **redes internacionais** das áreas do ambiente e clima, nomeadamente no Pacto dos Autarcas Energia e Clima e na rede C40 Cities, subscrevendo e divulgando os **compromissos de redução das emissões em 2030 e de neutralidade climática em 2050**, assegurando o combate à pobreza energética e o envolvimento da população, empresas e outros atores locais, e contribuindo para a concretização do Pacto Ecológico Europeu e operacionalização da Lei Europeia do Clima.

■ Lançar o **Programa Bairro do Futuro** – carbono neutro, em parceria com entidades públicas e privadas, tendo como objetivo **transformar um bairro numa zona neutra em emissões de Gases com Efeito Estufa**.

■ **Contribuir** ativamente para a implementação dos projetos previstos no **Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas**, incluindo a estruturação de ligações da Estrutura Ecológica / Infraestrutura Verde de Lisboa a nível metropolitano.



4.2 Agir rumo à Neutralidade Climática

Lisboa tem como visão atingir a neutralidade climática em 2050, comprometendo-se com uma redução de 70% de gases com efeito de estufa em 2030. Os setores dos transportes/mobilidade e dos edifícios e são chave nesta transição, representando em conjunto 84% do esforço de redução. Este esforço é orientado por objetivos de suficiência e eficiência energética, de transferência entre formas finais de energia (em particular eletrificação de consumos) e de descarbonização, nomeadamente através da promoção de energia solar fotovoltaica na cidade, com o objetivo de se alcançar em 2030 uma capacidade instalada de 100 MW entre público e privado. Neste caminho para a neutralidade, a promoção de mudanças comportamentais é determinante, sendo necessária a mobilização da comunidade (setor público, privado, da economia social e cidadãos em geral) para a ação climática. O município assume um papel de liderança nesta transição, chamando a si compromissos ambiciosos na sua esfera de ação. Estando a mobilidade e a adaptação com vista ao aumento da resiliência da cidade abordadas em pontos próprios, apresentam-se as linhas de ação nas demais áreas.

Edifícios e Infraestruturas Municipais

Edifícios municipais de serviços:

- Consolidar a estratégia de intervenção para aumento da **eficiência energética, com base na certificação**, e articulando com prioridades patrimoniais e financiamentos disponíveis.
- **Desenvolver**, como **instrumento obrigatório** a cumprir no âmbito das compras municipais sustentáveis, os **termos de referência** para a **sustentabilidade energética** de:
 - **parque edificado existente**, incluindo reabilitação térmica, modernização dos sistemas técnicos, introdução de sistemas fotovoltaicos e de sistemas de gestão inteligente de energia.
 - **novos edifícios** (escolas, centros de saúde, instalações desportivas, entre outros).

Edifícios de habitação municipal:

- Continuar a **estratégia de elevado desempenho energético** dos novos edifícios de renda acessível, garantindo **classificação A+** e uso de **sistemas fotovoltaicos** para produção de eletricidade.
- Continuar a **reabilitação térmica dos edifícios existentes**, visando um desempenho energético **mínimo de classe B**, garantindo que todas as coberturas adequadas dispõem de sistemas fotovoltaicos para produção de eletricidade solar.

Iluminação Pública:

- Desenvolver a **Estratégia e Plano de Ação para a Iluminação Pública Inteligente**, identificando áreas prioritárias de atuação, mapeamento geográfico de multifuncionalidade e modelos de negócio.
- Prosseguir a **modernização do sistema** de iluminação pública com vista à cobertura total de luminárias **LED e gestão inteligente** de consumo elétrico.
- Promover ativamente a redução de barreiras para a introdução de sistemas de **iluminação pública inteligente** que tenham acoplados **serviços adicionais** à iluminação (sensorização, carregamento elétrico, comunicações móveis, segurança ou vigilância).

Edifícios Residenciais e de Serviços

Implementar a **Loja do Clima** para apoiar as entidades coletivas e individuais na tomada de decisão e implementação de soluções de sustentabilidade energética.

Intensificar os esforços para a adesão de entidades privadas ao Compromisso Verde e ao Pacto da Mobilidade, intensificar os esforços de monitorização e dinamizar o Compromisso Verde enquanto comunidade, promovendo a partilha de experiências e sinergias entre signatários.

Implementar um **Pacto Climático** com as entidades da **Administração Pública Local** garantindo a adoção de medidas e ações que promovam a sustentabilidade energética dos edifícios (eficiência energética e energias renováveis em hospitais, universidades, ministérios, outros), articulando com o quadro do Programa Eco-Ap 2030.

Lançar **campanhas de informação, sensibilização e educação baseadas em comunidades**, tendo os bairros como unidades territoriais estratégicas e a capacitação-ação climática como principal objetivo.

Energia e Produção Local

Contribuir para o **desenvolvimento de comunidades de energia** e agregação coletiva de **consumidores-produtores** na cidade.

Garantir que a **eletricidade consumida pela Câmara Municipal é 100% renovável.**

Desenvolver uma **comunidade de energia renovável** no universo municipal baseada em sistemas fotovoltaicos instalados nos edifícios municipais e na futura central fotovoltaica de Carnide.

No quadro do Compromisso Verde, **implementar o Pacto Solar** com entidades do setor privado e da economia social, com vista a promover a **aceleração** da adoção de **sistemas fotovoltaicos** e a criação de externalidades positivas na **eficiência energética no setor residencial**.

Incentivar a cultura e cidadania climática, capacitando e mobilizando para a sustentabilidade energética, com recurso nomeadamente à **Plataforma Solis** (website, app e redes sociais).

Promover a **capacitação para a integração arquitetónica de energia solar** e a sua viabilização em zonas históricas e de interesse patrimonial.



4.3 Assegurar uma Transição Justa e Inclusiva

A realidade social e económica diversa da cidade coloca grandes desafios à ação climática que se quer pautada por princípios de inclusão, equidade, enquanto garantindo uma transição justa rumo à neutralidade carbónica. Neste quadro, assume-se como central a erradicação da pobreza energética e o acesso a eletricidade renovável.

■ **Avaliar a evolução do estado de pobreza energética** (aquecimento e arrefecimento) existente em Lisboa através de um **inquérito bianual** que contemple as vertentes de fatura energética, conforto térmico e saúde.

■ Desenvolver uma abordagem de **intervenção territorial** para a **reabilitação térmica do edificado residencial privado**, tendo o bairro como unidade estratégica.

■ Proporcionar o **acesso a eletricidade solar por consumidores vulneráveis**, quer através de um sistema de creditação dos excedentes de energia da comunidade de energia renovável de âmbito da Câmara Municipal quer através de modelos de agregação coletiva em habitação municipal dotada de sistemas fotovoltaicos.



4.4 Lisboa Cidade Circular

Mais de metade das emissões de Gases com Efeito de Estufa em todo o mundo estão associadas a sistemas de produção de bens e alimentos onde dominam modelos económicos lineares. A adoção de modelos de economia circular – que se baseiam no aumento da eficiência no uso de recursos, no prolongamento da vida dos produtos e em estratégias de fim de vida que procuram valorizar os resíduos enquanto matérias-primas – é essencial para que se alcancem os objetivos do Acordo de Paris.

O Município assume o papel de agente de promoção da mudança nestes setores, no sentido da circularidade, através de uma estratégia concertada de compras públicas sustentáveis, que tenha por base um processo colaborativo e de cocriação com os principais agentes económicos envolvidos, e de uma estratégia de produção de conhecimento e de capacitação processual, interna e externa.

Alimentação, Agricultura Urbana e Construção como prioridades de intervenção

Desenvolver o **atlas da circularidade de Lisboa**, em articulação com iniciativas já em curso e com as Juntas de Freguesia, baseado no **mapeamento colaborativo e participativo** de projetos e agentes económicos que concorrem para os princípios e objetivos da economia circular, incluindo mercados de segunda mão, repair cafés, lojas de reparação, simbioses industriais, mercados de trocas, restauração sustentável, entre outros.

Elaborar o **inventário de emissões de Gases com Efeito de Estufa** baseado no consumo para o **sistema alimentar** da cidade e para o **sector da construção** criando para tal ferramentas de recolha e análise de informação robustos que permitam mapear o panorama atual, analisar capacidades futuras, interdependências e potencial de desenvolvimento.

Estabelecer uma **estratégia de compras públicas circulares** para a aquisição de bens alimentares e de **Combate ao Desperdício Alimentar** para as cantinas e refeitórios do universo municipal.

Promover alimentação sustentável e saudável no Município, em parceria com as empresas líder de mercado, organizações agrícolas, produtores locais, comunidades empreendedoras, consumidores, academia e profissionais de nutrição.



4.4 Lisboa Cidade Circular

Expandir o Programa de Hortas Urbanas e Jardins Comunitários na cidade, quer através de modelos convencionais quer de modelos inovadores (coberturas e fachadas verdes, hidroponia).

Promover iniciativas de **exploração de base regenerativa** e fortalecimento dos **sistemas de cadeia curta de base local e regional**, e mapear projetos de produção inovadores.

Elaborar os **Roteiros para a Sustentabilidade da Alimentação 2050 e Neutralidade Climática da Construção 2050**, incluindo o guia para a reabilitação e construção limpa (projeto, construção e demolição), a ser subscrito pela autarquia no âmbito da estratégia de compras públicas sustentáveis e nos procedimentos de licenciamento.

Estabelecer uma **aliança para a construção limpa** envolvendo gabinetes de projeto, construtoras, indústria (materiais, elementos construtivos, equipamentos e maquinaria de obra), a academia e centros de investigação.

Desenvolver mecanismos municipais de **incentivo à reabilitação de edifícios que cumpram as orientações do guia para reabilitação e construção limpa**.

Promover a concretização de **pilotos** demonstradores de **circularidade e neutralidade na construção** (projeto, métodos de construção, materiais, flexibilidade e modularidade, estratégias de fim de vida), baseados em modelos digitais da construção, através da agilização dos procedimentos de licenciamento.



4.4 Lisboa Cidade Circular

Limpeza Urbana e Gestão de Resíduos

A produção de resíduos é inerente à atividade humana, com impactos na saúde e no ambiente. A gestão de resíduos começa muito antes do simples ato de colocar os resíduos certos no local certo: começa no momento de decisão da aquisição dos produtos.

Assim, a política de gestão de resíduos na cidade deve focar-se na prevenção e aproveitamento como recurso, prolongando o ciclo de vida dos produtos ou devolvendo materiais e energia à economia, numa perspetiva de economia circular.

Adicionalmente, deverá ser assegurada a gestão sustentável dos resíduos que não podem ser prevenidos, através da limpeza urbana, recolha (incluindo seletiva) e tratamento dos resíduos produzidos. Assim propõem-se as seguintes medidas:

Aprovar um novo **Plano Municipal de Gestão de Resíduos** de Lisboa com metas ambiciosas de redução de resíduos a atingir até 2030 (**15% de redução per capita, 50% de aumento de recolha seletiva e 60% de reciclagem**) valorizando projetos de **“upcycling” e “reuse”** e implementando o **PAYT (pay-as-you-throw)** para desincentivar a produção de resíduos indiferenciados.

Mobilizar os cidadãos para a **separação seletiva**, alargando a toda a cidade a recolha seletiva de bioresíduos.

Reduzir a **produção de resíduos** nos edifícios municipais em **25% até 2025**.

Promover a **eliminação** da utilização de **copos de plástico descartável** na cidade, fiscalizando a aplicação das regras do Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos.

Reforçar a **recolha seletiva de resíduos perigosos e óleos alimentares** bem como implementação de uma rede de **recolha de têxteis**.

Alargar a recolha **porta-a-porta de resíduos elétricos e eletrónicos** de grandes dimensões a toda a cidade.



4.4 Lisboa Cidade Circular

Implementar uma **rede de Ecocentros Móveis** para facilitar a recolha seletiva de CDs, rolas de cortiça, cápsulas de café, latas de solventes e sprays, pequenos eletrodomésticos, entre outros.

Otimizar os circuitos de recolha de resíduos e apostar na sua **recolha sete dias por semana** nas zonas da cidade de maior produção de resíduos.

Aumentar a velocidade e eficiência na **limpeza de graffitis**.

Criar um **Centro de Interpretação Ambiental** e um **Eco Centro no Parque das Nações**.

Promover a eficiência na utilização dos recursos contribuindo para uma economia circular, nomeadamente ao nível do combate ao desperdício alimentar, aumento dos centros de recuperação e reutilização de resíduos, aumento da rede de **compostores** comunitários.

Criação de um **CoRepair** no HubCreativo do Beato e de **Oficinas Criativas** em bairros municipais com periodicidade mensal para capacitação e recuperação de equipamentos elétricos e eletrónicos, eletrodomésticos, informáticos, madeiras e bicicletas.

Construção de uma **Central de Lavagem de Contentores**.

Investir na renovação, modernização e descarbonização dos **postos e da frota** da Higiene Urbana.

Continuar com o **aproveitamento de resíduos verdes** como composto orgânico para parques hortícolas e outros.

Promover a criação de uma **rede de ciclofincas** na cidade, em particular associada à comunidade escolar.



4.5 Ambiente e Qualidade de Vida

Em meio urbano, a poluição atmosférica, sonora e luminosa são dos principais fatores que impactam negativamente a qualidade de vida e saúde das populações, sendo igualmente fatores que põem em evidência desigualdades sociais e económicas devido à maior vulnerabilidade e exposição dos indivíduos.

O ambiente natural e construído pode atuar como barreira sonora e atmosférica, assim como incentivar estilos de vida mais ativos. O ordenamento do território, as vias públicas e o sistema de transportes de uma cidade podem influenciar as escolhas por uma mobilidade mais ou menos ativa. Fomentar o andar a pé ou de bicicleta, seja como modo de transporte, sejam em lazer, é uma das estratégias mais práticas e sustentáveis para aumentar a atividade física de pessoas de todas as idades, diminuir a poluição do ar e sonora e estreitar os laços na comunidade.

Lisboa tem acompanhado a tendência mundial de olhar para o espaço público como o equipamento de excelência das grandes cidades. O aumento da procura das atividades ao ar livre obriga a uma renovação dos equipamentos e a uma diversificação da oferta, sendo abordado no ponto seguinte do programa os projetos de melhoria de espaço público e espaços verdes da cidade de Lisboa que estão ligados de forma muito estreita à melhoria da qualidade de vida da Cidade.

Ruído, Qualidade do Ar e Poluição Luminosa

Continuar com a aplicação das medidas previstas no **Plano de Ação de Ruído**.

Em articulação com as juntas de freguesia, **rever e melhorar a gestão do ruído** na cidade e das regras de atribuição das licenças especiais de ruído.

Cumprir até 2025 os valores de referência da OMS referentes à qualidade do ar.



4.5 Ambiente e Qualidade de Vida

Retomar a Zona de Emissões Reduzidas Baixa Chiado e Avenidas (ZER ABC), incluindo:

- Transformação da Avenida da Liberdade e recuperação do Passeio Público.
- Requalificação da Avenida Almirante Reis.
- Obras de Espaço Público na Baixa e Chiado, incluindo rua Garrett, rua da Misericórdia e rua dos Fanqueiros.
- Reformulação do modelo de acesso e circulação com prioridade a transporte público, residentes e gestão das cadeias logísticas.
- Libertação de espaço público para circulação pedonal, e prioridade a residentes nas soluções de estacionamento no interior da ZER.

Rever os critérios das **zonas de emissões reduzidas** de Lisboa com vista a alcançar os objetivos do Plano de Ação Climática de Lisboa 2030 e expandir as ZER para outras áreas após implementação e avaliação da ZER ABC.

Implementar a **Zona de Acesso Condicionado na Madragoa** e promover a discussão participada com todas as juntas de freguesia com vista a **identificar novas Zonas de Acesso Condicionado** na cidade de Lisboa.

Concluir o **estudo sobre os efeitos da poluição na saúde pública** na cidade de Lisboa, conforme protocolo já acordado e a estabelecer com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Promover a realização e ampla divulgação de um estudo sobre o impacto do aeroporto na cidade de Lisboa.

Defender a rápida concretização de um **novo aeroporto principal na Área Metropolitana de Lisboa**, muito bem ligado a Lisboa por transportes coletivos, exigindo o fim dos voos noturnos no aeroporto Humberto Delgado e a progressiva redução dos voos desta infraestrutura, com vista a mitigar os impactos na qualidade do ar, ruído e na saúde e qualidade de vida dos lisboetas.

Abrir uma consulta pública para implementação de uma **zona piloto** para implementação de **“Um Bairro sem Carros”**, em estreita articulação com as juntas de freguesia.

Construir uma **estratégia de combate à poluição luminosa** na cidade de Lisboa.

Desporto

Tendo em consideração a importância que a prática da atividade física e desportiva tem na qualidade de vida dos cidadãos, reconhecem-se como eixos estratégicos de atuação:

- Apoiar a generalização da atividade física e desporto para todos**, promovendo hábitos saudáveis ao longo da vida, em cooperação com associações desportivas, estabelecimentos de ensino básico, secundário e superior, bem como, com a iniciativa privada.
- Valorizar a prática desportiva federada**, aumentando os apoios aos clubes.
- Construir, reabilitar e modernizar infraestruturas desportivas**, incentivando à melhoria das suas condições de acessibilidade, desempenho ambiental e segurança.
- Cooperar na **qualificação de técnicos, dirigentes e demais agentes do desporto**, valorizando a transição digital sobretudo na área da gestão dos clubes.
- Incluir no âmbito do programa de requalificação do espaço público dos bairros municipais **equipamentos desportivos e campos de jogo informais**.
- Alargar o **programa de natação do 1º ciclo**, garantindo que todas as crianças sabem nadar no fim deste ciclo de ensino.
- Reforçar a ligação dos jovens de Lisboa ao rio**, com iniciativas no âmbito das atividades escolares que promovam a prática de **atividades náuticas**.
- Reforçar e modernizar o material desportivo nas escolas**, privilegiando a multidisciplinidade e valorizando a prática de jogos tradicionais.
- Facilitar o **acesso às instalações desportivas das escolas** colocando-as ao serviço da comunidade, nomeadamente, dos clubes.
- Reforçar a linha de apoio ao tecido associativo desportivo que promova a **melhoria da eficiência energética das instalações desportivas**.
- Alargar os Programas Municipais de apoio à prática desportiva**, nomeadamente: Programa de Educação Física Curricular; Clubes de Mar; Desporto Mexe Comigo; Clube Alfacinha; Lisboa +55, entre outros, e ajustar o Programa Olissípiadas aos novos desafios.
- Criar um **centro de recursos para o desporto adaptado** com material acessível para cedência a todos os clubes/desportistas.
- Criar uma **linha de apoio a atletas de alto rendimento**.
- Desenvolver programas com **atividades desportivas orientadas, de acesso gratuito**, aos fins de semana, valorizando a utilização de **parques, jardins e praças**.
- Promover o desporto de rua** com instalação de **equipamentos de street workout**, construção de **pequenos campos de jogos multidesportivos** e criação de **parques de arborismo e de aventura**.
- Lançar um **programa municipal de xadrez** nas escolas de 1º ciclo.
- Avaliar a construção de um **novo Pavilhão Multidesportivo de Lisboa** preparado para receber eventos desportivos de maior dimensão.
- Construir **6 pavilhões desportivos** (Campo de Ourique, São Domingos de Benfica, Parque das Nações, Marvila, Restelo e na EB 2-3 Padre Cruz).

MAIS

CIDADE,

MAIS

COMUNIDADE



5

Mais Cidade, Mais Comunidade



5

Mais Cidade, Mais Comunidade



SISTEMAS NATURAIS E URBANOS

CORREDORES ECOLÓGICOS ESTRUTURANTES

- CEE01 - Corredor Periférico • CEE02 - Corredor de Monsanto
 - CEE03 - Corredor do Vale de Alcântara
 - CEE04 - Corredor Oriental Vale da Montanha/Vale Vistoso
- CEE05 - Corredor Oriental BelaVista • CEE06 - Corredor Oriental dos Olivais
 - CEE07 - Corredor Ocidental do Rio Seco •

CANAIS DE INTERLIGAÇÃO E SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL

- E01 - Eixo Central • E02 - Eixo Almirante Reis/Aeroporto
 - E03 - Eixo Benfica/Sete Rios/Oriente
- E04 - LIOS Oriental - Metro Ligeiro de Superfície Santa Apolónia/Sacavém
- E05 - LIOS Ocidental - Metro ligeiro de superfície - Alcântara/Forte do Alto do Duque

PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO

ESPAÇOS VERDES HISTÓRICOS

- JH01 - Tapadas das Necessidades • JH02 - Tapada da Ajuda
- JH03 - Jardim Botânico Escola Politécnica • JH04 - Jardim Botânico Ajuda
 - JH05 - Jardim Botânico Tropical • JH06 - Estufa Fria

SISTEMA HÍDRICO NATURAL

FRENTE RIBEIRINHA

Requalificação da Frente Ribeirinha de Lisboa



5.1

Lisboa uma Cidade com Mais Espaço Público Articulado, Resiliente e Sustentável

Articular sistemas naturais e urbanos

Uma estratégia integrada para a cidade de Lisboa

“ Quero transmitir o otimismo porque tudo é possível desde que se transformem as mentalidades (...) A grande cidade tem que estar ecologicamente equilibrada; dela devem fazer parte o espaço natural e rural, como instrumento da presença da natureza e da biodiversidade. Além de termos que nos alimentar e de termos um mundo saudável à nossa volta, também precisamos de ser Poetas. ”

Ribeiro Telles citado por Sousa, L. in: Utopia e Pés na Terra (2003, p. 56)

Os sistemas urbanos no mundo vivem uma mudança de paradigma, uma transformação radical assente em quatro questões fundamentais: a re-vegetação, os sistemas hídricos, os sistemas de mobilidade suave e consequentemente a sua articulação. É necessário repensar qual o papel dos sistemas naturais na construção do espaço público: Estes serão evidentemente centrais na construção de uma nova natureza na cidade que proporciona maior resiliência e capacidade de resposta a riscos naturais, contribuindo igualmente para o aumento dos níveis de qualidade de vida.

Para Lisboa este processo não se inicia agora. Gonçalo Ribeiro Telles legou-nos aquele que foi um dos instrumentos mais operativos na transformação da cidade, a carta verde da cidade de Lisboa, por ser simultaneamente uma síntese e um instrumento que com grande clareza apoiou as decisões sobre a continuidade e proteção dos sistemas naturais. Continuar esta estratégia, articulando-a com todos os outros sistemas urbanos, é o caminho.



5.1 Lisboa uma Cidade com Mais Espaço Público Articulado, Resiliente e Sustentável

A beleza das cidades reside na diversidade e equilíbrio entre a botânica e a sua mineralização, O grande desafio é a passagem de um conjunto de espaços arborizados para um sistema contínuo e articulado de espaços urbanos, por vezes permeáveis por vezes minerais, que garantam uma cidade que é um lugar natural vivo e biodiverso, devolver os elementos de água ao ambiente urbano, continuar a estruturação da relação da frente ribeirinha com o Tejo e deste com o mar, infraestruturar a cidade com redes que permitem responder a inundações e à escassez de água potável, assegurar um novo sistema de mobilidade que garanta a mobilidade do peão e também o lugar dos modos suaves, que são parte da resposta ao grande desafio de uma cidade descarbonizada e adaptada.

É, portanto, fundamental voltar às estratégias de grande escala que apoiam a decisão, propondo um novo Plano Municipal Estratégico dos Sistemas Naturais e Urbanos, que deverá ser a base para a revisão do Plano Diretor Municipal, e que tem como objetivos fazer uma reflexão sobre a estrutura ecológica da cidade, reconhecendo o que foi concretizado, e propor a construção de novas unidades garantindo um sistema equilibrado contínuo e articulado de espaços urbanos.

Infraestrutura Verde e azul - Biodiversidade

Corredores ecológicos estruturantes. Consolidação e finalização da construção dos corredores verdes estruturantes municipais, incluindo os grandes parques e jardins e a aplicação de metas para a biodiversidade urbana e para o desempenho dos serviços dos ecossistemas urbanos.

Dar continuidade nestes espaços ao programa **Lisboa Cidade Agrícola**, estabelecendo metas e possibilidades de articulação com os outros municípios, garantindo que Lisboa contribui significativamente para uma cidade metropolitana em que a **agricultura de proximidade** é uma das grandes apostas de uma cidade mais sustentável. **Exemplos de Projetos em curso:** Corredor Periférico / Alta do Lumiar; Corredor de Monsanto; Gonçalo Ribeiro Telles; Corredor do Vale de Alcântara; Corredor Oriental Vale da Montanha / Vale Vistoso; Corredor Oriental Belavista; Corredor Oriental dos Olivais; Corredor Ocidental do Rio Seco / Ajuda.



5.1 Lisboa uma Cidade com Mais Espaço Público Articulado, Resiliente e Sustentável

Mercados nos parques - dentro do programa Lisboa Cidade Agrícola propõe-se a **consolidação e ampliação da rede de mercados** existentes, mercados de levante articulados com os parques e com as infraestruturas de distribuição alimentar.

Corredores Sustentáveis e Acessíveis – Estruturas de Mobilidade construídas em paralelo com os corredores verdes estruturantes, criando uma **rede de corredores Sustentáveis e Acessíveis**, como forma de promover a **mobilidade sustentável**, o combate às alterações climáticas e a promoção de saúde e bem-estar da comunidade. Definirão as prioridades de intervenção no espaço público, numa lógica de continuidade e de ligação entre diferentes sectores da cidade, promovendo a coesão social e territorial.

5 Canais prioritários: **1. Eixo Central** Praça dos Restauradores _ Avenida da Liberdade _ Túnel da Avenida da República (Campo Pequeno/Entrecampos) _ Campo Pequeno Nascente _ Campo Grande Nascente – **2. Eixo Almirante Reis/Gago Coutinho/Aeroporto** Requalificação integrada da Avenida Almirante Reis _ Praça do Chile _ Alameda Afonso D. Henriques/Fonte Luminosa _ R. Morais Soares _ Eixo Largo da Estefânia/ R. Pascoal de Melo/ Praça Olegário Mariano, Largo Santa Barbara/Rua de Angola/ Praça das Novas Nações/ Ligações pedonais Envolvente à Igreja dos Anjos _ Calçada e Largo de Arroios _ Praça das Novas Nações _ Avenida Gago Coutinho **3. Eixo Portas de Benfica/Sete Rios/ Parque ribeirinho oriental** Estrada de Benfica _ Praça Marechal Humberto Delgado _ Avenida das Forças Armadas _ Avenida dos Estados Unidos da América _ Praça da Avenida de Roma/Estados Unidos da América. **4. Eixo LIOS Oriental LIOS Oriental** – Metro Ligeiro de Superfície Praça de Santa Apolónia _ Avenida Infante D. Henrique _ Parque Ribeirinho Oriental 2ª e 3ª fase e Parque da Matinha _ Parque Intermunicipal do Trancão **5. Eixo LIOS Ocidental LIOS Ocidental** – Metro Ligeiro de Superfície Estrada do Forte do Alto do Duque _ Avenida das Descobertas _ Rua Antão Gonçalves _ Rua das Açucenas _ Viaduto do Vale do Campus Universitário da Ajuda _ Viaduto do Vale do Rio Seco _ Rua do Alvito _ Praça General Domingos Oliveira.

Parque de Monsanto. Concretizar a Estratégia Monsanto 2030, reforçando a qualidade do Parque Florestal de Monsanto como espaço único da Cidade de Lisboa. **Repensar a articulação do parque com a Cidade**, resolvendo o corte provocado pelas infraestruturas viária e ferroviária. Continuar a promover este Parque como Mata-Modelo com carácter Metropolitano.



5.1 Lisboa uma Cidade com Mais Espaço Público Articulado, Resiliente e Sustentável

Espaços Verdes Históricos. Garantir a **requalificação e o reconhecimento patrimonial** destes espaços na cidade, refletindo sobre o seu uso e a sua articulação com os espaços urbanos envolventes. **Planos de Gestão e Salvaguarda** a concretizar no próximo mandato: Tapadas das Necessidades e Ajuda, Jardins Botânicos (Escola Politécnica, Ajuda, Tropical e Estufa Fria).

Re-vegetação de espaços públicos impermeáveis, transformando espaços e ampliando as áreas permeáveis da cidade.

Uma árvore por cada habitante. Através de um conjunto de intervenções complementares, de diferentes escalas, alcançar o objetivo de existir **uma árvore por cada Lisboaeta**. O programa não se centrará na meta aritmética, sendo fundamental a escolha da árvore certa para o sítio certo, contribuindo, mais do que para uma realidade estatística, para a construção de uma estrutura verde integrada, saudável é capaz de otimizar os benefícios da vegetação na cidade.

Percursos pedonais sombreados. Criar uma rede de percursos pedonais sombreados assentes na rede pedonal estruturante da cidade, que terão como objetivo aumentar o conforto da “rua” para a população nas suas deslocações quotidianas. **Projetos em curso:** Eixo Almirante Reis / Aeroporto; Eixo da 7ª Colina; Eixo Ceuta / Rio; Estrada da Luz; Rua Marquês da Fronteira.

Percursos viários sombreados. **Arborizar os grandes eixos viários da cidade** como forma de mitigar os efeitos das alterações climáticas, nomeadamente o efeito ilha de calor, que estes eixos provocam no seu canal e nos bairros envolventes.

Logradouros. Promover a valorização da riqueza e da importância ecológica dos logradouros, continuando a campanha da sua **recuperação** na cidade (através de associações de proprietários), melhorando os mecanismos de fiscalização da sua proteção e concretizando a sua **conversão em espaços de qualidade ecológica**, com **incentivos e apoio técnico** do Município.

Um Jardim em cada Bairro. Criar lógicas de continuidade entre Jardins urbanos, à semelhança do programa “uma praça em cada Bairro” requalificando os jardins já existentes, articulando com os bairros a que pertencem, pela sua ampliação ou pela criação de novos, A relação de proximidade destes espaços verdes com todos os cidadãos concilia-se necessariamente com uma lógica de estrutura global. **Projetos em curso:** Jardim do Rio Seco; Jardim de Alcântara-Mar.



5.1 Lisboa uma Cidade com Mais Espaço Público Articulado, Resiliente e Sustentável

Uma Praça em cada Bairro. Dar continuidade ao programa, reforçando o uso da água como motor para o desenho do espaço público, a mobilidade suave, a densificação da estrutura arbórea e dos espaços sombreados. **Projetos em curso:** Parada do Alto de São João; Praça do Martim Moniz; Praça do Alto das Amoreiras.

A Rua é Sua com **pedonalização de novas ruas**, de forma permanente ou intermitente; Criação de **novas áreas de estadia e de esplanada**; Criação de **áreas de jogo e desporto** informais de rua; banalizar a criação de **zonas de coexistência**.

Sistema Hídrico Natural e Gestão da Água

Água na cidade. Eleger a **água como motor para o desenho do espaço público**, devolvendo os **elementos de água** à cidade e ao cidadão, para consumo e para mitigação dos efeitos das ilhas e ondas de calor. Reforçar a **rede de bebedouros** e outras **fontes**, aumentando a **oferta pública de água potável** à população que habita, trabalha e visita a cidade. Reforçar a **rede de bebedouros para cães** nos parques da cidade. Introduzir **elementos de água** nos locais onde é maior a incidência do efeito da ilha de calor.

Frente Ribeirinha. Continuar a **requalificação da Frente Ribeirinha** com aumento da capacidade de **resposta ao risco de sobrelevação da maré**, procedendo ao reordenamento da mobilidade, privilegiando modos suaves e o transporte público, criando percursos pedonais entre os diversos equipamentos, património, espaços verdes e locais de interesse patrimonial e paisagístico, com incremento da multifuncionalidade e polivalência dos espaços. **Projetos em curso:** **Planeamento:** Atualização do Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa; **Praças:** Nova Praça Ribeirinha do Cais de Santos; Praça de Santa Apolónia; **Jardins:** Jardim do Rio Seco; Jardim de Alcântara-Mar, **Docas:** Requalificação da Doca do Poço do Bispo; **Parques:** Parque Intermunicipal do Trancão; Parque Ribeirinho Oriental 2ª e 3ª fase; Parque da Matinha. **Eixos:** Avenida 24 de Julho – fase 3; Avenida Infante D. Henrique.



5.1 Lisboa uma Cidade com Mais Espaço Público Articulado, Resiliente e Sustentável

Uma praia em Lisboa. Criar uma **rede de Piscinas Públicas exteriores** associadas aos parques ribeirinhos.

A minha Cidade é verde e azul. Introdução de soluções de **co-desenho e co-gestão** na estrutura verde e azul. **Campanhas de informação, sensibilização e educação** sobre a importância dos espaços verdes, do papel das árvores na regulação da temperatura e da gestão da água em espaços verdes, especialmente em prados de sequeiro, no Verão. Promoção de roteiros temáticos pela Lisboa Verde e Azul (espaços verdes e hídricos), em articulação com as Juntas de Freguesia.

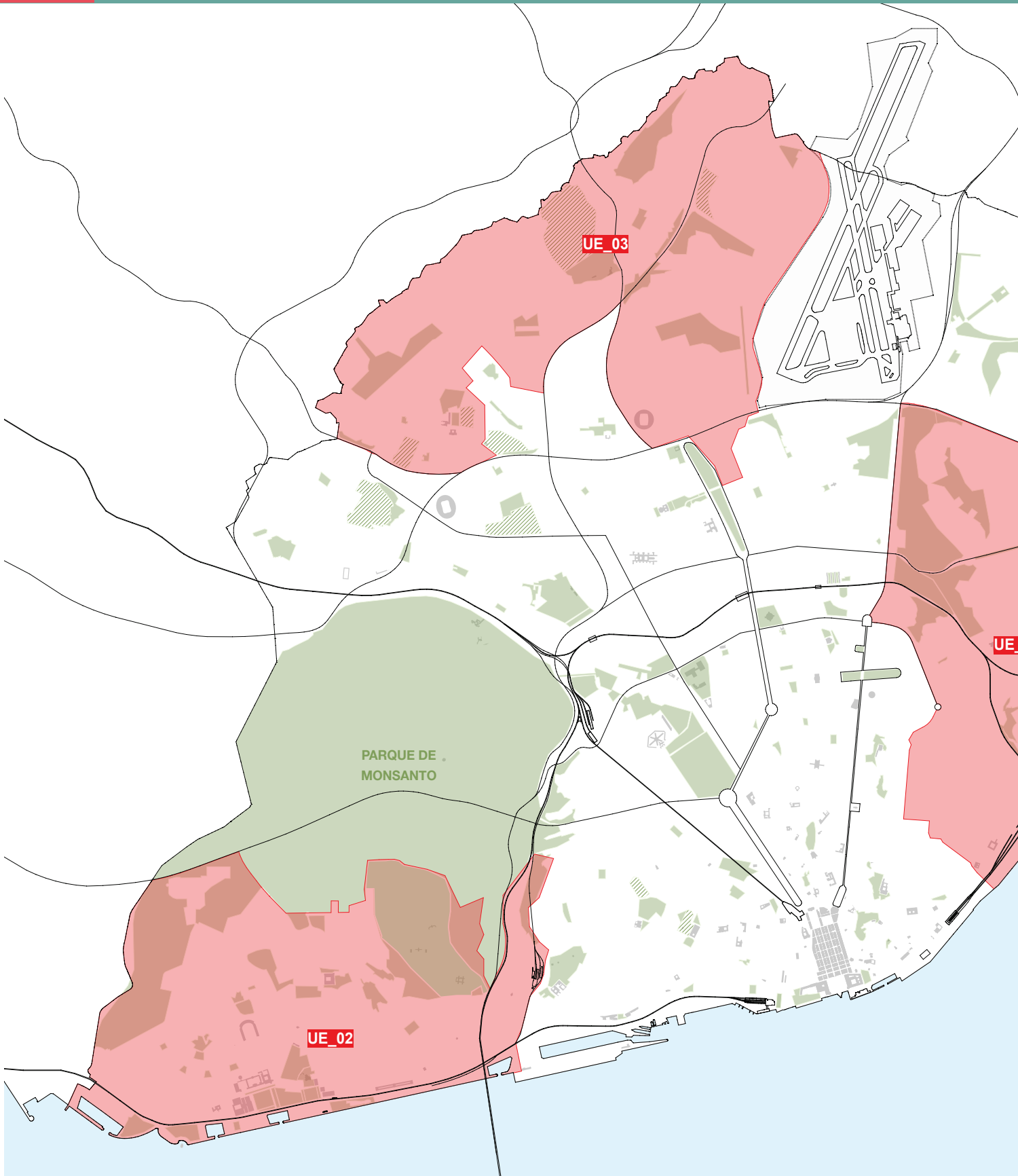
Eficiência Hídrica. Implementar um **programa de eficiência hídrica** no universo municipal que abranja os espaços verdes, a lavagem de ruas e o parque edificado da Câmara Municipal de Lisboa, e que recorra a equipamentos eficientes e tecnologias de informação que permitam a redução do consumo de água potável.

Valorização de Água Não Potável. Estender o âmbito do Plano Estratégico de Reutilização de Água de Lisboa para o **aproveitamento de águas não potáveis oriundas de nascentes** no concelho da Amadora através da rede de transporte e distribuição do Aqueduto das Águas Livres. Implementar as redes de água residual tratada.

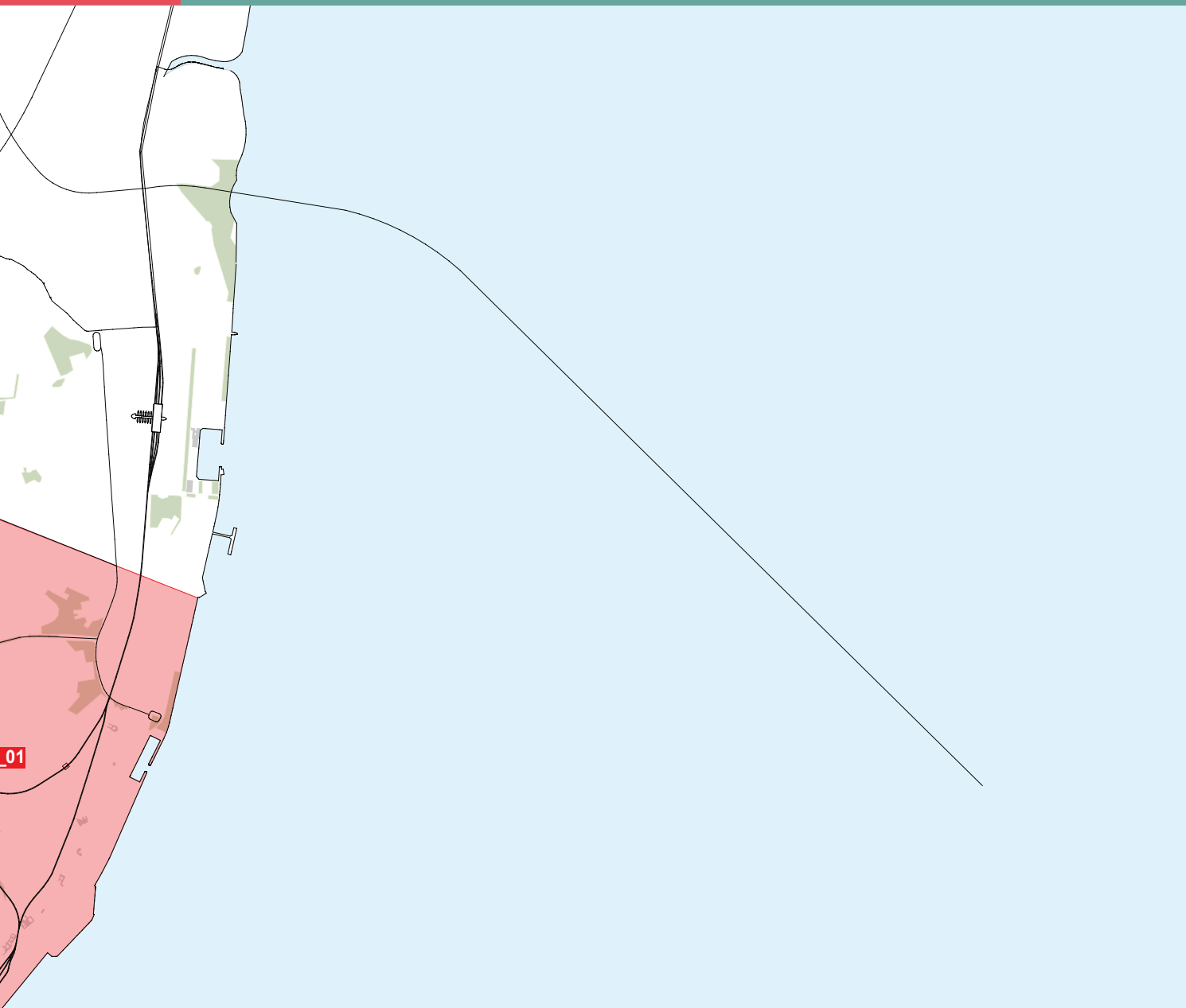
Resiliência a Inundações. **Concretizar o Plano Geral de Drenagem de Lisboa**, que irá proteger Lisboa e mitigar os impactos das inundações na cidade decorrentes das alterações climáticas e perante fenómenos climáticos extremos, incluindo a rede de drenagem combinada com a implementação de soluções de base natural para infiltração de águas pluviais e regularização de cursos de água.

5.2

Lisboa uma Nova Cidade em Áreas de Intervenção Estratégica



5.2 Lisboa uma Nova Cidade em Áreas de Intervenção Estratégica



UE

UNIDADES DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

UE01 Lisboa Oriental

- Marvila / Beato / Vale de Chelas / Vale de St. Antonio

UE02 Lisboa Ocidental

- Zona ribeirinha / Belém / Ajuda / Alcântara

UE03 Zona de Fronteira

- Área norte do planalto central



5.2 Lisboa uma Nova Cidade em Áreas de Intervenção Estratégica

A cidade como lugar de **desejo e oportunidade**.

No contexto de crescentes desigualdades económicas, é urgente imaginar espaços nos quais possamos viver juntos com generosidade: juntos como seres humanos que, apesar de nossa individualidade, se desejam conectar uns com os outros e com outras espécies através do espaço real e do espaço digital; juntos como novas famílias em busca de espaços mais diversos e dignos de habitação; juntos como comunidades emergentes que exigem equidade, inclusão e identidade espacial; juntos através das fronteiras políticas para imaginar novas geografias de associação e; juntos como um planeta que enfrenta crises que requerem uma ação global para que possamos continuar a viver

A nossa cidade é muito mais que o seu centro. É fundamental **potenciar as várias Zonas da Cidade e torná-las um exemplo de operações de promoção da qualificação do Habitar e da Equidade entre os cidadãos**.

Reconhecemos em especial 3 áreas da cidade, Oriental, Ocidental e Norte, áreas onde já hoje se concentra grande parte da população de Lisboa e onde estão previstos grande parte dos programas de renda acessível.

A Habitação Para Todos é sem dúvida um dos programa centrais dos próximos 4 anos. É ele que garantirá uma cidade inclusiva, não podemos esquecer que o habitar é simultaneamente espaço privado, o espaço coletivo e espaço público. Este é o momento em que temos a oportunidade de reinventar estas zonas da cidade onde o espaço público, mais do que ruas e praças podem ser parques e jardins que se constituem como os espaços de encontro, espaços onde se alojam os programas públicos existentes e novos.

Estas são áreas da cidade em que o grau de transformação necessário para que ocorra a sua requalificação permite a invenção de novos modelos de cidade. Estas são áreas que poderão ser a resposta à construção de **MAIS cidade a que todos temos direito**, pelas suas qualidades, mas também pela urgência da sua transformação.

Entende-se ser fundamental para estas três áreas da cidade elaborar estratégias que conduzem as decisões, a curto médio e longo prazo, garantindo a sus coesão e articulação com a cidade.



5.2 Lisboa uma Nova Cidade em Áreas de Intervenção Estratégica

Programas transversais às 3 áreas

- Dar continuidade à **construção de habitação pública de renda acessível** em articulação com os bairros existentes, de forma sustentável e promovendo a economia circular, criando mecanismos de incentivo à modernização da indústria da construção.
- Implementar o maior **programa de requalificação e articulação do espaço público dos bairros municipais** de forma a garantir a sua inclusão no tecido urbano, associando a este programa a requalificação dos edifícios com especial ênfase nas medidas de combate à pobreza energética.
- Requalificar o espaço público dos bairros**, ajustando a cidade à escala Humana. Redesenhar o espaço público destas unidades para o peão, melhorando o espaço público.
- Construir **novas tipologias de espaço público** centradas numa ideia de cidade que tem por base um património rural que se pretende preservar, através da criação de um sistema contínuo de parques produtivos, com hortas urbanas, que se constituem como o lugar público desta nova cidade.
- Localizar nestas áreas da cidade programas públicos que aumentem a sua centralidade, criando um **espaço de encontro em cada unidade**, criação de centros cívicos em edifícios ou terrenos municipais, de tipologias de grande flexibilidade que permitam a programação anual por convidados de diversas áreas disciplinares, que têm obrigatoriamente que se articular com associações e comunidade escolar local.
- Tornar as Escolas os novos centros dos bairros**, promovendo sempre que possível a requalificação do espaço público ente equipamentos escolares e equipamentos de apoio ao ensino, que tem como objetivo o desenho de **lugares de liberdade para as crianças** dentro dos Bairros.
- Incentivar a criação de comércio local, e a criação de novos locais para a criação de novas indústrias não poluentes, fomentando sempre que necessário programas de renda acessível para comércio e serviços.



5.2 Lisboa uma Nova Cidade em Áreas de Intervenção Estratégica

U01 Lisboa Oriental

Como consequência da ampliação do canal ferroviário entre estação da Av. de Roma e a Gare do Oriente, propor a **requalificação do espaço público deste canal** articulando Marvila e a zona ribeirinha oriental.

Requalificação do espaço público associada à implementação da nova linha do metro de superfície LIOS Oriental, dado continuidade à requalificação da plataforma ribeirinha oriental tendo por objetivo concretizar a ligação ao Parque das Nações.

Concretizar a Ligação Marvila / Rio: Nova Estação Ferroviária do Beato; Manutenção Militar Norte.

Concretizar as novas instalações do **Arquivo Municipal de Lisboa no antigo Convento de Chelas**, concentrando todos os serviços, protegendo e valorizando o seu extraordinário espólio, considerando esta operação uma das mais importantes na requalificação do Vale de Chelas.

Submeter candidatura à missão **“100 cidades climaticamente neutras – de e para o cidadão”** da Comissão Europeia, com a ambição de transformar Lisboa Oriental num Hub de Inovação demonstrador de uma abordagem sistémica à neutralidade climática. Esta candidatura seguirá os princípios orientadores da iniciativa Nova Bauhaus Europeia, lançada pela Comissão Europeia em 2020.



5.2 Lisboa uma Nova Cidade em Áreas de Intervenção Estratégica

U02 Lisboa Ocidental

Repensar a ligação entre esta área da cidade e as suas duas estruturas naturais mais importantes, o **Rio Tejo e o Parque de Monsanto**. A ligação ao Parque de Monsanto tem como motor a requalificação do espaço público associada à implementação da nova linha do metro de superfície LIOS ocidental.

Refletir sobre a importância da **Tapada da Ajuda como espaço de ligação entre o Parque e a cidade**, propondo este equipamento como um dos espaços chave no novo desenho de articulação entre o Parque e a cidade.

Promover a **requalificação da frente Ribeirinha** e espaço público da zona Ocidental tendo como base a importância Patrimonial/Cultural desta zona da cidade.

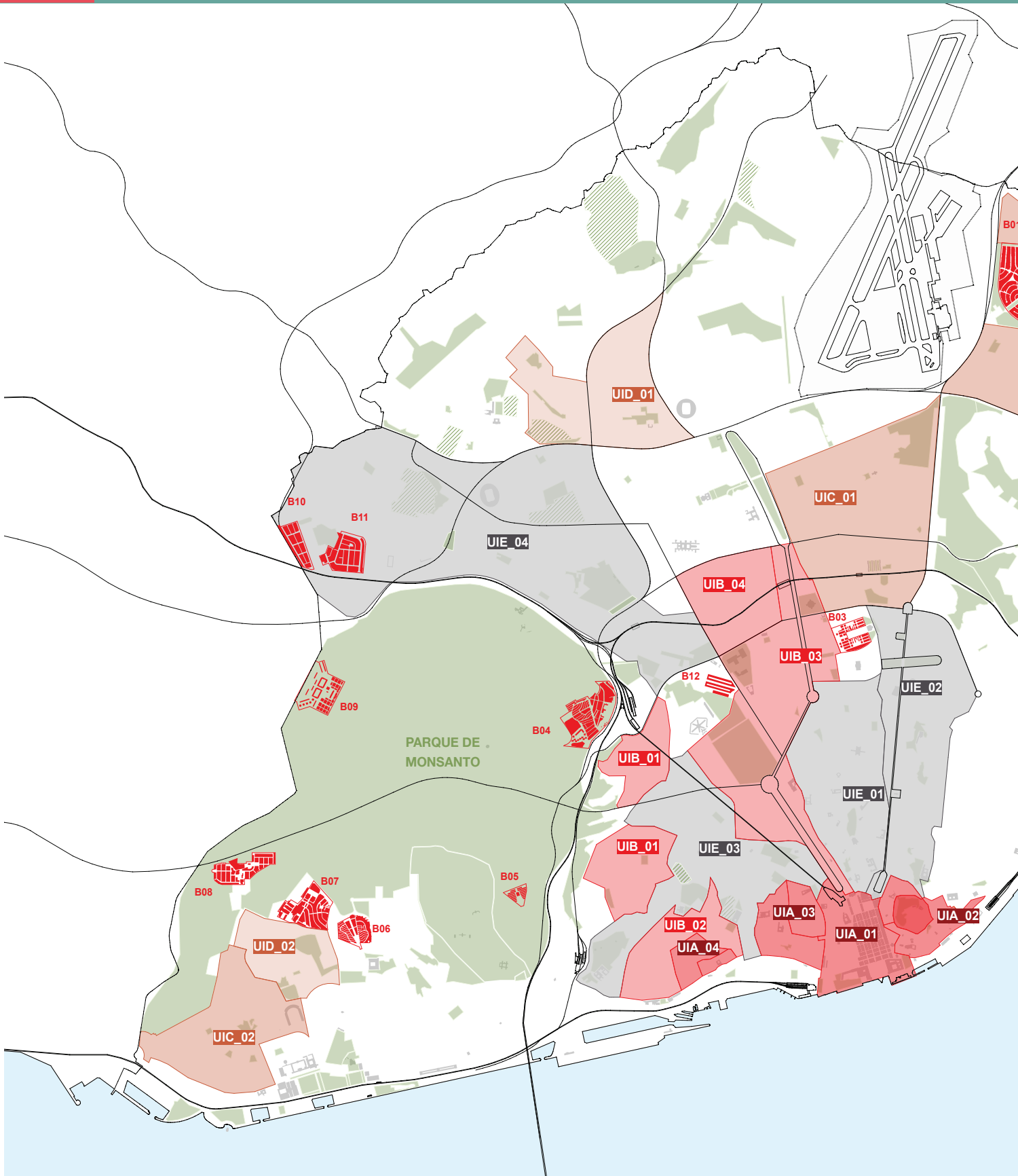
U03 Lisboa Norte

Promover a **ligação entre Campo Grande e Alta de Lisboa**, estabelecendo definitivamente a continuidade entre a cidade consolidada do Séc. XIX com esta unidade de intervenção estratégica.

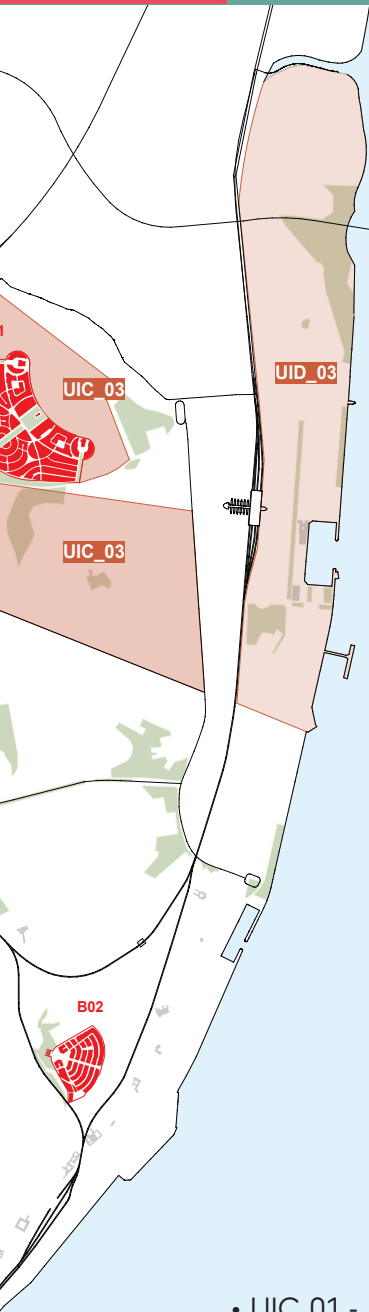
Repensar a condição de Fronteira desta área da cidade, dando especial relevância à concretização do corredor estruturante do Arco periférico, **espaços verdes partilhados de transição** entre o Município de Lisboa e os municípios vizinhos.

Lançamento do concurso de concessão para a Nova Feira Popular de Lisboa, em Carnide, integrada no parque verde em fase final de construção, como um pólo de desenvolvimento local.

5.3 Lisboa Mais Comunidade



5.3 Lisboa Mais Comunidade



UI **UNIDADES IDENTITÁRIAS**

UIA - FUNDACIONAIS

- UIA01 - Baixa Pombalina • UIA02 - Sé/ Alfama/Mouraria
- UIA03 - Bairro Alto/Bica • UIA04 - Madragoa

UIB SÉC. XIX/XX

- UIB01 - Campo de Ourique - Campolide • UIB 02 - Estrela/Lapa
- UIB 03 - Avenidas Novas • UIB04 - Bairro do Rego

UIC - MODERNAS

- UIC 01 - Alvalade • UIC 02 - Restelo • UIC 03 - Olivais • UIC 04 - Bairros do Estado Novo

UID - CONTEMPORÂNEAS

- B01 - Bairro Encarnação • B02 - Madredeus • B03 - Arco do Cego • B04 - Serafina
- B05 - Alvito • B06 - Alto da Ajuda • B07 - Caramão da Ajuda • B08 - Caselas
- B09 - Alto da Boavista • B10 - Benfica • B11 - Santa Cruz • B12 - Bairro Azul
- UID 01_Telheiras • UID 02 - Alto do Restelo • UID 03 - Expo

UIE - SOBREPOSIÇÃO DE TEMPOS

- UIE 01 - Colina de Santana • UIE 02 - Almirante Reis
- UIE 03 - Colina das Amoreiras • UIE04 - Benfica/Lumiar



5.3 Lisboa Mais Comunidade

“ (...) A cultura contribui para a sustentabilidade económica, social e ambiental. A cultura molda a nossa identidade e define o nosso património. Deve ser colocada no centro das políticas de desenvolvimento, deve ser enfatizada a contribuição que traz ao bem comum. Não há desenvolvimento democrático, pacífico e sustentável se a cultura não estiver no centro de suas preocupações (...) ”

Declaração de Davos 2018

Porque a cidade é sempre um equilíbrio entre o passado e o desejo, porque a vontade de fazer prevalecer aquilo que reconhecemos como memória coletiva condiciona as decisões de transformação, parece fundamental, estudar, reconhecer aquilo a que poderemos chamar o nosso património, aquilo que contribui significativamente para a beleza da nossa Cidade.

Aquilo que reconhecemos como cidade consolidada é uma cidade de muitos tempos e de muitos modelos urbanos. Esta é uma das suas riquezas e é também um dos seus desafios porque obriga a respostas específicas para os seus problemas.



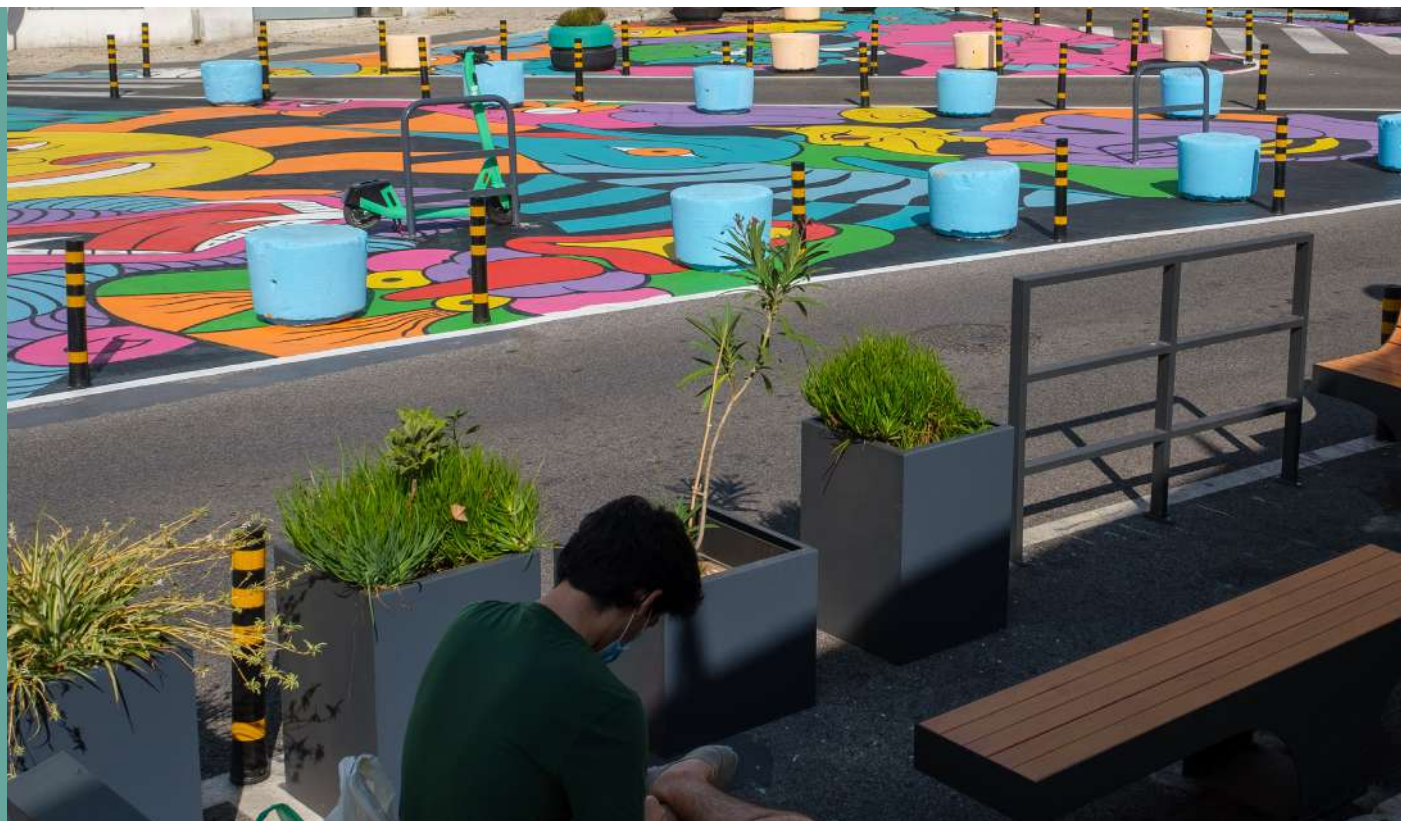
5.3 Lisboa Mais Comunidade

Podemos afirmar que o lugar que Lisboa escolheu para se implantar é, sem dúvida, o seu maior património, um estuário que banha um conjunto de vales e colinas virado a sul. Também aqui, quando falamos de património temos de quebrar barreiras, que nos levem à proteção de um património natural, urbano e edificado.

As cidades Europeias vivem uma constante dualidade entre passado e desejo. Ter como objetivo definir quais as possibilidades de transformação, associadas aos limites da sua modernização, é fundamental para garantir o equilíbrio entre cidade histórica e cidade viva, o equilíbrio entre património e uma vida contemporânea desejada por todos.

Olharemos para Lisboa identificando aquilo a que podemos chamar as suas Unidades identitárias, bairros ou conjuntos que pertencem um momento preciso da história da cidade ou condensam em si uma sobreposição de tempos, nomeadamente, **Unidades Fundacionais** (Baixa Pombalina, Sé/Alfama/Mouraria, Bairro Alto/Bica, Madragoa); **Séc. XIX** (Campo de Ourique/Campolide, Estrela/Lapa, Avenidas Novas); **Modernas** (Alvalade, Restelo, Olivais, Bairros do Estado Novo); **Contemporâneas** (Telheiras, Alto do Restelo, Parque da Nações); **Sobreposição de tempos** (Colina de Santana, Almirante Reis, Benfica, São Domingos de Benfica, Lumiar). Lugares que resistem à transformação, mas desejam a modernização justa que garanta a resposta às necessidades da vida contemporânea.

É, portanto, fundamental a execução de projetos urbanos que apoiem a decisão e que simultaneamente servirão de base à revisão da **Carta do Património da cidade de Lisboa**.



5.3 Lisboa Mais Comunidade

Cidade Histórica, Cidade Viva

Nestas unidades de malhas urbanas consolidadas e caracterizadas, com uma vocação funcional também estabilizada – predominantemente habitacional - há que **valorizar** o seu **valor histórico** urbano, e os **modos de habitar** a cidade que cada uma delas representa e reconhecer a importância do **contributo da regra** na qualidade do conjunto.

Rever a **Carta do Património**, incluindo estas unidades como património urbano, o seu património disperso que inclui edificações espaços verdes e elementos isolados.

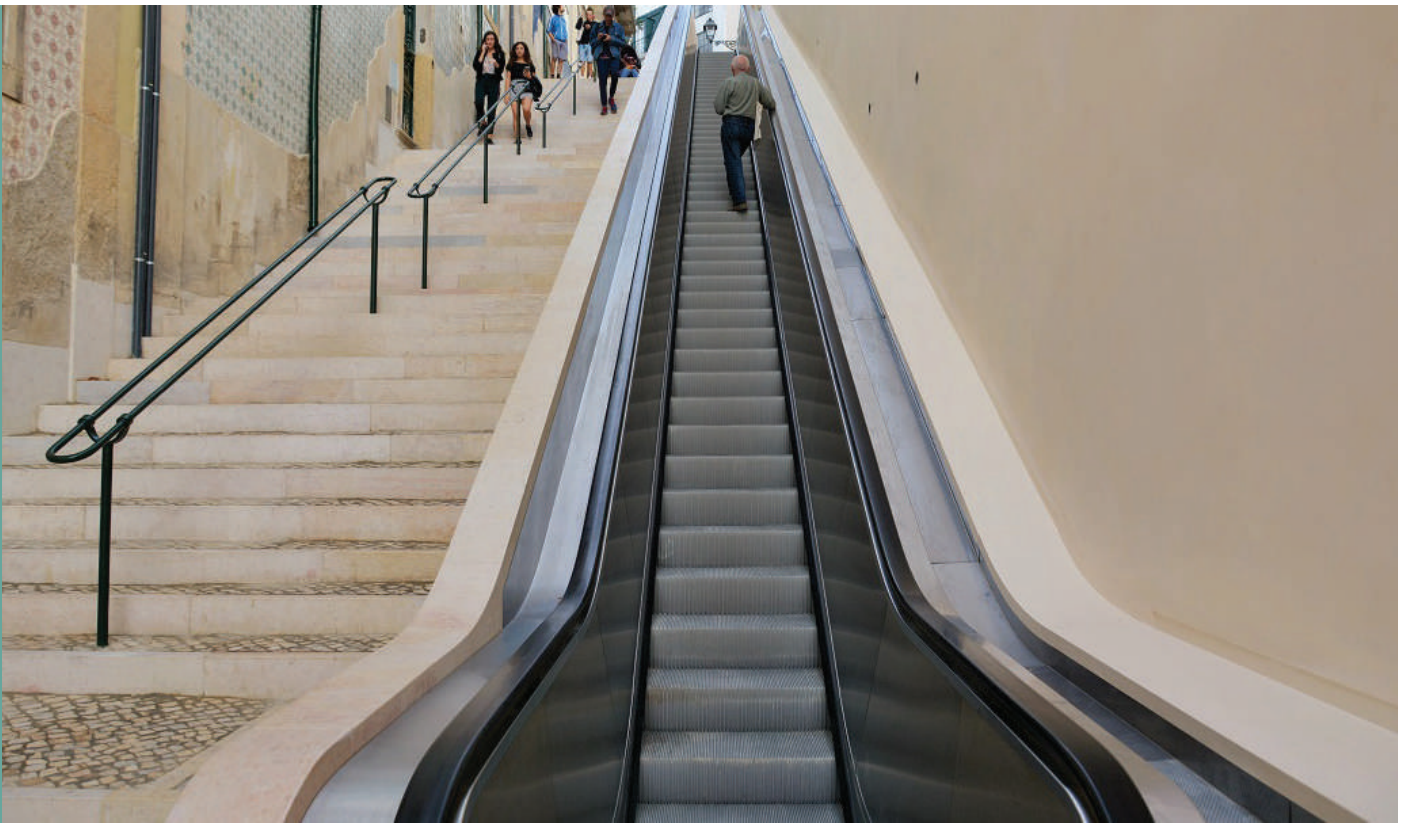
Fazer o exercício do confronto entre legislação vigente e as especificidades urbanas de cada uma das unidades, tendo por objetivo a preservação e garantia de qualidade do conjunto.

Definir quais as **possibilidades de transformação**, associadas aos limites da sua modernização, encontrando formas inovadoras para temas como o da sustentabilidade nestas áreas da cidade.

Encontrar o **equilíbrio entre habitação e turismo**, garantindo um turismo sustentável nestas áreas da cidade.

Dar continuidade aos programas de **requalificação do espaço público** dos bairros garantindo a sua articulação com os programas públicos existentes e novos.

Reforçar as **soluções de acessibilidade pedonal** que ajudem a vencer os desníveis nas colinas, introduzindo pavimentos confortáveis e seguros e implementando uma rede de elevadores e ascensores que ajudem a vencer os desníveis entre vales e colinas que articulam estas unidades com a cidade. **Projetos em curso: Colina do Castelo** _ Cerca Moura (Largo da Madalena, Rua de Santo António da Sé, Largo de Santo António, Largo



5.3 Lisboa Mais Comunidade

da Sé, Rua Augusto Rosa, Largo de São Martinho, Rua do Limoeiro e Largo de Santa Luzia) _ Largo de Rodrigues de Freitas _ Rua de São Vicente e Rua de Santa Marinha _ Largo de São Vicente _ Funicular da Graça _ Escadas Rolantes da Mouraria – 2ª fase _ Acessibilidade Vertical – Novos Elevadores Públicos - operação urbanística Santiago Alquimista _ Ligação da Rua Marquês Ponte Lima / Calçada dos Cavaleiros; **Colina de São francisco** _ Elevador Praça do Município / Largo da Academia Nacional das Belas Artes; **Colina de Santana** _ Campo Mártires da Pátria e ruas adjacentes _ Acessos ao Hospital de S. José _ Percursos assistidos à Colina de Santana; **Colina de Penha de França** _ Percursos assistidos à Colina de Penha de França _ Ligações pedonais ao Jardim do Caracol da Penha/ R. Penha de França e envolvente - Eixo Largo Santa Barbara/Rua de Angola/ Praça das Novas Nações/ Ligações pedonais - Ligações pedonais Largo do Intendente/ Mercado do Forno do Tijolo _ Percursos assistidos à Penha de França.

Comunidades

Um espaço de encontro em cada unidade, criação de centros cívicos em edifícios ou terrenos municipais, de tipologias de grande flexibilidade que permitam a programação anual por convidados de diversas áreas disciplinares, que têm obrigatoriamente que se articular com as associações e com a comunidade escolar local.

Implementar programas que reduzam os riscos de bairros monofuncionais, promovendo ativamente programas diversificados em espaços de grande flexibilidade.

Comunidade Cidade

Resolver problemas de descontinuidade entre unidades garantindo que, apesar de ser importante a sua escala de bairro, a articulação com os bairros próximos e com a cidade na sua maior dimensão as torna uma comunidade com relação de pertença à grande comunidade da cidade de Lisboa.



MAIS

VALOR

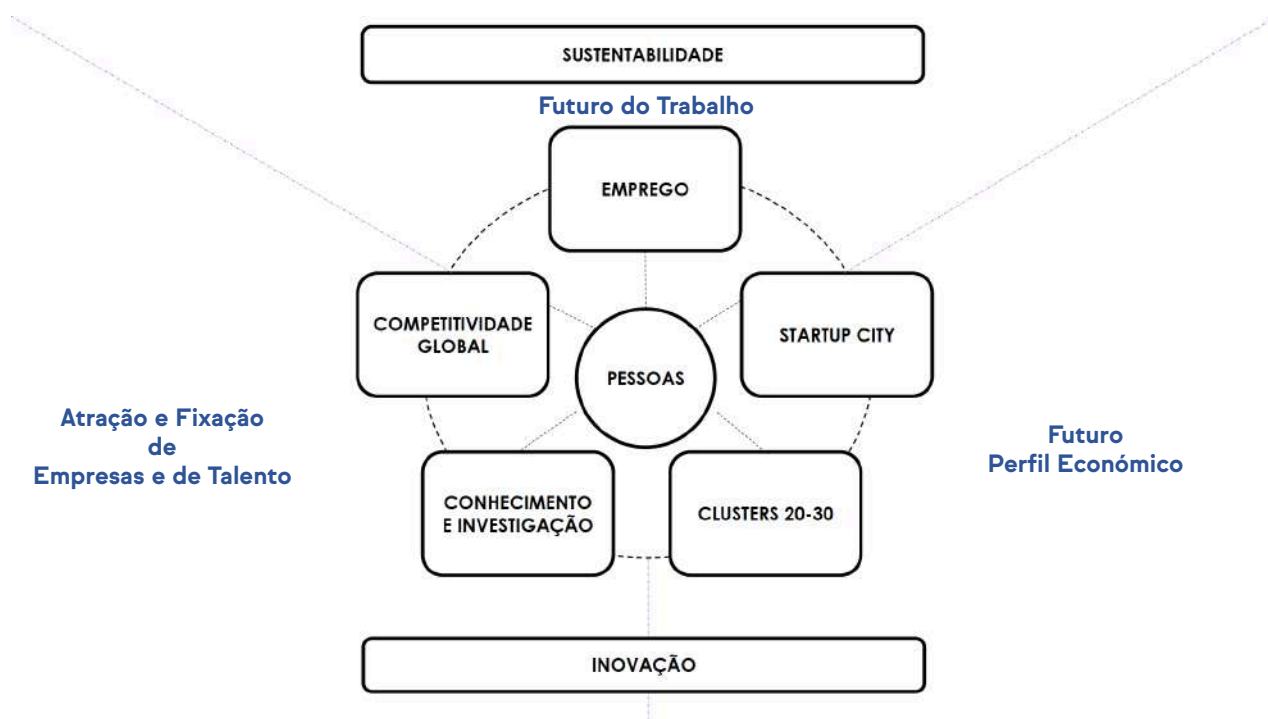


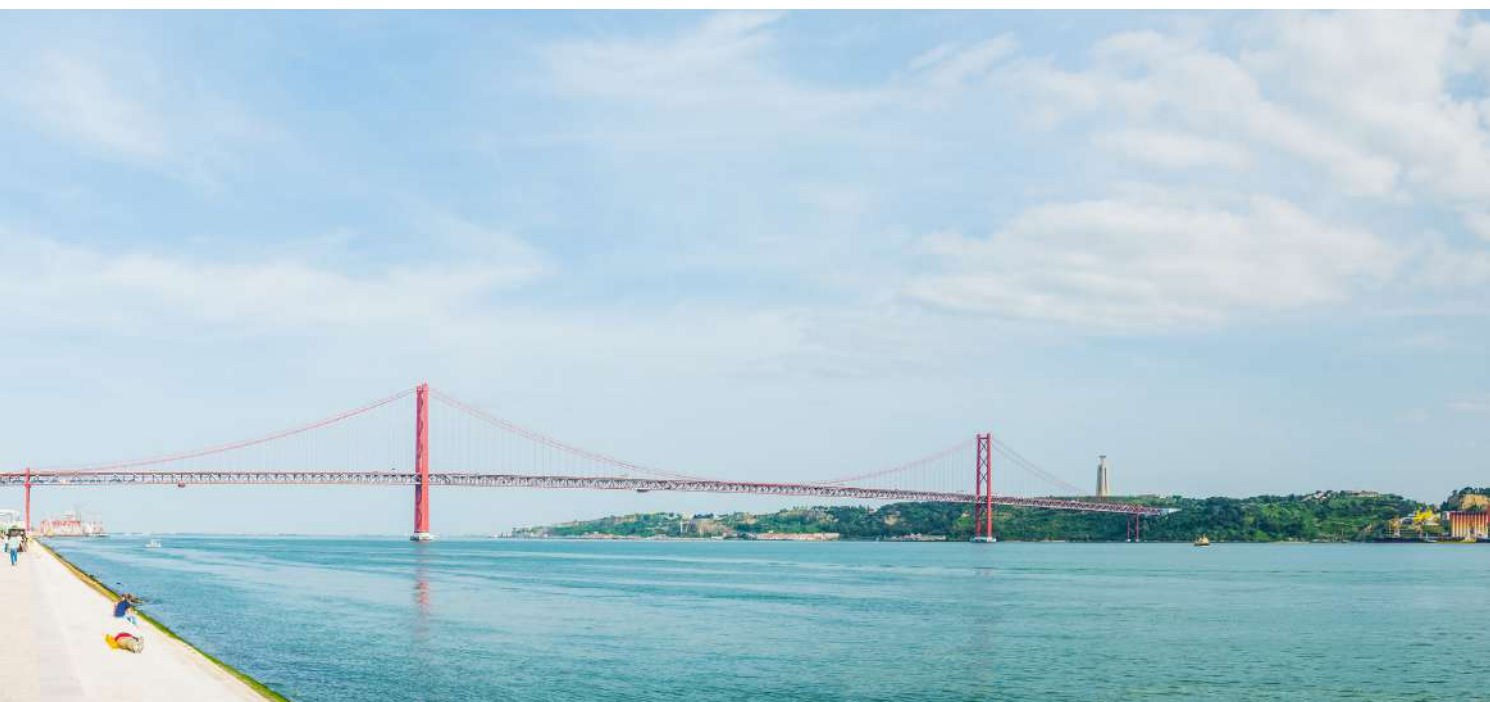
6.1 Economia e Inovação

Num momento de grandes mudanças e de novos desafios, é fundamental refletir sobre o posicionamento estratégico da cidade e da sua economia.

No contexto da retoma económica e atendendo à redefinição estratégica expressa no Plano de Recuperação e Resiliência e que dá continuidade ao Green Deal, como plano de crescimento europeu, a cidade de Lisboa deve reforçar o seu posicionamento, afirmando-se como uma capital global, inovadora, inteligente e sustentável.

Afirmar Lisboa como uma Capital Global, Inovadora, Inteligente e Sustentável





6.1 Economia e Inovação

Proteger Lisboa, ultrapassar a pandemia

Propomos continuar a contribuir ativamente para ultrapassar a situação pandémica, através do Programa **“Lisboa Protege”**, executando medidas de saúde pública, nomeadamente no âmbito da vacinação, testagem e segurança sanitária dos estabelecimentos, equipamentos e espaços públicos.

Iisenção de rendas de espaços municipais para feiras, mercados, quiosques e esplanadas até ao verão de 2022 ou até atingirem 80% da faturação de 2019.

Reforço dos apoios à programação cultural.

Contratualização com as associações para **ações de promoção do comércio e restauração** com programas específicos para as nas zonas com maiores quebra de procura.

Iisenção das rendas ao movimento associativo da cidade até ao primeiro semestre de 2022 ou até atingirem 80% da faturação de 2019.

Mais Competitividade Económica global

Lisboa para as empresas, talento e investimento.

Apesar do impacto negativo da pandemia na economia global, o ritmo de criação e de crescimento de novas empresas em Lisboa não tem paralelo na sua história. Em 2020 voltaram a ser criadas na cidade mais empresas do que as dissolvidas. Este saldo líquido positivo tem sido uma realidade nos últimos 6 anos.

A atratividade da cidade para novas empresas e a expansão das empresas que já operam em Lisboa colocam diversos desafios, nomeadamente na capacidade de oferta de condições competitivas, com espaços de escritórios e espaços multifuncionais, adaptados às novas realidades da organização do trabalho. A atratividade da cidade passa também pela maior capacidade de acompanhar e compreender os fatores chave de competitividade de Lisboa no mercado global e de os trabalhar e reforçar nos próximos anos.



6.1 Economia e Inovação

Criar uma equipa para a promoção da economia e inovação da cidade de Lisboa – com foco na promoção económica da cidade e na gestão do investimento numa lógica de “one stop shop”.

Desenvolver a **plataforma de inteligência económica (PIE)** da cidade.

Criar o Conselho Económico da Cidade, com o objetivo de envolver os diferentes stakeholders na definição de programas e projetos que visem reforçar a competitividade e o valor gerado na cidade de Lisboa.

Criar Zonas Livres Tecnológicas, em articulação com empresas e instituições, que permitam oferecer um ambiente único na cidade para o investimento em inovação e desenvolvimento de projetos.

Reforço do apoio à economia da cidade através de um programa de apoio a PMEs e ao autoemprego - **Lisboa Empreende Mais**: apoio às pequenas empresas e negócios da cidade e desenvolvimento de programas de mentoria dedicados.

Manter a aposta nos clusters estratégicos para o futuro de Lisboa, essenciais para fortalecer e diversificar as atividades económicas da cidade, com particular destaque para:

- **Economia criativa**, através da implementação da **estratégia para as indústrias criativas** de Lisboa, alargamento da **rede de espaços de criação e incubação** de projetos e produtos e tornando acessível a **experimentação e a prototipagem** de produtos. Criar uma **plataforma para a comunidade de criativos** de Lisboa.
- **Capital Atlântica**, com a implementação do **Hub do Mar** em cooperação com o Governo e outros parceiros, de um **centro de investigação, inovação, tecnologia e empreendedorismo para os Oceanos**, e apoiar o desenvolvimento de start-ups e de empresas do setor marítimo existentes.

Criar uma delegação junto da União Europeia com o objetivo de identificar oportunidades de investimento ou de cooperação a nível europeu, promover o valor da cidade de Lisboa junto dos principais formadores de opinião da UE e influenciar o desenvolvimento de políticas europeias relevantes para a cidade.



6.1 Economia e Inovação

Emprego e Empregabilidade

Lisboa: o melhor sítio para trabalhar, presencialmente ou à distância

O mercado de emprego está a mudar, com a necessidade de novas competências e com a adoção de novos modelos de organização do trabalho nas empresas e instituições. É essencial criar mais emprego e promover o reforço das competências das novas gerações, garantindo o acesso universal dos jovens à formação, quer em áreas técnicas quer nas áreas digitais e criativas, fomentando a criação e fixação de talento na cidade de Lisboa. Mas também é fundamental dar oportunidades de reconversão profissional aos adultos, quer numa perspetiva estrita de formação, quer numa perspetiva de acesso a novas oportunidades de trabalho, promovendo o mérito e o seu papel na criação de igualdade de oportunidades.

Promover o diálogo e o **alinhamento do ensino técnico, politécnico e de formação profissional** da cidade com as necessidades das indústrias e serviços da cidade.

Garantir o **acesso universal dos jovens** da cidade de Lisboa (12 aos 18 anos) a **formação na área digital, criativa e técnica**.

Apoiar iniciativas existentes na cidade que, sem custos para o aluno, fomentem a **formação e a reconversão profissional**, priorizando estas áreas no orçamento participativo de Lisboa e nas iniciativas BIP/ZIP.

Fomentar a **relação entre universidades e empresas**, incluindo o desenvolvimento de **currículos académicos adaptados às necessidades do mercado futuro** e de modelos alternativos de ensino fora do sistema tradicional, em particular nos segmentos estratégicos para a cidade.

Fomentar o ensino técnico, em particular em áreas de maior procura, seja na construção, restauro, indústrias criativas e novas tecnologias.

Pugnar para a realização de um **piloto de ensino bilingue** nos diferentes níveis de ensino da escola pública.



6.1 Economia e Inovação

Liderar pelo exemplo, fomentando o **teletrabalho no contexto municipal** para os trabalhadores interessados e cujas funções se adaptem.

Desenvolver uma **política municipal de combate à precariedade laboral**, incluindo no âmbito dos serviços contratados pelo Município.

Acompanhar a transição para novos modelos de trabalho, criando **infraestruturas de apoio ao teletrabalho**, nomeadamente através da criação ou adaptação de espaços públicos para esse fim.

Implementar programas de **combate à infoexclusão e à precariedade, promoção da empregabilidade local, formação e reconversão profissional** com parceiros de diferentes sectores.

Cidade empreendedora e inovadora

Lisboa posiciona-se hoje como uma Startup City à escala internacional, através da sua promoção, da inovação e do apoio a eventos e programas internacionais, e claro pelo crescimento do ecossistema da cidade que se tem verificado nos últimos anos. Este ecossistema propício ao empreendedorismo entra agora numa nova etapa e Lisboa precisa de consolidar a sua identidade e de ganhar maior protagonismo no contexto europeu e global. Nesta nova fase, propõe-se reforçar a identidade e atratividade da Lisboa como cidade empreendedora, com base em quatro pilares: atrair talento e reforçar competências, apoiar uma comunidade de empreendedores mais forte, atrair mais investimento e fortalecer a imagem e as infraestruturas da cidade.

Criar um **balcão único** para a **criação ou deslocalização de startups** para a cidade de Lisboa, e **promoção de relações bilaterais** com os maiores ecossistemas de empreendedorismo e de inovação do mundo, acompanhados de **programas de soft landing**.

Definir e lançar **campanha de promoção e de marketing da cidade de Lisboa** como cidade do empreendedorismo.



6.1 Economia e Inovação

Lançar um programa que contribua para a **atração de nómadas digitais e de quadros técnicos especializados** para Lisboa, beneficiando do ambiente único de diversidade, inclusão e qualidade de vida que a cidade oferece, e criando uma comunidade “From Lisbon to the World”.

Lançar o programa de apoio Lisboa Protege - Retoma do Ecosistema Empreendedor com 500 Mil euros por ano, através de 2 linhas de apoio financeiro:

- **Apoio a espaços de promoção do empreendedorismo e Inovação** (incubadoras, coworks, hubs criativos, etc).
- **Apoio a startups early stage** – Prémios de inovação para o desenvolvimento de protótipos.

Consolidar e manter a estratégia de federação, participação e articulação do ecossistema empreendedor da cidade, utilizando a plataforma Made of Lisboa.

Promoção do empreendedorismo feminino através de iniciativas como o programa de aceleração Women 4 Climate Lisboa e programas de incentivo ao empreendedorismo tecnológico para as mulheres.

Reforçar a parceria e apoiar eventos como o Web Summit ou o Lisbon Invest Summit, que permitem atrair mais empreendedores, mais talento e investimento.

Desenvolver o Hub Criativo do Beato como o maior Hub a nível europeu para a instalação de empreendedores, indústrias criativas e empresas multinacionais, pugnando pela expansão para a zona norte da Manutenção Militar.

Apoiar a Startup Lisboa no desenvolvimento da sua atividade, com especial foco nas áreas estratégicas não representadas pela iniciativa privada.

Promover, em articulação com entidades públicas e privadas, programas de coinvestimento e cofinanciamento para sectores estratégicos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.



6.1 Economia e Inovação

Fomentar a educação e cultura para o **empreendedorismo no ambiente universitário**, designadamente através da promoção de encontros entre universidades e startups, para fomentar a complementaridade de competências e nascimento de novas iniciativas.

Fomentar a **criação de espaços de Co-Work em todas as freguesias da cidade**, quer na perspetiva de estímulo ao empreendedorismo e desenvolvimento das comunidades locais quer como resposta a novas opções de trabalho decorrentes da pandemia.

Lisboa Cidade de Proximidade

Apostar no comércio de proximidade, ruas vivas

O comércio de rua é um elemento essencial da estratégia de valorização do espaço público da cidade. A Câmara continuará a reforçar a sua ação no sentido de contribuir para um comércio local, tradicional e inovador, como marca identitária e diferenciadora da capital, apoiando o comércio já existente, criando condições para a sua renovação e para o aparecimento de novos espaços e de novas centralidades locais em bairros e ruas da cidade.

Fomentar **Ruas Vivas** onde comércio, serviços, arte e trabalho se fundem e permitam uma experiência e vivência única das ruas e bairros da cidade, criando a figura de **gestor de bairro** que, em articulação com a Câmara Municipal e a respetiva junta de freguesia identifica constrangimentos e oportunidades de comércio em cada bairro, assumindo desde já a Baixa de Lisboa como uma zona prioritária de intervenção com vista à sua recuperação económica e exemplar na conciliação do comércio com a cultura.



6.1 Economia e Inovação

Lançamento do **programa de renda acessível para comércio, serviços, empreendedorismo, cultura e indústrias criativas**, em áreas de desenvolvimento chave da cidade.

Promover a **utilização temporária de espaços** comerciais devolutos para instalar ou expor arte, dando vida às ruas e reduzindo montras e espaços vazios.

Lançar, em articulação com as freguesias, **novos conceitos de mercados de rua**, com a fusão entre a venda de produtos, gastronomia, arte e cultura.

Consolidar o Plano Municipal das Feiras e Mercados Municipais, através de ações de modernização, promoção e divulgação dos mercados e feiras municipais.

Relançar o programa “Lojas com História” através da promoção e comunicação do programa e da sua marca ativa e identitária e com iniciativas que aumentem a visibilidade das lojas distinguidas.

Desenvolver o programa **“Academia do Comércio”** de formação e mentoria, com incidência na **aceleração de novos negócios e revitalização e modernização de estabelecimentos de comércio tradicional**.

Mapear a **economia da noite de Lisboa** e nomear o **night mayor** como ponto de contacto da administração com os estabelecimentos da noite lisboeta tendo como principal objetivo o desenvolvimento da movida Lisboeta e a sua conciliação com os residentes e com o direito ao descanso.



6.1 Economia e Inovação

Turismo de qualidade

O papel do turismo na economia do país e da cidade é claro. Com um forte contributo nas exportações, é uma das atividades que mais valor gera e mais emprego direto e indireto cria na região. É também um ponto de tensão em algumas dimensões na cidade de Lisboa. Nos próximos anos importa consolidar a posição de Lisboa e da região num patamar elevado de qualidade na oferta turística global.

Relançar o Turismo

Contribuir em Lisboa para a concretização do **Plano Reativar o Turismo**.

Lançar nos mercados internacionais, através da ATL, uma **campanha da marca e destino Lisboa**.

Propor e colaborar em programas de **retenção e qualificação da mão-de-obra** no turismo.

Criar um programa de **certificação de restauração sustentável** de Lisboa.

Promover a **digitalização** do sector e a utilização de **plataformas digitais** para alargar e melhorar a experiência e vivência da cidade.



6.1 Economia e Inovação

Responder aos desafios estratégicos

Pugnar pela **reconversão da atividade de cruzeiros** para segmentos que contribuam mais para a economia da cidade e menos massificados.

Promoção das indústrias criativas de Lisboa e indústrias da Cultura por via da alocação de verbas da taxa turística, em particular em projetos que promovam a unicidade dos Bairros Lisboetas.

Afirmar Lisboa na náutica de recreio, captando as embarcações que hoje passam ao largo de Lisboa, melhorando infraestruturas e com novos serviços que adicionem valor.

Reconhecer a importância do turismo para a vitalidade da zona histórica da cidade, mas simultaneamente fomentando condições para recuperação da sua população permanente, bem como a existência de comércio e serviços de bairro e reforçando o papel da Baixa de Lisboa como destino para os Lisboetas.



6.2 Mais Ciência e Conhecimento

A cidade de Lisboa deve desempenhar um papel cada vez mais ativo na área da educação e emprego, contribuindo para a formação e a qualificação que serão essenciais para superarmos os desafios presentes e futuros, construindo uma economia do conhecimento altamente inclusiva, assente em serviços públicos de qualidade e emprego qualificado.

Ciência e Conhecimento para todos

■ Criar e promover uma **“Feira do Conhecimento”**, dedicada à Ciência, Medicina, Tecnologia e Inovação, em estreita parceria entre o Município, as Universidades, a Agência Nacional Ciência Viva, a Agência Nacional de Inovação, empresas e associações locais.

■ Criar a **Casa da Ciência de Lisboa**, um espaço onde se desenvolva programação científica para e com o público, com atividades de divulgação e promoção de atividades de ciência cidadã.

■ Promover **programas de literacia científica e de ciência cidadã**.

Apoio à investigação em Lisboa

■ Constituir um **Conselho Consultivo para a Ciência**.

■ Criar **programas de estágios** em parceria com as universidades de Lisboa e lançar **concursos de ideias** para o desenvolvimento de **dissertações ou projetos na área das políticas urbanas**.

■ Criar programas de **bolsas de estudo e apoio escolar** e também **fundos supletivos de apoio à investigação científica**, financiando, por exemplo, projetos finalistas do European Research Council oriundos de Lisboa que já tenham obtido notação elevada e que pretendam recandidatar-se a estes fundos europeus.

■ Criar um programa de **bolsas para “cientistas residentes”** (sabáticas) a efetuar em instituições da cidade (nomeadamente no âmbito da Escola da Cidade) priorizando projetos de investigação em tópicos relevantes para a cidade.

■ **Apoiar as instituições de Lisboa que concorram a grandes projetos europeus** de capacitação institucional.



6.3 Mais Cultura

A cultura é um bem comum de toda a comunidade e está intimamente ligada à identidade da cidade, aos artistas e a quem usufrui do seu trabalho, mas também ao Município e ao Estado.

Devemos manter o reforço dos apoios a quem produz cultura, os artistas, e toda a indústria que foram dos grupos mais fustigados nesta pandemia. Propomos uma política cultural assente na descentralização e na democratização do acesso, da produção e do consumo cultural, virada para a sustentabilidade e sem esquecer a necessidade de dignificar os artistas e os trabalhadores da cultura.

Memória Histórica de Lisboa

■ Criar um **“Museu Narrativo de Lisboa”**, criando redes e percursos de caminhada e cicláveis temáticos tendo por base o património histórico, cultural e natural da cidade, mas também com base em memórias históricas dos habitantes da cidade e das suas histórias.

■ Criar uma **rede de “memoriais”** pela cidade, ou seja, de informação exposta no espaço público assinalando factos ou personagens históricas na cidade de Lisboa, e **reabilitar os memoriais** existentes e criar um programa de **dinamização** e contextualização histórica das **estátuas** na cidade de Lisboa.

■ Criar o Museu da Descoberta, como estrutura polinucleada na cidade que inclua alguns espaços/museus já existentes e outros a criar de novo, e que promova a reflexão sobre aquele período histórico nas suas múltiplas abordagens, de natureza económica, científica, cultural, nos seus aspetos mais e menos positivos e promover a reflexão através de uma rede de percursos na cidade que explorem essa temática.

■ Criar um **registo do património imaterial** da cidade, assente nas vivências, nas memórias, nas tradições e no imaginário, mapeamento as dimensões sensoriais, que também constituem a identidade da cidade.

■ Concretizar a **abertura do Centro de Estudos da História da Leitura** que acolhe a Biblioteca de Alberto Manuel.

■ Concretizar as **novas instalações do Arquivo Municipal de Lisboa**, concentrando todos os serviços, protegendo e valorizando o seu extraordinário espólio.



6.3 Mais Cultura

Tirar partido da comemoração do **centenário do Parque Mayer** para promover o conhecimento da história deste espaço e da sua importância para a história da cultura popular portuguesa.

Cultura de proximidade

Projetar uma grande biblioteca pública em Lisboa, de dimensão europeia e internacional, apoiada por múltiplas instituições, que - inovando - não seja apenas um acervo de livros, mas também um lugar de encontro, espaços de estudo e de multimédia.

Reforçar a criação de “Lugares de Cultura”, redes culturais de proximidade que atuam como âncoras de experiências nos vários bairros da cidade, ligando as pessoas, os artistas, as instituições públicas, privadas e associativas de cada território e estabelecer “casas da criação”, equipamentos polivalentes, mediatecas e espaços de ensaio nos quais os cidadãos podem ter acesso a material de criação artística e cujo objetivo é fomentar a prática artística por parte de todos.

Promover por toda a cidade instalações de arte inspiradas no **património** dos museus da cidade de Lisboa e alusivas à **história e cultura** da cidade.

Reforçar a implementação, e expandir, o programa de **apoio às livrarias independentes e de bairro.**

Criar a **noite das Livrarias** (à semelhança da noite dos Museus) e um **roteiro das livrarias e Alfarrabistas de Lisboa.**

Comemorar o **Dia Triunfal da Poesia** — 8 de março de 1914, no qual Fernando Pessoa “inventou” os seus heterónimos mais importantes — com um festival anual de poesia e declamação no espaço público.

Bibliotecas como espaços de comunidade e encontro

Consolidar e expandir a Rede de Bibliotecas de Lisboa - BLx, nas freguesias de Ajuda, Campolide, Santa Clara e Santo António. Abertura da Biblioteca António Lobo Antunes em Benfica e da Biblioteca do Jardim da Estrela.



6.3 Mais Cultura

Alargar os horários das bibliotecas municipais e dos **espaços de estudo** da cidade nos períodos de exames.

Criar Espaços Âncora integrados na rede de Bibliotecas XXI municipais, que funcionem como centros culturais descentralizados e com programação cultural construída de forma participada com a comunidade.

Democratizar a Cultura

Criar um cheque-cultura para todos os jovens que cumpram 18 anos, a utilizar nos equipamentos culturais da cidade.

Acentuar a articulação entre as escolas e os equipamentos culturais envolventes e disponibilizar condições às escolas (como transporte e pessoal) para que deles possam usufruir frequentemente ao longo de todo o ano letivo.

Democratizar o acesso à cultura através de um projeto-piloto com jovens, de forma integrada com os outros programas de carácter social/habitação que já estejam a ser desenvolvidos.

Desenhar visitas guiadas nos bairros de intervenção prioritária, construídas por residentes com base nas suas memórias.

Promover atividades culturais que envolvam avós e netos ou cuidadores seniores, fomentando a intergeracionalidade.

Alargar o horário da gratuidade das visitas a museus nos Domingos e Feriados em parceria com a Direção Geral do Património Cultural.

Estender às pessoas com autorização de residência temporária a atual gratuidade de entrada existente em alguns museus e outros espaços culturais da cidade.

Promover novos artistas em idade escolar por via da realização de concursos de artes da cidade no âmbito escolar, em semelhança aos jogos Desportivos da Cidade, e da promoção de feiras de arte interescolas.



6.3 Mais Cultura

Criar as Musicipiadas: programa municipal de **apoio à criação de bandas musicais de crianças, jovens e seniores** da cidade, com vista a promover hábitos saudáveis associados à prática musical e os valores educativos de cidadania.

Estimular a organização, por parte das diferentes comunidades que compõem a cidade, de **programas de divulgação das suas culturas, de forma itinerante.**

Cultura Participada e Transparente

Disponibilizar informação institucional sobre as políticas culturais do Município, projetos da cidade, redes, equipamentos os recursos existentes.

Melhorar a comunicação e divulgação dos apoios existentes para a promoção da cultura e assegurar a sua simplificação, assente num modelo com vários prazos de candidatura no decurso do ano.

Implementação do programa Cultura para Todos - Programa de políticas culturais com o objetivo de garantir o acesso à Cultura para todos os cidadãos, com foco na recolha de dados sobre o território, descentralização de atividades para as periferias e participação das comunidades.

Efetivar a **criação do Conselho Municipal da Cultura**, órgão consultivo para o setor cultural no concelho de Lisboa, para diagnóstico e reflexão sobre as várias realidades culturais da cidade.

Criação do **Fórum bienal de Cultura de Lisboa**, encontro de discussão com os agentes culturais da cidade num espaço de debate aberto e abrangente sobre as necessidades, problemas e tendências do sector.

Reabrir o MUDE – Museu do Design e da Moda, concluindo o projeto de requalificação e reforçando a sua afirmação como plataforma de promoção do Design português a nível internacional. Potenciar uma maior participação, abertura e espírito colaborativo da comunidade artística, curatorial, académica e do público cultural neste e noutros museus da cidade. Criação de ferramentas estabelecendo pontes entre atores criativos e oportunidades de negócio, e promovendo a incorporação de conteúdos estéticos e simbólicos na atividade económica.

Apoiar os trabalhadores da Cultura

Avaliar com o sector a necessidade de **apoios específicos no âmbito do Programa Lisboa Protege** a setores mais impactados pela crise.

Combater a precariedade, disparidade salarial e ausência de sistema social de apoio no setor da cultura, em particular tomando as boas práticas de trabalho e contratualização como determinantes no acesso a apoios da CML.

Fazer o levantamento exaustivo do tecido dos agentes culturais de Lisboa e promover o emprego cultural.

Criação de um **fundo municipal** para **apoiar projetos** locais na área do **jornalismo independente**.

Apoiar a internacionalização dos criadores de Lisboa, através da sua divulgação, bem como através da criação de apoio financeiro para a sua deslocação e de um gabinete de apoio que, entre outros serviços, promova o acesso dos criados aos programas de financiamento da União Europeia.

Incentivar o mecenato no Município, através de um papel ativo da Câmara Municipal na canalização de apoios de mecenas para a área da cultura. Criação de um grupo de trabalho para o desenvolvimento de estratégias de captação de financiamento e de mediação entre potenciais patrocinadores e as entidades do sector.

A cidade como espaço de trabalho

Criar ateliers, estúdios e espaços de trabalho para artistas e criadores em espaços municipais, ou em regime de renda acessível, bem como apoio logístico às microempresas e comunidades dedicadas à criação e à divulgação artísticas, de forma descentralizada.

Promover programas municipais de residências artísticas, nomeadamente através da conversão de edifícios devolutos ou outros sem fim específico que sejam propriedade da Câmara.

Utilizar espaços municipais para a instalação temporária de projetos de criação artística.

Reforçar o processo de descentralização da cultura, por via da criação e promoção de **novas incubadoras de artes culturais** na cidade – **“Fábricas de Criatividade”**, dando primazia à sua implementação nos territórios abrangidos pela classificação “BIP-ZIP”.

Fomentar o **licenciamento gratuito das ocupações de espaço público para jovens artistas** da cidade, em articulação com as juntas de freguesia.

Cultura na promoção da Sustentabilidade

Promover programas criativos vocacionados para a ecologia.

Criar uma **Rede de Arte e Cultura pela Sustentabilidade**, incluindo academia de recursos, consultoria e acelerador em sustentabilidade para artistas.

Lançamento da proposta de um **Festival Intermunicipal de Ecologia e Cultura do Estuário do Tejo**.

Promover a **Land Art** na relação com os espaços verdes e a paisagem da cidade.

Criar **“Guias Verdes” para a atividade cultural**, com regras e diretrizes para equipamentos e eventos culturais se tornarem mais verde e mais sustentáveis.

Criar um **banco municipal de materiais para as Artes**, assente nos princípios da economia circular, para doação e disponibilização gratuita de materiais para organizações culturais e escolas.

MAIS

CIDADANIA,

MAIS

COESÃO





7

Mais Cidadania, Mais Coesão

Lisboa é exemplo da qualidade de vida que se pode alcançar quando as pessoas estão no centro das políticas da cidade. Ainda assim, sabemos que temos ainda assimetrias sócio-territoriais e que é exatamente nos espaços metropolitanos que se registam as maiores assimetrias sociais a nível nacional. Se o anterior mandato foi marcado pela pandemia e pela extrema exigência perante a crise sanitária e social que assolou o mundo, o atual mandato será necessariamente centrado no garantir que todos os Lisboaetas têm respostas no pós-pandemia.

O momento que estamos a viver deve ser marcado por reforçarmos algo que a resposta à pandemia mostrou de forma clara - uma cidade centrada no conceito de comunidade. Em suma, uma cidade aberta, plural, equilibrada. Uma cidade onde ninguém fica para trás: centrada no combate às discriminações, às exclusões e à pobreza. Uma cidade feita com as pessoas: com uma governação aberta, transparente e participada.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Combate à exclusão, combate à pobreza.

Lisboa é uma cidade de valores e dos Direitos Humanos, um local de cruzamento e encontro, e de luta contra todas as formas de exclusão e discriminação. A pandemia evidenciou, em vários momentos, as desigualdades estruturais da nossa sociedade, afetando de forma mais expressiva as pessoas com maiores dificuldades económicas ou em situação de fragilidade social. É necessário um forte compromisso, nos próximos anos, para que ninguém fique para trás e para eliminar todas as formas de exclusão e discriminação, seja económica social ou de classe, em função da origem étnico-racial, do género, da orientação sexual, identidade de género, expressão de género ou características sexuais.

Proteger as Famílias

Manutenção das medidas excecionais dedicadas às famílias, como seja o Fundo de Emergência Social com vista ao suporte de despesas imediatas e essenciais do agregado como a alimentação, habitação e serviços básicos, incluindo transporte público.

Manutenção dos apoios à distribuição de refeições quentes, assegurando a coordenação dos diferentes agentes sociais para uma maior eficiência.

Acompanhamento das associações dos bairros na sua atividade de suporte às famílias e população idosa.

Especial atenção ao evoluir das moratórias aos créditos à habitação, avaliando a adequabilidade do Fundo de Emergência Social ao suporte imediato das famílias, ou à necessidade de criação de um instrumento de apoio temporário que impeça a falência imediata das famílias em situação vulnerável.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Lisboa dos Direitos Humanos

■ Criar uma Provedoria dos Direitos Humanos na cidade de Lisboa, dotando-a de orçamento próprio, dos meios materiais e humanos necessários à sua atividade e de Regulamento que permita a estabilidade necessária ao funcionamento desta Provedoria.

■ Promover a educação para os Direitos Humanos através da reativação do programa SOMOS e na Escola SOMOS.

■ Lançar programa de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, como momento, não apenas de comemoração, mas de preparação do nosso futuro comum, incentivando a criação de Assembleias de Cidadãos, envolvendo as escolas, as organizações da sociedade civil e toda a cidadania. Neste quadro, a CML envidará esforços para que, no quadro da saída de instituições do Estado da Praça do Comércio, se possa devolver o Terreiro do Paço à cidadania, conhecimento e cultura.

■ Reforçar o comprometimento da cidade de Lisboa com a luta antirracista, e, no seguimento da homenagem a Alcindo Monteiro feita nos 25 anos do seu assassinato, implementar a proposta de criação de Bolsas Alcindo Monteiro, dedicadas a projetos antirracistas.

■ Potenciar o legado de Sampaio Garrido, um dos salvadores portugueses, no contexto do Programa Nacional em torno da Memória do Holocausto.

■ Preparar a comemoração dos 300 anos da produção artística (e perseguição inquisitorial) do dramaturgo António José da Silva, o judeu.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Dinamização de “Centros de Juventude”/Hubs de Direitos Humanos, em articulação com o Programa “Escolhas” do Alto Comissariado para as Migrações, com estruturas e pessoal permanentes, nos bairros onde haja uma aposta de intervenção integrada nas várias dimensões da área social, nomeadamente nos BIP/ZIP, com uma abordagem integrada, incluindo as seguintes valências:

- Promoção dos direitos das crianças e jovens.
- Prevenção da discriminação e promoção da inclusão de crianças e jovens de contextos particularmente vulneráveis com apoio personalizado.
- Promoção do desenvolvimento da personalidade das crianças e jovens e acompanhamento holístico da sua transição para a vida adulta e mundo do trabalho.

No seguimento da adesão de Lisboa ao Programa “Cidade Amiga das Crianças” da UNICEF, em 2016, implementar o Plano de Ação Local “Lisboa, Cidade Amiga das Crianças”, a partir do Grupo de Trabalho municipal já criado para o efeito.

Uma cidade para brincar: Prever a existência de mais parques infantis e de espaços seguros, ao ar livre, onde se possa brincar, em todos os bairros da cidade, e a distância a pé do local de habitação, com percursos seguros e adaptados a todos.

Promover o envolvimento ativo das crianças no desenho das políticas públicas que lhes digam respeito e nos respetivos processos de decisão, nomeadamente criando uma Assembleia das Crianças da cidade de Lisboa, representativa de todos os agrupamentos escolares e todos os graus de ensino do 1º ciclo ao secundário.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Envelhecer ativo em segurança e com qualidade

Reforçar a implementação de medidas de acesso universal, nomeadamente ao nível da melhoria de passeios e passadeiras, introdução de pavimentos e ainda implementando uma rede de mobilidade pedonal vertical, assistida por meios mecânicos que ajudem a vencer os desníveis.

Reforçar e continuar o programa “Lisboa Cidade de Todas as Idades”, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, prosseguindo as políticas dirigidas à população idosa sempre em torno de três eixos que nos definem: Ativos; Autónomos, Cuidados, com as seguintes ações:

- Dar um impulso renovado ao apoio domiciliário, em conjunto com as instituições da cidade, tornando-o um fator poderoso de autonomia e atividade.
- Disponibilizar apoio de teleassistência eficaz e universal.
- Criar um ponto de contacto único para informação e orientação quanto às melhores soluções de vida e cuidado.
- Instalar um serviço de saúde oral para os mais velhos, sabendo como essa é uma área de fragilidade da resposta pública.
- Reforçar os equipamentos que fomentem a intergeracionalidade.

Criar cursos de literacia digital para idosos, em parceria com a rede de universidades seniores da cidade de Lisboa, tendo em vista assegurar a igualdade no acesso às tecnologias, serviços e informação.

Intensificar e expandir o programa “Casa Aberta”, destinado à melhoria das condições de acessibilidade e qualidade habitacional da população idosa e população com dificuldades motoras de forma a assegurar a sua autonomia.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Garantir o ajuste dos tempos de travessia pedonal aos tempos adequados para o utilizador vulnerável.

Reforço e ampliação do “Projeto Radar”, com vista a sinalizar, prevenir e reduzir risco de isolamento de idosos, em conjunto com entidades e estabelecimentos comerciais de Lisboa, assim como a construção de rede de novos centros intergeracionais em zonas da cidade onde não existem estas valências.

Pessoas Com Deficiência

Prosseguir uma estratégia multi-sectorial para a integração das pessoas com deficiência, que promova a continuação da implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal, o reforço do Programa “Vida Independente” ou a continuação do Programa de Apoio à Mobilidade, reforçando as ofertas de transporte adaptado públicas.

Continuar a adaptação dos equipamentos culturais da cidade de forma a torná-los acessíveis às pessoas com algum nível de incapacidade ou deficiência.

Criar quotas e/ou bolsas específicas no programa de renda acessível para pessoas com deficiência tendo em conta as questões de acessibilidade dos edifícios.

Condicionar o licenciamento urbanístico de espaços comerciais à existência de acessibilidade universal.

Fomentar a integração dos jovens e crianças em idade escolar com deficiência, reforçando a oferta existente das atividades extracurriculares, nomeadamente para crianças com perturbações do desenvolvimento e espectro do autismo.

Promover a criação de aulas de ensino de língua gestual portuguesa no ensino básico e secundário, tendo em vista a promoção de competências na camada jovem da população para reforço da integração das pessoas com deficiência.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Igualdade De Género e Combate à Violência Doméstica

Promover e apoiar programas e iniciativas na área da defesa da igualdade de género e da orientação sexual e identidade de género, de forma transversal nos diferentes pelouros e baseado num Plano Municipal de Igualdade 2021-2025, para a cidade de Lisboa.

Continuar a apoiar a realização da Marcha LGBT, organizada anualmente pelas várias associações de defesa dos direitos e autodeterminação da orientação sexual e identidade de género da cidade de Lisboa; a realização do Arraial Pride, que decorre anualmente no Terreiro do Paço; e o Dia Nacional contra a Homofobia e a Transfobia, através do hastear, nos Paços do Concelho, da bandeira arco-íris, símbolo da luta pelos direitos das pessoas LGBTQI+.

Lançar o Programa Lx Cidade das Mulheres, que promova o aumento da toponímia feminista e marcação em território das mulheres que contribuíram e contribuem diariamente para a cidade.

Reforçar a capacidade das organizações promotoras dos direitos LGBTQI+ nas respostas sociais de emergência, tendentes a promover a autonomização no trabalho e habitação para jovens LGBTQI+ em risco, assim como um espaço autogerido de apoio a idosos LGBTQI+.

Criar um programa de formação municipal para a igualdade e contra o sexismo, racismo e preconceito contra a comunidade LGBTQI+, em parceria com outras instituições públicas e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

Combater a discriminação por orientação sexual ou por identidade de género passando a assinalar o mês de junho como mês do orgulho LGBTQI+, promovendo campanhas antibullying nas escolas do Município e ações de formação específicas para funcionários municipais em parceria com outras entidades públicas, como por exemplo Polícia de Segurança Pública.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Apoiar as vítimas de violência doméstica através da criação de uma rede municipal de centros de atendimento e acolhimento, em parceria com as juntas de freguesia e em articulação com o programa “Lisboa + Igualdade”, de modo a facilitar em toda a cidade a sinalização de situações de risco, em articulação com as autoridades policiais e serviços judiciais.

Reforçar as respostas de emergência existentes para as vítimas de violência doméstica e de género, nomeadamente alargando a bolsa de fogos de emergência para este fim.

Integrar a perspetiva de género na prossecução de políticas setoriais e produção de documentos de referência, nomeadamente, nas áreas da habitação, mobilidade, espaço público, cultura, desporto e direitos sociais.

Migrantes e Refugiados

Concretizar a adesão da cidade de Lisboa à Rede Internacional de Cidades de Refúgio (ICORN), dando abrigo aos defensores da democracia por todo o mundo.

Promover políticas que visam combater as exclusões sociais, afirmar os direitos humanos como motor da cidadania e construir uma cidade aberta, diversa e intercultural, baseadas num Plano Municipal de Integração de Migrantes de Lisboa 2021-2025, que fomente uma perspetiva de acolhimento de todas as pessoas, nacionais e estrangeiras, de forma a potenciar a convivência intercultural, o multilinguismo e a diversidade étnica e religiosa, em articulação com o Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania (CMIC).

Criar o Programa “Olá Lisboa”, que vise auxiliar os migrantes que cheguem à cidade, baseado numa plataforma online direcionada para a prestação de informação de um modo claro, simples e direto.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Incentivar a frequência do jardim de infância pelas crianças de todas as comunidades, nomeadamente em parceria com as juntas de freguesia e agrupamentos escolares da cidade de Lisboa.

Promover uma campanha de incentivo ao recenseamento e envolvimento eleitoral de imigrantes com capacidade eleitora.

Assegurar a participação de Lisboa na Rede Portuguesa de Cidades Interculturais.

Garantir a informação sobre os serviços públicos municipais mais utilizados em várias línguas, sobretudo aquelas mais faladas localmente. Difundir um serviço de tradução simultânea por telefone ou videoconferência, incluindo para língua gestual portuguesa.

Sem Abrigo e Pobreza

Implementar o Programa para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo 2021-25, que promova a integração social e a inserção profissional das pessoas em situação de sem-abrigo, assim como o seu realojamento, sempre que estas pessoas pretendam ou reúnam condições para sair da rua, nomeadamente através do reforço da capacidade em centros de alojamento temporários e da resposta “Housing First”.

Implementar o Programa “Porta Aberta”, com vista a aumentar as respostas de inserção diurnas das pessoas em situação de sem-abrigo, dirigidas para a empregabilidade e capacitação pessoal, numa lógica multidimensional, bem como atendendo às questões de género.

Desenvolver uma Estratégia Municipal de Combate à Pobreza, em articulação com as organizações locais que trabalham nesta área em Lisboa, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e a Rede Europeia Anti-Pobreza.



7.1 Lisboa uma Cidade onde ninguém Fica para Trás

Reforçar, tendo em conta a situação de crise social que vivemos, os apoios às pessoas em situação de sem abrigo, garantindo-lhes alojamentos temporários condignos.

Estratégia e Governação das Políticas Sociais

Implementar uma Estratégia da Cidade de Lisboa para os Direitos Sociais, tendo por base a atualização do Plano de Desenvolvimento Social para 2021/2025. Dinamizar e expandir a Rede Social de Lisboa, formada por meia centena de entidades e coordenada pela Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Instituto de Segurança Social. Consolidar a Rede Desenvolvimento Local de Base Comunitária, rede com mais de 150 entidades, presidida pelo município de Lisboa e que gere a atribuição de financiamentos comunitários e da rede de gabinetes dos Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária (BIP-ZIP).

Elaborar uma Carta Social Municipal de Lisboa, que identifique a diversidade das respostas sociais na cidade e traduza a sua expressão estratégica no planeamento e nos instrumentos financeiros de médio e longo prazo do município de Lisboa.

Atualizar o Plano de Ação dos Direitos Sociais para o período 2021/2025.

Promover a realização anual do Fórum da Cidadania, que desde 2013 se reúne para recolher os contributos de todas as pessoas e organizações para uma melhor governação da cidade.

Dinamizar e fortalecer a rede de conselhos municipais para as áreas sociais na cidade de Lisboa, que inclui o Conselho Municipal para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Conselho Municipal para a Igualdade, o Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania e o Conselho Municipal da Juventude.



7.2 Escola da Cidade

Os desafios que a cidade enfrenta nos próximos anos obrigam a constituir um novo espaço interdisciplinar de formação, invenção de estratégias, de informação e cidadania, que tem como objetivo apoiar uma cultura de decisão democrática e intensificar o apoio à formação, qualificação e acesso ao saber dos munícipes. A CML, através dos pelouros da Cultura, Conhecimento, Ciência e Direitos Humanos, mas também do Urbanismo, entre outros pelouros nas matérias a eles respeitantes, ampliará as suas atividades nestes domínios da formação, da reflexão e do conhecimento. Em complementaridade e cooperação com as instituições universitárias da cidade e da área metropolitana, uma escola ou “universidade da cidade”, entendida como uma escola de extensão com oferta de cursos livres, seminários e palestras destinados ao público geral, e apoiará a constituição de um instituto de estudos avançados de Lisboa.

Esta nova instituição multifacetada estará aberta a todos, de forma interdisciplinar e intergeracional, organizando eventos públicos com cientistas e pensadores no cruzamento entre a ciência e a sociedade, incluindo palestras, seminários e cursos livres. Através da escola da cidade, a CML poderá também dinamizar o pensamento sobre os desafios que se apresentam a Lisboa, estimulando projetos de cooperação em investigação aplicada sobre a cidade ou colocando questões e desafios à sua comunidade académica e científica. A partir dela, pode estabelecer-se uma nova reflexão estratégica com a definição de um quadro inovador de objetivos para a Cidade de Lisboa, um instrumento de política, de urbanismo, de arquitetura e de cultura urbana, que contribua para fixar parâmetros de ambição coletiva para Lisboa no futuro próximo, que defina objetivos e se traduza num organismo de orientação para a atuação municipal e que apoie uma cultura de decisão democrática. E com a escola da cidade pode contribuir-se para a valorização, investigação e preservação de ofícios e saberes ligados à história e à identidade de Lisboa.

Lisboa é uma cidade única na história do pensamento. Aqui foi fundada uma das universidades mais antigas da Europa — as Escolas Gerais, ou Estudo Gerais, em São Vicente e Alfama, depois transferidos para Coimbra. Lisboa distingue-se por ser uma das poucas cidades no mundo que tem uma disciplina dedicada ao seu próprio estudo — a Olissipografia. E nesse nome guarda a memória do seu fundador mítico, Ulisses, desde a Antiguidade associado à vontade de a partir de Lisboa explorar novas fronteiras e geografias do conhecimento. Hoje, quando Portugal e a Europa precisam de repensar o seu modelo de desenvolvimento a partir de uma economia do conhecimento socialmente inclusiva e ecologicamente responsável, Lisboa é de novo desafiada a marcar a agenda de um novo tipo de participação cidadã na aventura do conhecimento.

A escola da cidade deve dar assim um contributo sobre:

As estratégias da cidade a curto, médio e longo prazo, que permitem propor, apoiando a decisão política, ações de grande alcance espacial e temporal, estudar e analisar o vastíssimo conteúdo informativo que se foi acumulando sobre a Cidade.

O grande desafio será, após quatro anos, produzir a nova Carta Estratégica de Lisboa, instrumento de reflexão sobre a Polis que propõe estratégias para que as políticas futuras possam dar continuidade à construção da cidade de Lisboa.

A formação e informação sobre a cidade de Lisboa:

A Formação é essencial para desenvolver a consciência crítica de todos os atores da Cidade e para reduzir, conseqüentemente, a dimensão prepotente da regra, abrindo a cultura da Cidade à admissão da exceção e à sua discussão aberta e transparente, quebrando as fronteiras impermeáveis da fragmentação disciplinar.

Acreditamos que a qualidade da participação assenta na qualidade da informação, é necessário construir uma plataforma de conhecimento acessível a todos para garantir uma participação operativa incluindo os observatórios de Lisboa, nomeadamente sobre paisagem urbana, mobilidade, qualidade do ar e outros temas ambientais que se revelem compatíveis.

Manter e atualizar anualmente os Observatórios Lisboa, que disponibilizam dados quantificados anuais sobre o consumo de energia, emissões de gases com efeito de estufa, resíduos, água e águas residuais.

Cidadania

Otimizar as condições da comunicação entre a Gestão da Cidade e os Cidadãos, reduzindo os mal-entendidos, reduzindo ao mínimo possível o campo de ação da desinformação e construindo a transparência necessária, a manutenção da confiança e desenvolvendo a transversalidade de um conhecimento efetivo sobre as decisões e seus fundamentos e sobre as ações previstas e em estudo de forma a garantir que a figura da Participação não constitua uma mera formalidade a cumprir mas sim o normal desempenho de Cidadania informada.

Uma escola que recebe outras escolas

A escola deve incluir ou fomentar a criação de outras escolas consideradas fundamentais na construção da cidade, nomeadamente, a Escola dos Calceteiros, a Escola dos Jardineiros, a Escola de Oficinas de Reparação entre outras.

Escola dos Jardineiros, a cultura da jardinagem, a que Lisboa dedicou dezenas de anos de empenhado interesse, foi gradualmente substituída pela eficiência aparente de contratos de manutenção com equipas externas substituindo-se a ideia de cultura, aprendizagem e continuidade pela ideia de menor custo. Simultaneamente, a obsessiva sobrevalorização da imagem em detrimento da relação, tornou os espaços verdes cenografias temporárias que, em vez de serem cultivados com os meios e as limitações inerentes ao contexto económico e ecológico, procuravam imitar modelos estrangeiros vindos de climas tão diferentes que obrigaram, para se atingirem os objectivos pretendidos de imagem, ao recurso a estratégias de continua reconstrução dos espaços remetendo a prática da manutenção a uma sucessão de momentos de aquisição de plantas, plantação e remoção de plantas mortas como se de lixo se tratasse, transformando a cultura da jardinagem na cultura do consumo. Parece-nos fundamental voltar à formação de uma escola nesta área, que apoie as novas políticas de desenho urbano que têm como centro os sistemas naturais.

Uma escola um Repositório

Criar um repositório digital sobre trabalhos científicos e de investigação relativos à cidade. Deve prever uma utilização dinâmica bem como a constante evolução e atualização.



7.3 Participação

A participação dos cidadãos e cidadãs é, hoje em dia, uma das questões centrais da qualidade da governação, constituindo o desenvolvimento de formas adequadas de participação um dos maiores desafios que se colocam a todas as instituições, em todos os níveis do poder, em particular à administração local por se encontrar mais próxima das pessoas.

Assim, um dos maiores desafios do Município consiste em integrar nos processos de decisão a participação ativa das populações, com vista a articular as aspirações e os interesses das respetivas comunidades com os meios técnicos e financeiros públicos disponíveis.

Nesse sentido, e com vista a reforçar mais de uma década de políticas e práticas participativas em Lisboa, propõe-se um conjunto de medidas destinadas a consolidar o envolvimento das pessoas.

Informar e consultar

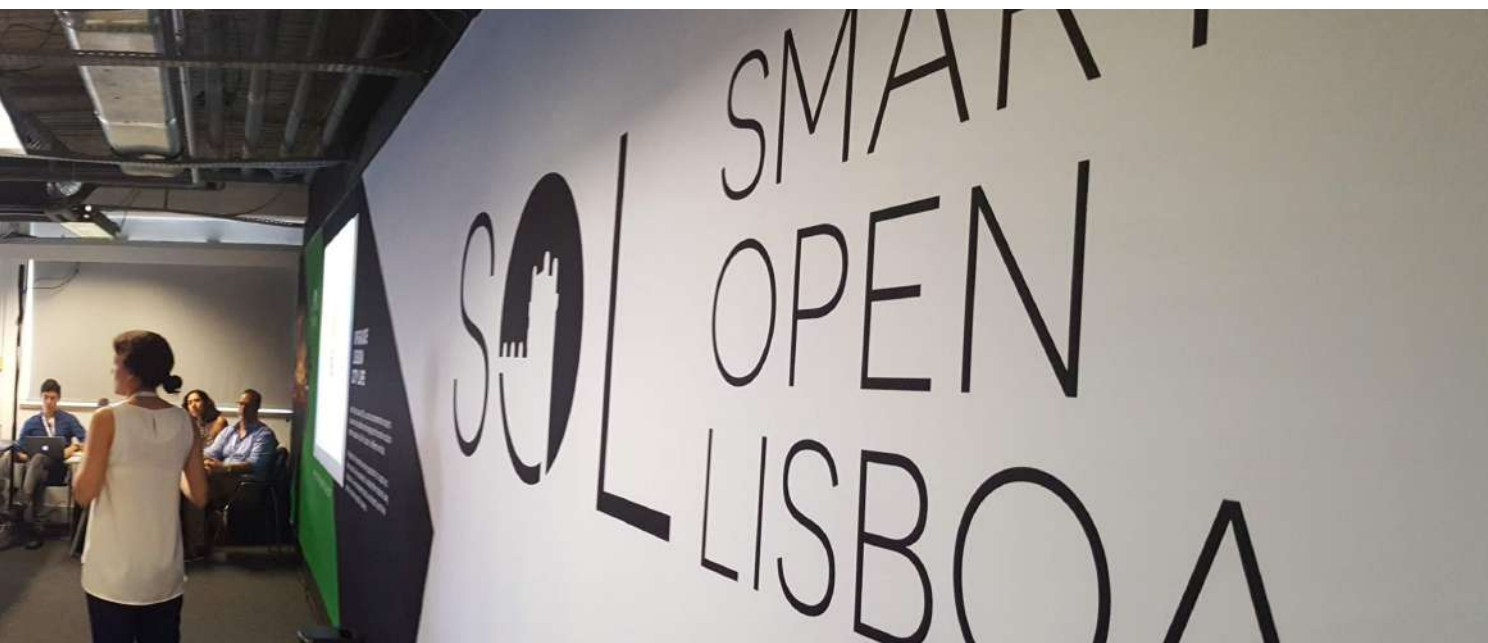
Construir um dashboard de monitorização da cidade e da performance dos serviços municipais.

Criar uma plataforma única de comunicação bilateral entre a administração municipal e o cidadão ou as organizações, integrada no portal do Município, que permita a mais eficaz comunicação e transparência da gestão dos processos camarários e o seu acompanhamento on-line pelos munícipes.

Realizar inquéritos periódicos que afirmem o índice de satisfação do munícipe com a cidade e os serviços municipais.








Incrementar os mecanismos de participação e consultas públicas, nomeadamente sobre matérias não obrigatórias por lei, sempre que os projetos pela sua natureza tenham significativo impacto na zona ou nas populações, permitindo um maior envolvimento dos cidadãos em matérias que lhes digam respeito.

Unificar as diferentes formas de identificação do cidadão perante o Município, permitindo um melhor serviço pela integração das funcionalidades criadas nas diferentes plataformas, serviços e equipamentos da cidade.





7.3 Participação

Participar e envolver

-  Consolidar a experiência do Orçamento Participativo, nomeadamente alargando a sua base de participação, melhorando os prazos de execução dos projetos aprovados e experimentando novas abordagens territoriais e temáticas.
-  Prosseguir e alargar a experiência do Programa BIP-ZIP, destinado a dinamizar projetos de melhoria dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária.
-  Privilegiar a realização de concursos de ideias nas obras e projetos emblemáticos para a cidade, assegurando o envolvimento dos munícipes e outras partes interessadas.
-  Implementar processos de cogovernança, nomeadamente com os grupos comunitários na lógica das parcerias público-comuns.
-  Criar Espaços Âncora na lógica de centros comunitários descentralizados geridos pelos grupos comunitários.
-  Criar a figura do direito de apresentação de propostas ao executivo por parte de conjuntos de cidadãos mediante a recolha de assinaturas.
-  Dinamizar os conselhos municipais, por forma a garantir canais de comunicação e codecisão permanentes entre a autarquia e os mais diversos sectores da sociedade civil.

Transparência

-  Criação de uma equipa que promova as boas práticas de governação que atue em matérias de transparência, garantias e prevenção, nomeadamente de fenómenos corruptivos.
-  Criar um portal da transparência municipal, seguindo a política de dados abertos, com secção dedicada às operações urbanísticas, onde conste informação sobre o impacto das operações urbanísticas aprovadas pelo Município.



7.4 Cidade Inteligente

Lisboa Cidade Inteligente é uma cidade focada no serviço ao cidadão, procurando melhorias constantes através da alteração de processos internos, da organização, da utilização de tecnologias e de abertura à sociedade com modelos de inovação.

Lisboa Mais Eficiente

- Digitalização da administração local com vista a melhorar a eficiência dos serviços ao cidadão, prosseguindo a alteração de processos, formação de pessoas e adoção das melhores práticas.
- Reorganizar os serviços com competências digitais do Município, reforçando a transversalidade e centralidade das competências no futuro da governação da cidade.
- Criar um programa de simplificação administrativa que contribua para a redução dos tempos de resposta para os processos mais procurados pelos cidadãos e agentes económicos, nomeadamente no urbanismo, educação, economia e mobilidade, bem como indicadores de transparência relativamente ao tempo de tramitação.
- Criação de uma via prioritária para os projectos que adotem o BIM (building information modeling) como ferramenta central na sua execução.
- Introdução de práticas de controle e auditoria e produção de indicadores na avaliação de desempenho dos serviços.
- Criar e manter um plano de formação em competências digitais no Município.

- Formar os trabalhadores do município em metodologias ágeis e abertas de gestão de projetos, otimizando a comunicação com empresas de tecnologia.
- Disseminar e implementar soluções de Business Intelligence e Bigdata, para desenvolver sistemas de avaliação dos serviços prestados, pelas autarquias, e avaliação da eficácia das políticas públicas municipais.
- Aumentar o número de serviços acessíveis por via digital, prosseguindo a modernização dos sistemas municipais com vista a maior integração e simplificação do acesso à informação pelo cidadão, incorporando boas práticas como a chave móvel digital, e monitorização de tempos de resposta, em particular no contexto da Loja Digital, dos processos de CRM da Cidade e da aplicação “Na Minha Rua”.

Lisboa Centro de Inovação, Cidade Laboratório

- Reforço das parcerias existentes entre a cidade, a academia e o ecossistema inovador da cidade de Lisboa, permitindo a experimentação e o desenvolvimento de produtos e serviços usando a cidade de centro de desenvolvimento.
- Manutenção e reforço do LxDataLab alargando a base parceiros.
- Revisão do Portal de dados Abertos da Cidade de Lisboa e consolidação da política Open Data by Default.
- Garantir que todo o código desenvolvido no contexto da Câmara Municipal privilegie licenças de código aberto e seja disponibilizado numa plataforma universal como o Github. Pugnar pelo conceito de Plataforma como Serviço (PaaS), um repositório partilhado de ferramentas, sistemas e processos digitais em código aberto, que permita a partilha e o uso dos recursos desenvolvidos pelas administrações locais e centrais do país.
- Fomentar a criação de laboratórios para temas específicos, como a mobilidade, enquanto parcerias entre a academia, a indústria e a cidade numa lógica de Digital Innovation Hubs.
- Reforço das iniciativas de sensorização e implementação de soluções Internet of Things como catalisador do conhecimento da cidade e da eficiência na gestão dos recursos públicos.
- Criação do Centro Cívico de Inovação de Lisboa, permitindo de forma permanente acesso à comunidade de Lisboa participar em projetos relevantes na área da Inovação tecnológica, social ou das indústrias criativas.
- Criação de espaços Não-Digitais, no oposto da cidade digital, fomentando a existência de espaços desconectados que promovam o descanso e as interações pessoais.
- Lançamento de uma call de 1M€ para desenvolvimento de soluções de mobilidade a partir de dados abertos, no âmbito da Aliança de Inovadores, um fórum onde entidades públicas e privadas trabalham conjuntamente na conceção de um espaço de inovação digital para a cidade de Lisboa.



7.5 Assembleia Municipal

Reforçar a Assembleia Municipal enquanto verdadeira “Casa da Cidadania”, com capacidade de ouvir a voz de todas as pessoas, com base no respeito pela democracia, retomando os debates temáticos potenciando a figura das petições.

Continuar o esforço de aumentar a eficácia das reuniões da Assembleia Municipal, assegurando uma rigorosa gestão do tempo e de resposta aos munícipes.

Acolher a Assembleia das Crianças da Cidade de Lisboa proporcionando momentos de audição em todas as matérias que lhes dizem respeito, de forma a operacionalizar o artigo 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança.

MAIS LISBOA



PS



LIVRE

